



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

Referência: PGEA nº 1.33.000.000767/2026-80

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2026
REGISTRO DE PREÇOS

Torna-se público que a PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA (UASG 200058), por intermédio do Centro de Apoio Operacional em Contratações II, realizará licitação, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), da [Portaria PGR/MPU Nº 158, de 27 de setembro de 2024](#), [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), [Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de Setembro de 2023](#), [Portaria PGR/MPU Nº 28, de 16 de Março de 2023](#), e demais legislação aplicável, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DATA DE ABERTURA: 11 de maio de 2026.

HORÁRIO: 11:00h (horário de Brasília).

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras

1. DO OBJETO

- 1.1. Registro de Preços para a futura aquisição de cadeiras de escritório, abrangendo os modelos Giratória Executiva e Giratória Operacional (espaldar alto e médio), destinadas a atender às demandas de diversas unidades do Ministério Público da União (MPU), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Para os itens cujo valor estimado seja inferior à R\$ 4.800.000,00 (receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte), será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
 - 3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante fornecer Declaração de observância desta condição junto a sua proposta (ANEXO V).
- 3.6. **Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:**
 - 3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.6.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 3.6.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
 - 3.6.4.1. O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

- outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.6.4.2. Caso conste, na consulta ao SICAF do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a administração diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 3.6.4.2.0. A tentativa de burla ao certame será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- 3.6.4.2.1. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 3.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.6.7. Agente público do órgão ou entidade licitante.
- 3.6.7.1. A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.6.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, considerando o objeto da presente contratação não ser de alta complexidade e de alto vulto (Acórdão TCU nº 2.831/2012 – Plenário);
- 3.6.9. Pessoas físicas, considerando que a contratação exigir estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física
- 3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
 - 4.2.1. A participação se dará mediante o Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.
 - 4.2.2. O procedimento será divulgado no [Compras.gov.br](#) e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado – Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
 - 4.2.3. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo [Compras.gov.br](#).
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 4.3.1. Está ciente em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
 - 4.3.2. Que sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data da sua entrega em definitivo;
 - 4.3.3. Atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;
 - 4.3.4. Inexiste impedimento à sua habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;
 - 4.3.5. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

-
- 4.3.6. Está ciente em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 4.3.7. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- 4.3.8. Observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;
- 4.3.9. Cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.5.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.5.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.5.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.5.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.5.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.5.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.5.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
-



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

-
- 4.5.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.5.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.5.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.5.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.6. **O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.**
- 4.7. A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. Valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema.
-



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

- 4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.1.1. Valor unitário do item;
 - 5.1.2. Marca e Modelo;
- 5.2. O licitante deverá observar o seguinte:
 - 5.2.1. Em nenhuma hipótese, será recebida/cadastrada proposta fora do prazo estabelecido.
 - 5.2.2. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
 - 5.2.3. Os documentos enviados e anexados no sistema eletrônico deverão observar os tipos aceitos no sistema e os exigidos neste edital.
 - 5.2.4. Para formular a proposta, que ocorrerá, exclusivamente, pelo sistema eletrônico, a empresa deverá preencher os campos próprios do sistema, sem identificação da empresa, sob pena de desclassificação.
 - 5.2.5. Os valores propostos deverão conter, no máximo, dois algarismos após a vírgula, salientando-se que os algarismos que porventura ocorram após este limite serão desconsiderados.
 - 5.2.6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
 - 5.2.6.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
 - 5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
 - 5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
 - 5.7.3. Devem ser respeitados os preços máximos por item previstos no Termo de Referência.**
- 5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
 - 6.5.1. Os valores propostos deverão conter, no máximo, dois algarismos após a vírgula, salientando-se que os algarismos que porventura ocorram após este limite serão desconsiderados.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento).**
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. **Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**
 - 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 6.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - 6.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

- 6.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.17.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.17.1.2. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
- 6.17.1.3. Declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 6.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.17.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

- 6.17.2.2. Empresas brasileiras;
 - 6.17.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.17.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.17.3. Após a adoção dos critérios de desempate anteriores, persistindo o empate, a seleção do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, realizado, automaticamente, pelo sistema Compras.gov; e, caso o sistema esteja inoperante para realização do sorteio, será realizada sessão pública, por meio da plataforma Zoom, para a qual serão convocados todos os licitantes interessados, adotando-se o seguinte procedimento, enquanto o sistema Compras.gov não voltar a disponibilizar a realização de sorteio para essa situação:
- 6.17.3.1. O pregoeiro criará a reunião na plataforma Zoom, disponibilizando o link da reunião no chat da sessão pública da licitação, para acesso a qualquer dos licitantes;
 - 6.17.3.2. A sessão será gravada, para fins de instrução processual e transparência;
 - 6.17.3.3. Após aberta a reunião na plataforma Zoom, o pregoeiro aguardará um prazo de 5 (cinco) minutos para que os interessados possam adentrar à reunião;
 - 6.17.3.4. Passado o prazo anterior, o pregoeiro informará qual a numeração corresponderá a cada licitante que participará do sorteio, realizando, em seguida, o sorteio por meio do site <https://www.random.org/>;
 - 6.17.3.5. Após realizado o sorteio, o pregoeiro comunicará, no chat da sessão, qual a licitante vencedora do sorteio, que será aquela que seja convocada a apresentar sua proposta ajustada e demais procedimentos relativos ao julgamento da proposta e análise dos documentos de habilitação.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no tópico “[DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)” do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 7.1.1. SICAF;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

-
- 7.1.2. **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.3. **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no sítio http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- 7.1.4. **Relação de licitantes inidôneas do Tribunal de Contas da União – TCU** (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:112310083958715:::P3_TIPO_RELACA_O:INIDONEO);
- 7.1.5. **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2. As consultas aos cadastros referidos acima podem ser supridas por meio da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União - Inidôneos TCU, CNJ, CEIS e CNEP - (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) e Certidão Negativa Correccional - CEIS e CNEP - (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).
- 7.3. As consultas no CEIS e CNEP, quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerão no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 7.4.2. O licitante será convocado via chat para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 7.4.3. O prazo para resposta à convocação será de 30 (trinta) minutos.**
- 7.5. Constatada a existência de sanção, a proposta será recusada, por falta de condição de participação do licitante.
- 7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item deste edital.
- 7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação
-



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

- 7.8. Verificada a conformidade, o pregoeiro deverá convocar o licitante que tenha apresentado o melhor preço a negociar para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.8.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.8.1.1. Se a proposta apresentada contiver preços superiores aos limites máximos fixados para a contratação, o licitante será convocado para negociar a redução de seus valores, visando adequá-los aos valores máximos estabelecidos pela Administração.
- 7.8.1.2. O procedimento de negociação será realizado por meio da funcionalidade de convocação para negociação disponível no sistema Compras.gov.br.
- 7.8.1.3. O licitante terá o prazo de 30 (trinta) minutos, contados a partir da convocação no sistema, para manifestar sua resposta quanto à redução dos valores.
- 7.8.1.4. A desclassificação da proposta ocorrerá caso o licitante rejeite a negociação, não responda dentro do prazo estipulado ou manifeste via chat o desinteresse em reduzir os preços aos limites máximos definidos neste Edital e em seus anexos.
- 7.8.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.8.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.9. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta final (conforme modelo disponível no Anexo II do Edital) adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.9.1. **Junto a proposta final, as empresas deverão apresentar:**
- 7.9.1.1. Declaração nos termos art. 3º da Resolução/CNMP nº 37/2009, conforme Anexo III deste Edital.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

- 7.9.1.2. Declaração de Regularidade Social, conforme Anexo IV deste Edital.
- 7.9.1.3. Declaração por não ultrapassar a Receita Bruta Máxima Admitida para Enquadramento como EPP, no Exercício, em Contratos Firmados com a Administração Pública. Conforme Anexo V deste Edital.
- 7.9.1.4. Informações técnicas do produto ofertado, para verificar se atende as especificações do produto, conforme termo de referência.

7.9.2. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, A SER APRESENTADA JUNTO À PROPOSTA:

- 7.9.2.1. Certificado de Regularidade do IBAMA;
- 7.9.2.2. Declaração e/ou Certificado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (do fabricante);
- 7.9.2.3. Apresentar certificado de Cadeia de Custódia e/ou Selo de Cadeia de Custódia do Cerflor ou do FSC (Quando o produto contiver madeira e derivados);
- 7.9.2.4. Relatório de Ensaio ou Laudo ou Certificado de Conformidade emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional acreditado por organismo local pertencente ao ILAC ou ainda OCP acreditado pelo Inmetro ou ainda OCP internacional com acreditação de organismo local pertencente ao IAF, para todos os requisitos da ABNT NBR 13962:2018 ou ISO 21.015:2007 ou mesmo Ansi Bifma X 5.1 em sua versão mais recente. Em caso de documento em língua estrangeira, o mesmo deverá estar devidamente traduzido para o Português por tradutor(a) juramentado(a);
- 7.9.2.5. Licença ambiental e certificado atestando a destinação dos resíduos industriais produzidos;
- 7.9.2.6. Os produtos deverão atender aos requisitos constantes na Norma Regulamentadora NR-17 do Ministério do Trabalho e Emprego, cuja comprovação será efetivada mediante apresentação de laudo de ergonomia ou parecer técnico, contendo o código do produto, emitido por profissional especializado e habilitado em ergonomia certificado pela ABERGO; ou por engenheiro de segurança do trabalho habilitado; ou ainda, por profissional, com nível superior, que tenha especialização em ergonomia do trabalho/segurança do trabalho/medicina do trabalho;
- 7.9.2.7. Laudos da espuma flexível de poliuretano:
 - 7.9.2.7.0. Resiliência – NBR 8619:2022, com desempenho superior a 45% de resiliência ao impacto;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

- 7.9.2.7.1. Teor de cinzas – NBR 14961:2019. Espuma flexível de poliuretano: Com resultado inferior a 1,0;
- 7.9.2.7.2. Resistência à compressão – NBR 8910:2016, com desempenho igual ou maior que 04 em relação à resistência à compressão 50% kPa;
- 7.9.2.7.3. Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 9178 (atualizada) – Espuma flexível de poliuretano – Determinação das Características de Queima com resultado da velocidade de queima menor que 25mm/min;
- 7.9.2.7.4. Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 8515:2020 – Espuma flexível de poliuretano – Resistência a Tração tensão de ruptura acima de 215 KPa, com alongamento de ruptura acima de 80%;
- 7.9.2.7.5. Densidade – NBR 8537:2022. Emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO;
- 7.9.2.8. Laudo Corrosão por exposição à névoa salina – NBR 17088:2023, com grau de empolamento igual a 0 (zero) e grau de enferrujamento igual a 0 (zero), até no mínimo 240h;
- 7.9.2.9. Isenção da Presença de CFC;
- 7.9.2.10. Comprovação de atendimento à norma EN 16955 ou DIN 4550:2016 para pistão à gás classe 4.
- 7.9.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:
 - 7.9.3.1. Por solicitação do licitante, no chat do sistema, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;
 - 7.9.3.2. De ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de sua conformidade.
- 7.10. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**
 - 7.10.1. Contiver vícios insanáveis;
 - 7.10.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.10.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

-
- 7.10.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.10.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.11.1. A inexecução, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.11.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.11.1.2. Que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.12. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.13. O pregoeiro poderá comunicar a todos, mediante chat, o estabelecimento de um tempo razoável para aguardar resposta, nunca inferior a 30 (trinta) minutos, quando da convocação para o diálogo, inclusive, quanto à solicitação de esclarecimentos relativos à exequibilidade ou ajuste na proposta, antes da abertura de prazo para envio de documentos. A empresa que não manifestar presença, ou seja, não acompanhar as operações no sistema eletrônico ou não atender às convocações do pregoeiro durante o processo licitatório, poderá ser desclassificada.
- 7.14. Erros no preenchimento no documento com a **proposta final adequada ao último lance** não constituem motivo para a desclassificação da proposta. O documento poderá ser ajustado pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração dos preços;
- 7.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.16.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os
-



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

interessados, incluindo os demais licitantes.

- 7.16.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.16.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.16.4. Se as amostras apresentadas pelo primeiro classificado não forem aceitas, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 7.16.5. Será solicitado no chat, ao licitante classificado em primeiro lugar, caso ele queira encaminhar os documentos de habilitação para serem analisados antes do envio da amostra, para evitar prejuízos de envio desnecessário.
- 7.16.6. As regras e condições para realização do envio da amostra, estão pormenorizadas no termo de referência, item 8.3 do Termo de Referência.**
- 7.16.7. Finalizada a etapa de julgamento da proposta, será iniciado o procedimento de habilitação.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos aqui previstos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:
- 8.3. Habilitação jurídica**
 - 8.3.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - 8.3.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no [sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);
 - 8.3.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

comprobatório de seus administradores;

- 8.3.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 8.3.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.3.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

- 8.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 8.5. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.5.1. É responsabilidade do licitante verificar a integridade de seu cadastro no SICAF, mantê-lo atualizado e, quando necessário, possuir a documentação atualizada para envio no prazo estabelecido no item anterior.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia digitalizada.
- 8.7. **Qualificação Econômico-Financeira**
- 8.7.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, a licitante deverá apresentar, no mínimo:
- 8.7.1.1. Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativos ao último exercício social;
- 8.7.1.2. Certidão negativa de feitos sobre falência;
- 8.7.1.3. Comprovação de patrimônio líquido mínimo, equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado do item ou do somatório dos itens para os quais apresentar proposta.
- 8.7.2. Se a licitante for a vencedora de múltiplos itens e o somatório dos seus valores estimados exceder a sua capacidade de patrimônio líquido mínimo, ela terá a opção de solicitar a desclassificação de um ou mais itens para que possa se enquadrar no índice financeiro exigido.
- 8.7.3. A licitante deverá manifestar expressamente sua intenção de desistir de itens no prazo de 30 (trinta) minutos, contado a partir da sua convocação. A manifestação deverá indicar os itens que deseja manter, garantindo assim a sua habilitação.
- 8.7.4. Caso a licitante não se manifeste no prazo estabelecido, o Pregoeiro, em sua análise de habilitação, procederá à desclassificação dos itens de menor valor até que o



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

patrimônio líquido da licitante se enquadre no índice mínimo exigido. A ordem de desclassificação será do item de menor valor para o de maior valor.

8.8. Qualificação Técnica

- 8.8.1. Comprovação de aptidão para fornecimento dos materiais de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 8.8.2. Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior, a licitante deverá atender aos seguintes critérios:
- 8.8.2.1. Para cada item da licitação em que esteja em julgamento, a licitante deverá comprovar o fornecimento anterior de cadeiras de escritório de modelo(s) com características semelhantes às do item para o qual concorre, em quantitativo não inferior a 100 (cem) unidades.
- 8.8.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados.
- 8.8.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 8.8.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.9. Após a fase de julgamento, o pregoeiro convocará o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar para apresentar os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados ou estejam desatualizados no SICAF. Neste momento, o licitante será questionado via chat se deseja que sejam considerados para habilitação os documentos registrados no SICAF, se os documentos de habilitação já foram enviados junto à proposta final, ou, caso a convocação via chat não obtenha resposta, será aberto prazo de 02 (duas) horas para envio dos documentos por meio de upload no sistema.
- 8.9.1. Caso o fornecedor registre em resposta via chat que a documentação de habilitação já foi enviada junto à proposta final ou que deseja que sua habilitação seja analisada com base nos documentos disponíveis no SICAF, estará abrindo mão do prazo de 02 (duas) horas para envio da documentação de habilitação via sistema.
- 8.10. Encerrada a etapa de apresentação dos documentos de habilitação, o pregoeiro fará uma análise prévia da documentação e informará ao fornecedor, via chat, se a documentação



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

apresentada está completa ou requer complementação, indicando, neste último caso, qual(is) documento(s) está(ão) faltante(s) ou necessita(m) ser complementado(s).

- 8.11. Caso o pregoeiro constate **a necessidade de complementação da documentação, seja para esclarecer informações de documentos já apresentados ou para suprir a ausência de documento comprobatório de condição pré-existente**, será aberto o prazo de 02 (duas) horas para o envio dos documentos solicitados por meio de upload no sistema.
- 8.11.1. A complementação referida deve obrigatoriamente restringir-se à juntada de documentos que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública.
- 8.11.2. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, mediante solicitação fundamentada apresentada no chat pelo licitante, antes de findar o prazo original.
- 8.12. **Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).**
- 8.13. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.14. **A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.**
- 8.14.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.16. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.17. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

- 8.20. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.21. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços (ARP), cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.1. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital, conforme previsto no § 2º do art. 16 da [Portaria PGR/MPU Nº 158/2024](#).
- 9.1.2. A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços será realizada por meio do e-mail de contato informado na proposta licitante mais bem classificado, o início da contagem do prazo para assinatura da ARP é a data do envio do e-mail de convocação.
- 9.1.2.1. A assinatura deverá ocorrer no sistema de peticionamento eletrônico do MPF.
- 9.1.2.2. O fornecedor convocado deverá realizar cadastro para solicitação de Senha e Login, no portal “Peticionamento Eletrônico do MPF”, site: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>.
- 9.1.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que:
- 9.1.3.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- 9.1.3.2. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

- 9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
 - 10.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 10.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
 - 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - 10.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 10.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 25 e art. 26 da [Portaria PGR/MPU Nº 158/2024](#).
- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- 10.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 10.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10.5. Do Procedimento para Manifestação de Interesse no Cadastro de Reserva

- 10.5.1. **Após o encerramento do item/itens, o Pregoeiro comunicará**, por meio do chat geral do sistema Compras.gov.br, a **abertura de prazo** para que os licitantes **manifestem formalmente o interesse em compor o cadastro de reserva**.
- 10.5.2. O prazo para a manifestação de interesse será de, no mínimo, **2 (dois) dias úteis, contados a partir da comunicação do Pregoeiro**, sendo a data e o horário limites definidos e informados na mesma mensagem.
- 10.5.3. A **manifestação de interesse deverá ser encaminhada dentro do prazo estabelecido, exclusivamente para o e-mail PRSC-licitacoes@mpf.mp.br**, e deverá observar as seguintes condições:
 - 10.5.3.1. O licitante somente poderá **manifestar interesse em compor o cadastro de reserva para os itens nos quais tenha apresentado proposta**.
 - 10.5.3.2. O **e-mail deverá conter, em anexo, a proposta do fornecedor preenchida (conforme modelo disponível no Anexo II do Edital)**, indicando de forma clara, para cada item que desejar compor o cadastro de reserva, se:
 - a) aceita registrar seu preço em **valor igual ao do adjudicatário**; ou
 - b) deseja **manter o valor da sua proposta original**, informando qual é este valor.
- 10.5.4. O julgamento da proposta e a análise dos documentos de habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente serão realizados na eventualidade de uma futura convocação, conforme as hipóteses previstas no item 10.3 deste Edital.

11. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 11.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

Contrato ou emitido instrumento equivalente.

- 11.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 11.2.1. A assinatura eletrônica do Termo de Contrato, deverá ocorrer no sistema de peticionamento eletrônico do MPF.
- 11.2.2. O adjudicatário deverá realizar cadastro no portal “Petitionamento Eletrônico do MPF”, site: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>.
- 11.2.3. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 11.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 11.3.1. A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 11.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 11.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 11.5. **Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital**, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 11.6. **A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.**

12. DOS RECURSOS

- 12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

- 12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 12.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 12.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 12.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados e poderão ser solicitados por meio do endereço eletrônico PRSC-licitacoes@mpf.mp.br.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 13.1. Comete infração administrativa, o licitante que, com dolo ou culpa, incorrer em quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, relacionadas a seguir:
- 13.2. **Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame.**
- 13.2.1. **Nível:** 3 - Relevante;
- 13.2.2. **Sanção:**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

- 13.2.2.1. **Impedimento de licitar e contratar:** prazo de 04 a 08 meses.
- 13.2.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 6% a 12%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.
- 13.3. **Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:**
- A. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - B. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - C. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - D. Deixar de apresentar amostra;
 - E. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 13.3.1. **Nível:** 3 - Relevante;
- 13.3.2. **Sanção:**
- 13.3.2.1. **Impedimento de licitar e contratar:** prazo de 04 a 08 meses.
- 13.3.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 6% a 12%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.
- 13.4. **Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou**
- 13.4.1. **Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;**
- 13.4.2. **Nível:** 4 - Grave;
- 13.4.3. **Sanção:**
- 13.4.3.1. **Impedimento de licitar e contratar:** prazo de 12 a 24 meses.
- 13.4.3.2. **Multa sancionatória:** percentual de 8% a 16%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.
- 13.5. **Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.**
- 13.5.1. **Nível:** 5 - Muito Grave;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

13.5.2. Sanção:

13.5.2.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.

13.5.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.

13.6. Fraudar a licitação.

13.6.1. **Nível:** 5 - Muito Grave;

13.6.2. Sanção:

13.6.2.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.

13.6.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.

13.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- A. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- B. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- C. Apresentar amostra falsificada.

13.7.1. **Nível:** 5 - Muito Grave;

13.7.2. Sanção:

13.7.2.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.

13.7.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.

13.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.8.1. **Nível:** 5 - Muito Grave;

13.8.2. Sanção:

13.8.2.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.

13.8.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.

13.9. **Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.**

13.9.1. **Nível:** 5 - Muito Grave;

13.9.2. **Sanção:**

13.9.2.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.

13.9.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor.

13.10. **Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):**

13.10.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.10.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.10.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.10.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

13.10.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.11. A tabela a seguir apresenta a dosimetria das sanções administrativas a serem aplicadas em conformidade com os níveis de gravidade das infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 e conforme estabelecido nos artigos 32 a 38 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023. As infrações foram classificadas em cinco níveis de gravidade, e para cada nível são definidos os valores base das multas e dos períodos de impedimento ou inidoneidade.

Nível de Gravidade	Valor da Multa	Prazo de Impedimento / Inidoneidade
Nível 1 - Leve	Até 5%	Não aplicável
Nível 2 - Moderada	Base de 6%, variando entre 4% e 8%	Base de 3 meses, variando entre 2 e 4 meses



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

Nível 3 - Relevante	Base de 9%, variando entre 6% e 12%	Base de 6 meses, variando entre 4 e 8 meses
Nível 4 - Grave	Base de 12%, variando entre 8% e 16%	Base de 18 meses, variando entre 12 e 24 meses
Nível 5 - Muito Grave	Base de 15%, variando entre 10% e 20%	Base de 42 meses, variando entre 36 e 72 meses

- 13.11.1. As sanções aplicadas serão ajustadas conforme as particularidades de cada caso concreto, respeitando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. As variações nos valores das multas e nos períodos de impedimento/inidoneidade serão determinadas com base nas circunstâncias agravantes e atenuantes. Essas circunstâncias são definidas nos artigos 35 e 36 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023, e serão aplicadas sobre os valores base para o cálculo do valor final das sanções.
- 13.12. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.13. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.13.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 13.13.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.13.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Licitante ou Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.14.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, **as notificações serão**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

- 13.14.2. **Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.**
- 13.15. Quando for o caso de aplicação exclusiva de pena de advertência ou multa, não havendo produção de provas, após a defesa preliminar, o processo será sumário, nos termos da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/23, art. 3º, inciso V e Art. 46.
- 13.16. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 3 (três) servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa preliminar e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.17. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.18. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.19. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.20. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 13.21. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 13.22. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 13.23. Os parâmetros para a aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames licitatórios e contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal, que serão levados em consideração durante toda a vigência da contratação, estão estabelecidos na **Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de Setembro de 2023**, que *“Dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União”*.
- 13.24. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência, anexo a este Instrumento.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica por meio do endereço eletrônico PRSC-licitacoes@mpf.mp.br.
- 14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

-
- 15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4. Os prazos estabelecidos nas convocações para manifestação do fornecedor, envio de informações e documentos, poderão ser prorrogados nas seguintes situações:
- 15.4.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro;
- 15.4.2. De ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para a manifestação ou envio das informações ou documentos solicitados.
- 15.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Para tanto, poderá solicitar retificações necessárias, quanto a erros encontrados ou que apresentarem percentuais em desacordo com a legislação vigente ou com os acórdãos do TCU, desde que não ultrapasse o preço final ofertado pela licitante, podendo efetuar quantas convocações forem necessárias. Sendo possível, ainda, desde que justificado o equívoco ou falha do licitante, após avaliação do pregoeiro, ser solicitado documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário).
- 15.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da
-



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

isonomia e do interesse público.

- 15.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/licitacoes-contratos-e-convenios/licitacoes>. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 15.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 15.13.1. ANEXO I - Termo de Referência (TR)
 - 15.13.2. ANEXO II - Modelo de Proposta Final
 - 15.13.3. ANEXO III - Modelo de Declaração de Regularidade – CNMP Nº 37/2009
 - 15.13.4. ANEXO IV - Modelo de Declaração de Regularidade Social
 - 15.13.5. ANEXO V - Modelo de Declaração por não ultrapassar a Receita Bruta Máxima admitida para enquadramento como EPP
 - 15.13.6. ANEXO VI - Minuta da Ata de Registro de Preços
 - 15.13.7. ANEXO VII - Minuta do Contrato

(datado e assinado eletronicamente)

DANIEL CARLOS WEINGARTNER

Chefe do Centro de Apoio Operacional em Contratações II



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

Referência: PGEA nº 1.33.000.001309/2025-87

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Registro de Preços para a futura aquisição de cadeiras de escritório, abrangendo os modelos Giratória Executiva e Giratória Operacional (espaldar alto e médio), destinadas a atender às demandas de diversas unidades do Ministério Público da União (MPU), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Equipamentos	Código Catmat	Quantidade	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Cadeira Giratória Executiva para Procurador	625040	1.226	3.340,84	4.095.869,84
2	Cadeira Giratória Operacional para Servidor - Espaldar Alto	625040	5.492	1.783,15	9.793.059,80
3	Cadeira Giratória Operacional para Servidor - Espaldar Médio	395750	2.916	1.317,33	3.841.334,28
Total			9.634		17.730.263,92

- 1.2. As especificações técnicas dos bens encontram-se pormenorizadas no Apêndice I deste Termo de Referência.
- 1.3. O levantamento e as justificativas dos quantitativos constam do Estudo Técnico Preliminar (ETP).
- 1.4. Os quantitativos para os órgãos gerenciador e participantes está pormenorizado no Apêndice II deste Termo de Referência.
- 1.5. **Prazo da Ata de Registro de Preços:** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme estabelece o art. 19 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024.
- 1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados da data do envio da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

- 1.7. Durante a sua vigência, vinculam esta contratação, independentemente de necessidade de transcrição, os seguintes documentos: o Termo de Referência e seus anexos; o Edital; a Proposta apresentada pelo contratado, além de eventuais anexos dos documentos supracitados;

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

2.2. Justificativa quanto à natureza do objeto

- 2.2.1. Os itens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, conforme Art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021:

2.2.1.1. Haja vista que: estão disponíveis no mercado para contratação a qualquer momento, conforme levantamento de mercado realizado; seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente estabelecidos com especificações usuais e padronizadas para o mercado.

- 2.2.2. O objeto desta contratação **não se enquadra como sendo de bem de luxo**, conforme [Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021](#) e [Portaria PGR/MPU nº 85, de 27 de maio de 2022](#).

2.3. Enquadramento da contratação

- 2.3.1. A contratação fundamenta-se no artigo 6º, incisos XLI e XLV, no artigo 28, inciso I, e no artigo 78, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

- 2.3.1.1. O Sistema de Registro de Preços é oportuno para a presente contratação nos termos do Art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, considerando:

“Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Unidade do MPU julgar pertinente, em especial, quando:

II - for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas contratações nacionais e nas contratações centralizadas;

(...)”

- 2.3.1.2. Nos termos do Art. 82, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, não será permitida a oferta de quantitativos inferiores aos previstos neste termo de referência;

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL****PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

2.3.1.3. É vedada ao órgão gerenciador da ARP a contratação de empresa para o fornecimento do mesmo objeto deste termo de referência, ressalvado o disposto no art. 49 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.3.2. Em conformidade com o estabelecido no Caput do Art. 28 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, **durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes**, observados os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021 (Art. 86) e na Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

2.3.2.1. Justifica-se a permissão de adesão por órgãos e entidades não participantes ("caronas"), em caráter excepcional, por se tratar de medida que, alinhada à jurisprudência do Tribunal de Contas da União, pode gerar vantajosidade para a Administração Pública sob os seguintes aspectos:

a) **Vantajosidade Econômica:** A presente licitação, por consolidar uma demanda de alta escala, tende a obter preços unitários mais econômicos do que aqueles que um órgão, com uma necessidade pontual e de menor volume, conseguiria em um certame próprio. A adesão permite que outros órgãos públicos se beneficiem diretamente desse ganho de escala, em observância ao princípio da economicidade.

b) **Eficiência e Celeridade Administrativa:** Embora a adesão não dispense o órgão aderente de realizar seu próprio planejamento, ela otimiza o processo de contratação ao suprimir a necessidade de condução de uma nova fase externa de licitação. Para necessidades urgentes ou inadiáveis, a adesão se mostra um mecanismo célere e eficiente para o atendimento do interesse público.

c) **Padronização e Qualidade do Objeto:** A presente ata registrará preços de bens com especificações técnicas robustas e alinhadas a critérios ergonômicos, de sustentabilidade e durabilidade. A adesão permite que órgãos que não dispõem de corpo técnico especializado possam contratar um produto de alta qualidade, cuja especificação já foi devidamente estudada e validada.

d) **Otimização da Força de Trabalho:** Permite que órgãos com equipes de licitação reduzidas possam direcionar seus esforços para contratações mais complexas e estratégicas, utilizando a ata de um objeto padronizado e já licitado com rigor técnico por outro ente, em conformidade com o princípio da eficiência.

e) **Previsibilidade para o Mercado Fornecedor:** A sinalização de que a ata poderá receber adesões aumenta a atratividade do certame para grandes



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

fornecedores, que podem se interessar por um volume potencial de vendas maior, o que pode resultar em propostas ainda mais competitivas na licitação original, beneficiando todos os participantes.

2.3.2.2. A possibilidade de adesão à ata de registro de preços, durante sua validade, por órgãos ou entidades que não tenham participado do certame licitatório, será condicionada à anuência do órgão gerenciador e desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e art. 28 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

2.3.2.3. Nos termos do Art. 9º, inciso XI, da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, os quantitativos eventualmente a serem adquiridos por órgãos ou entidades não participantes (por adesão), estarão sujeitos aos limites previstos no Art. 29, incisos I e II, do Portaria PGR/MPU nº 158/2024:

- a) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50 % (cinquenta por cento) dos quantitativos totais dos itens registrados na ata de registro de preços; e
- b) não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

2.4. Do Plano de Contratações Anual

2.4.1. As informações acerca da previsão no Plano de Contratações Anual (PCA) encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

2.5. Da participação na Licitação

2.5.1. Nos termos do do Art. 4, § 1º, Inc. II, da Lei 14.133/2021, para os **itens cujo valor estimado seja inferior à R\$ 4.800.000,00** (receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte) será concedida **preferência de contratação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP)**, conforme previsto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006..

2.5.2. A participação na licitação é vedada a pessoas físicas.

2.5.3. As justificativas para as regras de participação na licitação definidas neste tópico encontram-se pormenorizadas em itens específicos do Estudo Técnico Preliminar (ETP).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A descrição da solução, suas características e a justificativa para a escolha dos modelos e tecnologias adotadas encontram-se pormenorizadas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP).
- 3.2. A solução encontrada para atender a essa demanda contempla a aquisição de cadeiras de escritório, abrangendo os modelos Giratória Executiva e Giratória Operacional (espaldar alto e médio).
- 3.3. Especificações Técnicas dos Equipamentos:** As especificações técnicas pormenorizadas de cada modelo de cadeira de escritório encontram-se no **Apêndice I deste Termo de Referência (ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS)**.
- 3.4. As necessidades relacionadas à aquisição de cadeiras de escritório são comuns a diversas Unidades do MPU, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar, sendo oportuna a realização de compra compartilhada, mediante Sistema de Registro de Preços. Além disso, ocorrerá o fornecimento parcelado dos bens, com vistas ao atendimento de demandas efetivas e otimizadas.

3.4.1. Portanto, a contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Art. 3º da Portaria PGR/MPU nº 158/2024:

“Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Unidade do MPU julgar pertinente, em especial, quando:

II - for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas contratações nacionais e nas contratações centralizadas;”

3.5. Dos dados do órgão gerenciador e dos participantes:

3.5.1. **Órgão Gerenciador** - Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina (PR/SC):

3.5.1.1. UASG: 200058

3.5.1.2. Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4876 torres I e III, Edifício Luiz Elias Daux, Agrônômica, Florianópolis, SC, CEP 88.025-255.

3.5.1.3. **Contato área gestora da ARP:** Divisão de Contratações e Gestão Contratual (DICGC) (48) 2107-2529 - prsc-contratos@mpr.mp.br.

3.5.2. Órgãos Participantes



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

3.5.2.1. A relação de participantes com os respectivos quantitativos, os locais, os endereços de entrega e os contatos encontra-se descrita em tabela no apêndice II deste termo de referência.

3.6. Da baixa da ARP

3.6.1. Não será estabelecido quantitativo mínimo para as Ordens de Fornecimento emitidas pelos órgãos participantes.

3.6.1.1. A decisão de não fixar um lote mínimo para as aquisições fundamenta-se na natureza desta contratação nacional, que abrange um grande número de unidades participantes com perfis de consumo e quantitativos registrados muito díspares. A imposição de um quantitativo mínimo poderia se tornar um óbice para unidades com necessidades pontuais e de menor volume, impedindo-as de se beneficiarem da Ata de Registro de Preços e frustrando o princípio da economicidade.

3.6.1.2. Tal flexibilidade está em conformidade com a própria finalidade do Sistema de Registro de Preços que, conforme o Art. 3º, II, da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, é conveniente para "a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas", permitindo que cada órgão participante solicite o fornecimento dos bens estritamente de acordo com sua necessidade efetiva.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4.2. Requisitos de Sustentabilidade

4.2.1. A licitante CONTRATADA deverá observar as disposições legais sobre sustentabilidade, mormente a IN SLTI/MPOG nº 01/2010 a fim de adotar as seguintes práticas sustentáveis no fornecimento dos bens e serviços, quando couber:

4.2.2. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; ([Art. 5º, I, IN SLTI/MPOG nº 01/2010](#))

4.2.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; ([Art. 5º, II, IN SLTI/MPOG nº 01/2010](#))

4.2.4. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; ([Art. 5º, III, IN SLTI/MPOG nº 01/2010](#))



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

4.2.5. Adicionalmente aos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

a) **Reciclabilidade:** Os equipamentos adquiridos, bem como suas embalagens, devem ser fabricados com materiais que facilitem a reciclagem ao final de sua vida útil. A escolha das embalagens deve priorizar materiais recicláveis, em volumes otimizados para minimizar o impacto ambiental.

b) **Condições de Trabalho:** As empresas licitantes deverão declarar que observam as normas relativas à saúde e segurança no trabalho e que não empregam mão de obra infantil ou em condições análogas à de escravo.

4.3. Requisitos de Comprovação e Informações do Fabricante

4.3.1. As licitantes deverão incluir em suas propostas as seguintes informações sobre os produtos ofertados: marca, modelo, fabricante e o endereço do site oficial do fabricante — mesmo que estrangeiro e em língua estrangeira — onde as especificações técnicas e a indicação de que o modelo ofertado é produzido pelo referido fabricante possam ser consultadas.

4.3.2. A comprovação do atendimento aos requisitos técnicos deverá ser feita, prioritariamente, por meio de **manual técnico, catálogo oficial do produto ou endereço eletrônico específico (link) da página no site oficial do fabricante**, onde a característica exigida seja explicitamente mencionada. A simples declaração da licitante, desacompanhada de uma das documentações do fabricante, não será considerada suficiente.

4.3.3. Em caráter complementar, caso a documentação prevista no item anterior não seja suficiente para demonstrar o pleno atendimento a todas as especificações, a proposta deverá ser instruída com **declaração do fabricante**, que apresente os dados técnicos remanescentes. A declaração deverá conter o nome completo, o cargo e os dados de contato do responsável pelas informações, a fim de viabilizar eventuais diligências por parte da Administração.

4.3.4. As justificativas para as exigências contidas neste tópico encontram-se pormenorizadas em itens específicos do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

4.4. Subcontratação

4.4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de entrega e Local de entrega

5.1.1. O objeto deverá ser entregue até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data do **recebimento da Ordem de Fornecimento**.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

- 5.1.2. Caso o término do prazo coincida com feriado ou fim de semana, a entrega deverá ocorrer no primeiro dia útil posterior a essa data.
- 5.1.3. Somente será admitida a prorrogação do prazo de entrega em caso de força maior – devidamente comprovada pela CONTRATADA – por escrito, **até 1 (um) dia útil antes da data final fixada para a entrega**, desde que haja anuência do CONTRATANTE.
- 5.1.4. Os materiais devem estar embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte, carga e descarga.
- 5.1.5. A CONTRATADA deverá agendar formalmente a entrega do material, **com antecedência de 01 (um) dia útil**.
- 5.1.6. A entrega do objeto deverá ser realizada nos endereços constantes no apêndice II deste Termo de Referência, em dia e horário de expediente, **mediante prévio agendamento** com a unidade de destino por meio dos contatos indicados no referido apêndice.
- 5.1.7. Os bens deverão ser entregues devidamente montados e em perfeitas condições de uso, sendo de responsabilidade integral da CONTRATADA a montagem, vedada a transferência deste ônus a qualquer unidade da CONTRATANTE.

5.2. Especificação da garantia do objeto (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 5.2.1. **Prazo de Garantia do Fabricante:** O prazo de garantia dos bens, a ser integralmente fornecido pelo fabricante, será de, no mínimo, **7 (sete) anos para a Cadeira Giratória Executiva para Procurador (Item 1)** e de **5 (cinco) anos para os demais modelos (Itens 2 e 3)**, ou prazo garantia padrão do fabricante, se maior, contado a partir do recebimento definitivo do objeto.
- 5.2.2. **Comprovação da Garantia:** A comprovação da garantia do fabricante deverá ser feita por meio de documento oficial, como certificado de garantia, manual do produto ou informação explícita no catálogo ou site oficial.
- 5.2.3. **Responsabilidade Subsidiária da Contratada:** Caso o fabricante, durante o período de garantia, não cumpra suas obrigações de forma satisfatória, a contratada será responsável por assegurar o seu pleno atendimento, arcando com todas as ações necessárias, incluindo a intermediação junto à rede de assistência técnica e a logística para troca de peças ou do bem, se necessário.
- 5.2.4. **Vigência da Garantia:** A garantia tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo a aplicação de penalidades em caso de descumprimento de suas condições, mesmo após expirada a vigência contratual.
- 5.2.5. **Substituição de Peças:** As peças e componentes que apresentarem defeito no período de garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais do fabricante.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

5.2.6. **Logística da Garantia:** O custo referente ao transporte e à logística para recolhimento e entrega de bens cobertos pela garantia será, em primeira instância, de responsabilidade do fabricante, por meio de sua rede de assistência técnica. Contudo, caso o serviço não seja atendido a contento, a **contratada** assume a **inteira e final responsabilidade** por essa logística, que deverá ocorrer no endereço da respectiva unidade de destino, sem qualquer ônus para a Administração.

5.2.7. **Manutenção Corretiva:** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens por assistência técnica autorizada do fabricante ou pela contratada, caso o fabricante por meio da sua assistência técnica não cumpra suas obrigações de forma satisfatória, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias para manter os equipamentos em perfeitas condições de uso.

5.2.8. **Prazos de Atendimento:** O prazo para a efetiva reparação ou substituição dos bens é de, no máximo, **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data do acionamento da garantia pela unidade do MPU. Caso a assistência técnica do fabricante, acionada diretamente, não cumpra o prazo estabelecido, a **contratada** será notificada para assegurar a solução do problema **em um novo prazo de 10 (dez) dias úteis**. Este prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.

5.2.9. As justificativas detalhadas para as exigências de garantia encontram-se pormenorizadas em item específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1. A Nota de Empenho substitui o instrumento de contrato, nos termos do art. 95, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e a adjudicatária passa à condição de CONTRATADA após recebê-la. Desse modo, deve observar as obrigações assumidas, sujeitando-se às sanções previstas neste Termo de Referência (TR).

6.2. Da comunicação entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA:

6.2.1. As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.2.2. Conforme os termos deste documento, para efeito de contratação e gestão contratual, fica eleito o correio eletrônico (e-mail) como modo de comunicação formal e principal entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

- 6.2.3. Para efeito da contagem dos prazos, durante toda a contratação, nos casos de notificação, de intimação ou de comunicação, o início da contagem dá-se a partir da data de envio do e-mail pela CONTRATANTE.
- 6.2.4. É de total responsabilidade da CONTRATADA manter permanentemente atualizado o e-mail de contato com a CONTRATANTE.
- 6.2.5. Além do e-mail, a empresa ficará ainda responsável por disponibilizar um número de telefone para eventuais contatos com o preposto da empresa.
- 6.3. O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).
- 6.5. Caberá ao **órgão gerenciador e aos órgãos participantes designar os responsáveis pela fiscalização técnica do contrato e pelo acompanhamento da execução do objeto**, em relação aos itens específicos por eles contratados, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Termo de Referência (TR), assegurando os melhores resultados para a Administração. ([Portaria PGR/MPU Nº 28, de 16 de Março de 2023, art. 17, VI](#));
- 6.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- a) Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;
 - b) Suspender o fornecimento do objeto contratado, total ou parcialmente, a qualquer tempo, no caso de não atendimento aos parâmetros estabelecidos no termo de referência e na proposta de fornecimento, submetendo o assunto à consideração do setor de gestão da contratação, para providências;
- 6.7. A fiscalização contratual anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, II](#));
- 6.7.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização contratual emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, III](#));
- 6.8. A fiscalização contratual verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, I e X](#)).
- 6.9. A fiscalização contratual deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, FATURAMENTO E PAGAMENTO

7.1. Do recebimento

- 7.1.1. O objeto **será recebido provisoriamente, mediante recibo**, imediatamente após efetuada a entrega, para posterior verificação da sua conformidade com a especificação.
- 7.1.2. O objeto **será recebido definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do fornecimento, ocasião em que se fará constar o atesto da Nota Fiscal / Fatura.
- 7.1.3. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas no fornecimento ou no instrumento de cobrança.
- 7.1.4. Os produtos entregues em desconformidade com o especificado no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a substituí-los, a suas expensas, no **prazo de 10 (dez) dias** contados da data de recebimento da notificação.
- 7.1.4.1. Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.
- 7.1.5. Independentemente da aceitação, a CONTRATADA garantirá a qualidade de cada unidade do produto fornecido, e estará obrigada a substituir aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE.
- 7.1.6. Os equipamentos poderão ser recusados, dentre outros, quando entregue com especificações técnicas inferiores às previstas neste termo de referência.
- 7.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Do Faturamento:

- 7.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar, **no momento da entrega do objeto**, a fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da **Procuradoria da República em Santa Catarina, CNPJ nº 26.989.715/0029-03, para o Órgão Gerenciador, e o mesmo será aplicado às Unidades Participantes, quando houver, observando os respectivos CNPJs e Razões Sociais, acompanhada** das respectivas comprovações de regularidade de habilitação exigidas no Edital de licitação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

- 7.2.1.1. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos constantes da nota de empenho.
- 7.2.1.2. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em até 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.
- 7.2.1.3. A CONTRATADA deverá entregar todos os equipamentos solicitados por meio da nota de empenho, não havendo pagamento em caso de entrega parcial até que ocorra o adimplemento total da obrigação.
- 7.2.2. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.
- 7.2.3. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.
- 7.2.4. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA eventuais valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

7.3. Condições de Pagamento:

- 7.3.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado, em moeda nacional, no prazo de **até 10 (dez)** dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.
- 7.3.2. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 7.3.3. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.
- 7.3.4. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.
- 7.3.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

$I = (TX/100) / 365$, assim apurado: $I = (6/100) / 365$, portanto: $I = 0,00016438$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.3.6. No pagamento do(s) material(is) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

8. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

8.1.2. Indica-se adotar o **modo de disputa aberto e fechado**, com intervalo mínimo de **diferença de valores entre lances de 1% (um por cento)**.

8.2. Na fase de julgamento, junto a proposta final, deverá ser apresentada a documentação complementar à proposta, prevista no Apêndice I do Termo de Referência. As justificativas para tal exigência estão pormenorizadas no tópico 3 do ETP.

8.3. Análise de Amostras

8.3.1. Havendo aceitação da proposta quanto ao preço, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será convocado a apresentar amostra, cuja data, local e horário para entrega e avaliação serão divulgados por meio de mensagem eletrônica no sistema, podendo a presença ser facultada a todos os demais interessados, incluindo outros fornecedores.

8.3.2. A amostra consistirá em 01 (uma) unidade da cadeira para cada item em que a licitante for declarada provisoriamente vencedora.

8.3.3. A apresentação da amostra tem por finalidade permitir que a Administração verifique a compatibilidade entre o produto ofertado pelo licitante e as condições mínimas previstas neste Termo de Referência, minimizando riscos e garantindo a conformidade com as especificações técnicas. Visa ainda avaliar a qualidade do produto, realizar testes de

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL****PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

desempenho, verificar a adequação às normas de segurança operacional, ergonomia e facilidade de manutenção, assegurando que os produtos atendam aos requisitos estabelecidos e reduzindo a possibilidade de aquisição de itens inadequados ou de qualidade inferior.

8.3.4. As amostras deverão ser entregues, às expensas do licitante, na Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas da PR/SC, situada à Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, nº 4876, Edifício Luiz Elias Daux, Agrônômica, Florianópolis/SC, CEP 88.025-255. Telefones para contato: (48) 2107-2449; e-mail: prsc-licitacoes@mpf.mp.br.

8.3.5. O prazo máximo para entrega da amostra será de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à convocação para envio da amostra. A empresa licitante assume integral responsabilidade pelo envio e por eventuais atrasos na entrega.

8.3.5.1. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, pelo período de mais **5 (cinco) dias úteis**, a partir de solicitação fundamentada e aceita pelo pregoeiro, antes do fim do prazo original. A solicitação de prorrogação poderá ser realizada via chat ou por meio do e-mail de contato com o pregoeiro divulgado no edital.

8.3.6. No momento da entrega da amostra será emitido o respectivo Termo de Recebimento de Amostra.

8.3.7. A amostra deverá estar em sua embalagem original, lacrada externamente, devidamente identificada com o número do **Pregão**, o número do item, o CNPJ e a razão social da licitante, e conter todos os acessórios, manuais e documentação complementar necessários ao uso e à manutenção.

8.3.8. A não entrega da amostra, o atraso injustificado na entrega ou a entrega de amostra que não atenda às especificações previstas implicará na recusa da proposta.

8.3.9. Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, a licitante poderá substituir a amostra apresentada, mantidas a marca e as especificações originalmente propostas.

8.3.10. A avaliação das amostras compreenderá inspeção visual e análise técnica detalhada, com o propósito de verificar o atendimento aos requisitos previstos no Termo de Referência, às características informadas na proposta e na documentação complementar.

8.3.11. As licitantes poderão acompanhar a avaliação das amostras, desde que manifestem interesse até a data de entrega da amostra, sendo facultado aos demais licitantes vistoriar as amostras apresentadas mediante comunicação pelo chat do Comprasnet ou por e-mail para prsc-licitacoes@mpf.mp.br.

8.3.12. O prazo para análise das amostras será de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data do recebimento da amostra.

8.3.12.1. A critério da Administração, o prazo poderá ser prorrogado. Em caso de prorrogação, o novo prazo será divulgado por meio do chat do sistema.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

8.3.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.3.14. A análise das amostras observará os seguintes critérios:

8.3.14.1. Características construtivas e robustez: Avaliação da qualidade dos materiais empregados, resistência a impactos, estabilidade e robustez estrutural, bem como a durabilidade estimada do mobiliário.

8.3.14.2. Conformidade com as especificações técnicas: Verificação do atendimento às especificações descritas no Termo de Referência, incluindo dimensões, tipos de revestimento, acabamentos e mecanismos de ajuste.

8.3.14.3. Integridade do produto: Inspeção para identificar eventuais modificações, adaptações ou alterações que descaracterizem o modelo originalmente ofertado, garantindo que a amostra corresponda integralmente ao produto proposto.

8.3.14.4. Documentação e informações: Verificação da presença e adequação das informações impressas no produto, embalagem, manuais de instrução e certificados de garantia, obrigatoriamente em língua portuguesa.

8.3.14.5. Componentes e acessórios: Confirmação da existência e funcionalidade de todos os componentes necessários ao uso e instalação adequados das cadeiras, como bases, rodízios, mecanismos de regulação de altura e inclinação.

8.3.14.6. Testes de resistência e estabilidade: Realização de testes simulados para avaliar a capacidade da cadeira em suportar cargas e uso contínuo, assegurando segurança e conforto ao usuário.

8.3.14.7. Avaliação dos mecanismos ergonômicos: Verificação do funcionamento adequado dos mecanismos de ajuste de altura, inclinação do encosto e suporte lombar, em conformidade com os princípios ergonômicos aplicáveis.

8.3.14.8. Mecanismos de segurança: Avaliação da presença e funcionamento de dispositivos de segurança, tais como travas nos rodízios e estabilidade da base, visando prevenir acidentes e garantir o uso seguro das cadeiras.

8.3.15. Será considerada reprovada a amostra que, após a análise técnica e visual, apresentar qualquer uma das seguintes situações:

8.3.15.1. Apresentar acabamento geral insatisfatório, incluindo, mas não se limitando a, pintura defeituosa, soldas irregulares, revestimento inadequado, desalinhamento das junções ou da estrutura, evidenciando qualidade inferior ou ajustes pontuais que descaracterizem a originalidade do produto;

8.3.15.2. Apresentar problemas de funcionamento dos mecanismos da cadeira durante a análise técnica, tais como falha nos sistemas de ajuste de altura, inclinação, travamento ou estabilidade;

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL****PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

- 8.3.15.3.** Apresentar divergência, insuficiência ou qualidade inferior em relação às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, inclusive quanto a materiais, dimensões e ergonomia;
- 8.3.15.4.** Ser de origem estrangeira e não acompanhar o manual de instrução em língua portuguesa, documento indispensável para a correta análise técnica e utilização do produto;
- 8.3.15.5.** Apresentar qualquer outro vício ou não conformidade que comprometa a segurança, funcionalidade ou qualidade exigida.
- 8.3.16.** A reprovação da amostra implicará na exclusão da proposta correspondente do certame, não sendo permitida a substituição, ajuste ou modificação do produto apresentado, mesmo que o produto da mesma marca e modelo seja apresentado por outros licitantes subsequentes.
- 8.3.17.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado, seguindo-se, sucessivamente, até a verificação de uma amostra que atenda às especificações.
- 8.3.18.** A licitante vencedora compromete-se a entregar produto idêntico (mesma marca e modelo) à amostra aceita e homologada pela Administração.
- 8.3.19.** As amostras rejeitadas que não forem recolhidas pelos respectivos fornecedores no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** após sua rejeição serão consideradas abandonadas, podendo a Administração dar-lhes a destinação que julgar conveniente.
- 8.3.20.** As amostras entregues pela licitante vencedora permanecerão sob custódia da Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas da PR/SC para futura comparação no recebimento dos demais produtos, sendo devolvidas à contratada após o recebimento definitivo do objeto.
- 8.3.21.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 8.3.22.** Os interessados deverão disponibilizar todas as condições indispensáveis à realização de testes, fornecendo, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa necessários ao perfeito manuseio e manutenção do produto, quando aplicável.
- 8.4. Exigências de habilitação**
- 8.4.1. Para fins de **habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista**, deverão ser observados os requisitos exigidos no Edital de Licitação.

8.5. Qualificação Econômico-Financeira

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL****PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

8.5.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, a licitante deverá apresentar, no mínimo:

- a) Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativos ao último exercício social;
- b) Certidão negativa de feitos sobre falência;
- c) Comprovação de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado do item ou do somatório dos itens para os quais apresentar proposta.

8.5.2. Regra de Aferição para Múltiplos Itens

8.5.2.1. Na hipótese de uma mesma licitante ser declarada vencedora em mais de um item, a comprovação do patrimônio líquido mínimo será aferida pelo somatório do valor estimado de todos os itens que lhe seriam adjudicados.

8.5.2.2. Caso o patrimônio líquido comprovado seja insuficiente para cobrir o somatório, será facultado à licitante, no momento da habilitação, indicar de quais itens pretende desistir para se adequar ao critério. Caso a licitante não se manifeste, o Agente de Contratação ou Pregoeiro procederá à sua inabilitação nos itens de menor valor, sucessivamente, até que o valor remanescente dos itens para os quais permanecerá habilitada seja compatível com o patrimônio líquido apresentado.

8.6. Qualificação Técnica

8.6.1. Comprovação de aptidão para fornecimento dos materiais de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.6.2. Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior, a licitante deverá atender aos seguintes critérios:

8.6.2.1. Para cada item da licitação em que esteja em julgamento, a licitante deverá comprovar o fornecimento anterior de cadeiras de escritório de modelo(s) com características semelhantes às do item para o qual concorre, em quantitativo não inferior a 100 (cem) unidades.

8.6.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados.

8.6.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.6.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL****PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

do contrato que deu suporte à contratação, notas fiscais, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1. O custo total da contratação é de **R\$ 17.730.263,92 (Dezessete milhões, setecentos e trinta mil, duzentos e sessenta e três reais e noventa e dois centavos)**, conforme valores unitários apostos na tabela presente no subitem 1.1 deste instrumento.

9.1.1. Nos valores estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

9.2. O quantitativo informado para o presente registro de preços não configura obrigatoriedade quanto a efetivação da contratação. A solicitação dos quantitativos estará condicionada à análise de sua necessidade e de sua viabilidade por parte da Administração, considerando-os mera referência de consumo.

9.3. Do Reajuste dos Preços Registrados

9.3.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irremovíveis no **prazo de um ano contado orçamento em 31/03/2026**.

9.3.2. Após o interregno de um ano da data do orçamento referenciado no subitem anterior, o órgão Gerenciador da ata de registro de preços deverá iniciar o procedimento para reajuste dos valores registrados, mediante a aplicação do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para os quantitativos não contratados após a ocorrência da anualidade, cientificando a empresa beneficiária da ata de registro de preços do início da instrução.

9.3.2.1. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.3.2.2. Não iniciado o procedimento de reajuste pelo órgão Gerenciador da ata de registro de preços, compete à empresa beneficiária da ata de registro de preços solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data de apresentação da proposta final ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a empresa suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente à sua inércia.

9.3.2.3. Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice de reajuste estabelecido, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da empresa beneficiária da ata de registro de preços, do percentual a ser reajustado.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

- 9.3.2.4. Em caso de ausência de manifestação da empresa beneficiária da ata de registro de preços sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo órgão Gerenciador da ata de registro de preços.
- 9.3.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o órgão Gerenciador da ata de registro de preços procederá o reajuste adotando a última variação conhecida, procedendo a complementação da diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 9.3.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 9.3.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 9.3.5.1. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço.
- 9.3.6. O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ao registro de preços.
- 9.3.7. As disposições previstas neste Termo, para o reajuste dos preços registrados, não impedem a negociação entre as partes, a qualquer tempo, a fim de se estabelecer valores mais vantajosos para a Administração.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. Nos termos do Art. 17 do Decreto nº 11.462/2023, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.
- 10.2. Quando da efetivação da contratação, as despesas decorrentes correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, mediante a seguinte dotação:

UG Executora: (de cada órgão participante do registro de preços);

Programa de Trabalho: (de cada órgão participante do registro de preços);

Plano de Trabalho: (de cada órgão participante do registro de preços);

Plano Interno: (de cada órgão participante do registro de preços);

Fonte: (de cada órgão participante do registro de preços);

Elemento da Despesa: 4.4.9.0.52.52 (Mobiliário em Geral)

11. OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

11.1. Caberá ao CONTRATANTE:

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL****PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

-
- 11.1.1. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- 11.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela formalmente indicada;
- 11.1.3. Conferir os materiais especificados e registrar as divergências quanto à quantidade e/ou qualidade previstas;
- 11.1.4. Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo, por meio de notificação à CONTRATADA;
- 11.1.5. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA nos prazos previstos na legislação em vigor, após o cumprimento das formalidades legais;
- 11.1.6. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 11.1.7. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 11.2.A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes deste Instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas quanto ao fornecimento dos materiais:
- 11.2.1. Indicar formalmente seu preposto;
- 11.2.2. Planejar a execução e a supervisão do objeto;
- 11.2.3. Realizar as entregas dos equipamentos na quantidade, prazos e qualidades especificados, por sua exclusiva conta e responsabilidade, no local indicado pelo CONTRATANTE, em estrita conformidade com as especificações constantes no termo de referência, e no que forem aplicáveis, com as normas pertinentes e com a legislação vigente;
- 11.2.4. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, a execução do objeto em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções e que estiverem em desacordo com as especificações, de ofício ou após a notificação formal do CONTRATANTE;
- 11.2.5. Solicitar por escrito e devidamente fundamentado quaisquer modificações na execução do objeto para análise e decisão do CONTRATANTE;
- 11.2.6. Manter durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação;
-

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL****PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA**

- 11.2.7. Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE;
- 11.2.8. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa de seus empregados ou de empresa por ela contratada, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça no prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o ressarcimento do valor da nota fiscal/fatura do mês, sem prejuízo de poder denunciar o Contrato, de pleno direito, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 11.2.9. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto;
- 11.2.10. Comunicar o CONTRATANTE, no período máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da data de início do fornecimento dos materiais, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.2.11. Nos termos do Art. 116 da Lei 14.133/2021, a CONTRATADA deverá, ao longo de toda a execução do contrato, cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

11.3. Quanto às vedações impostas à CONTRATADA:

- 11.3.1. É vedado ter em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da contratação;
- 11.3.1.1. A vedação prevista não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade;
- 11.3.1.2. A vedação se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;
- 11.3.1.3. A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

11.4. Também não será permitido à CONTRATADA:

- 11.4.1. Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução do objeto discriminado, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;
- 11.4.2. Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE;
- 11.4.3. Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- 11.4.4. Nos termos do Art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, é vedado à CONTRATADA, durante a vigência do contrato, contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público do CONTRATANTE que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

11.5. Quanto às obrigações gerais da CONTRATADA:

- 11.5.1. Para fins de habilitação, a empresa deverá comprovar regularidade nos termos previstos no Edital de Licitação;
- 11.5.2. Disponibilizar o endereço comercial, telefone e uma conta de e-mail para comunicação entre as partes, mantendo-os atualizados.
- 11.5.3. Deverá a CONTRATADA atender e se adequar ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- 11.5.4. A CONTRATADA deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme disposto no inciso XVII do art. 92 da Lei nº 14.133/2021;

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 12.1. Comete infração administrativa o contratado, ou fornecedor, que incorrer em quaisquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021, relacionadas a seguir:

12.2. Der causa à inexecução parcial do contrato ou de instrumento equivalente.

- 12.2.1. **Nível:** 1 - Leve;

- 12.2.2. **Sanção:**

- 12.2.2.1. **Advertência**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

- 12.2.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de até 5%, calculado sobre a parcela inadimplida, não podendo o valor da multa ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento).
- 12.2.3. A **advertência será aplicada exclusivamente** pela infração administrativa de **dar causa à inexecução parcial do contrato ou de instrumento equivalente**, quando não couber imposição de penalidade mais grave.
- 12.2.3.1. Não serão consideradas como advertência às determinações do(s) fiscal(is) do contrato previstas no exercício das atribuições do Art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 12.2.3.2. A não aplicação da advertência não afasta a possibilidade de aplicação da multa de mora contratual, resultante de atraso injustificado na execução do contrato.
- 12.2.4. Tratando-se de **atraso injustificado na execução de obrigação acessória**, a partir do 10º dia de mora o atraso configurará a infração administrativa de “**Der causa à inexecução parcial do contrato ou de instrumento equivalente**”, podendo, a depender das consequências do atraso injustificado, configurar a infração administrativa de “**Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo**”.
- 12.2.4.1. **Após o 30º dia**, mantido o atraso injustificado na execução de obrigação acessória, a contratante poderá promover a extinção unilateral do contrato por não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusula contratual.
- 12.3. **Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.**
- 12.3.1. **Nível:** 2 - Moderada;
- 12.3.2. **Sanção:**
- 12.3.2.1. **Impedimento de licitar e contratar:** prazo de 02 a 04 meses.
- 12.3.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 4% até 8%, calculado sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta.
- 12.4. **Der causa à inexecução total do contrato ou de instrumento equivalente.**
- 12.4.1. **Nível:** 3 - Relevante;
- 12.4.2. **Sanção:**
- 12.4.2.1. **Impedimento de licitar e contratar:** prazo de 04 a 08 meses.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

- 12.4.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 6% até 12%, calculado sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta.

12.5. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

12.5.1. **Nível:** 4 - Grave;

12.5.2. **Sanção:**

12.5.2.1. **Impedimento de licitar e contratar:** prazo de 12 a 24 meses.

12.5.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 8% até 16%, calculado sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta.

12.5.3. Tratando-se de **atraso injustificado na execução de obrigação principal, a partir do 10º dia de mora** o atraso configurará a infração administrativa de **Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação.**

12.5.3.1. **Após o 30º dia**, mantido o atraso injustificado, **restará configurada nova infração, de “Dar causa à inexecução total do contrato ou de instrumento equivalente”**, com a resolução do ajuste.

12.6. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato ou de instrumento equivalente.

12.6.1. **Nível:** 5 - Muito Grave;

12.6.2. **Sanção:**

12.6.2.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.

12.6.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor do contrato ou de instrumento equivalente.

12.7. Praticar ato fraudulento na execução do contrato ou de instrumento equivalente.

12.7.1. **Nível:** 5 - Muito Grave;

12.7.2. **Sanção:**

12.7.2.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.

12.7.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor do contrato ou de instrumento equivalente.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

12.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

12.8.1. **Nível:** 5 - Muito Grave;

12.8.2. **Sanção:**

12.8.2.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.

12.8.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor do contrato ou de instrumento equivalente.

12.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.9.1. **Nível:** 5 - Muito Grave;

12.9.2. **Sanção:**

12.9.2.1. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 36 meses e máximo 72 meses.

12.9.2.2. **Multa sancionatória:** percentual de 10% a 20%, calculado sobre o valor do contrato ou de instrumento equivalente.

12.10. Além das penalidades descritas anteriormente, poderão ser aplicadas cumulativamente as seguintes multas contratuais, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e na Portaria PGR/MPU nº 178/2023:

12.11. **Multa moratória**, por atraso injustificado na execução contratual, tanto da obrigação principal quando das obrigações secundárias assumidas, 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, conforme previsto no edital ou no contrato, até o limite de 30% (trinta por cento);

12.11.1. Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente comprovado pelo contratado, a incidência das seguintes situações:

- I. Alteração do projeto ou especificações pela Administração;
- II. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- III. Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- IV. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133, de 2021;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

V. Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência; e

VI. Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

12.11.2.A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções contratuais e legais.

12.11.2.1. No caso da cláusula anterior, a multa de mora será convertida em multa compensatória e descontada do valor da indenização devida à Administração, se houver.

12.12. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

12.12.1.A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.12.2.As peculiaridades do caso concreto;

12.12.3.As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.12.4.Os danos que dela provierem para o Contratante;

12.12.5.A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.13. A tabela a seguir apresenta a dosimetria das sanções administrativas a serem aplicadas em conformidade com os níveis de gravidade das infrações previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 e conforme estabelecido nos artigos 32 a 38 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023. As infrações foram classificadas em cinco níveis de gravidade, e para cada nível são definidos os valores base das multas e dos períodos de impedimento ou inidoneidade.

Nível de Gravidade	Valor da Multa	Prazo de Impedimento / Inidoneidade
Nível 1 - Leve	Até 5%	Não aplicável
Nível 2 - Moderada	Base de 6%, variando entre 4% e 8%	Base de 3 meses, variando entre 2 e 4 meses
Nível 3 - Relevante	Base de 9%, variando entre 6% e 12%	Base de 6 meses, variando entre 4 e 8 meses



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

Nível 4 - Grave	Base de 12%, variando entre 8% e 16%	Base de 18 meses, variando entre 12 e 24 meses
Nível 5 - Muito Grave	Base de 15%, variando entre 10% e 20%	Base de 42 meses, variando entre 36 e 72 meses

- 12.14. As sanções aplicadas serão ajustadas conforme as particularidades de cada caso concreto, respeitando os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. As variações nos valores das multas e nos períodos de impedimento/inidoneidade serão determinadas com base nas circunstâncias agravantes e atenuantes. Essas circunstâncias são definidas nos artigos 35 e 36 da Portaria PGR/MPU nº 178/2023, e serão aplicadas sobre os valores base para o cálculo do valor final das sanções.
- 12.15. A aplicação das sanções previstas neste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.16. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.16.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.16.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.16.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.17. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.18. Nos termos da Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/23, art. 3º, inciso V, “Quando não for processado em conjunto com as demais infrações, para a aplicação exclusiva da sanção de advertência ou multa sancionatória, o processo será sumário”.
- 12.19. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

- 12.20. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.21. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 12.22. Os parâmetros para a aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames licitatórios e contratos administrativos no âmbito do Ministério Público Federal, que serão levados em consideração durante toda a vigência da contratação, estão estabelecidos na **Portaria PGR/MPU Nº 178, de 13 de Setembro de 2023**, que *“Dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União”*.

13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

(datado e assinado eletronicamente)

Comissão de Planejamento da Contratação
PORTARIA PR/SC nº 9, 09 de janeiro de 2026.

Adriano Bernardi Pereira Duarte
Membro da Comissão de Planejamento da Contratação

Fabio Alberto Pereira da Cunha
Membro da Comissão de Planejamento da Contratação

Marcos Kimura
Membro da Comissão de Planejamento da Contratação



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-SC-00022435/2026 TERMO DE REFERÊNCIA nº 14-2026**

.....
Signatário(a): **MARCOS KIMURA**

Data e Hora: **13/04/2026 18:22:35**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **FABIO ALBERTO PEREIRA DA CUNHA**

Data e Hora: **14/04/2026 14:11:47**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **ADRIANO BERNARDI PEREIRA DUARTE**

Data e Hora: **14/04/2026 14:24:36**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave e1c675ac.dad00a34.fffd14bd3.f74cca45



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

TERMO DE REFERÊNCIA – APÊNDICE I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM 1: CADEIRA GIRATÓRIA EXECUTIVA PARA PROCURADOR

Cadeira giratória executiva, para procurador, espaldar alto, cor preta, com encosto em tela, assento estofado, apoio de cabeça e com as demais características:

1. ASSENTO

- 1.1. Com profundidade mínima de 450 mm e largura mínima de 480 mm;
- 1.2. Estrutura moldada anatomicamente em resina de engenharia termoplástica injetada ou polipropileno injetado ou nylon, com alta resistência mecânica OU
- 1.3. Assento com chassi interno confeccionado em compensado anatômico multilaminado moldado a quente, com pressão de 10 kgf/cm², com espessura mínima de 12 mm; Deve possuir superfícies em formato côncavo com porcas garras embutidas no mínimo M6 com alta resistência mecânica para fixação de mecanismo e braços OU
- 1.4. Assento com estrutura monobloco confeccionada em polipropileno copolímero injetado (ou resina de engenharia) de alta resistência, funcionando como elemento estrutural e de acabamento com travessa de reforço e fixação dos braços em chapa de aço estrutural;
- 1.5. Capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas, dispensando o uso de perfil de PVC (excetuando-se se o assento for do tipo monobloco, neste caso não será necessária a capa);
- 1.6. Espuma injetada com espessura mínima de 35 mm e densidade entre 45 e 55 Kg/m³, em poliuretano flexível, isento de CFC, de alta resiliência (capacidade de retornar ao estado inicial mesmo após longos períodos de deformação), alta resistência à propagação de rasgo, alta-tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente;
- 1.7. O revestimento do assento deve ser em couro ecológico, cor preta, com costuras nas laterais do assento, para uma maior resistência do produto ao tempo de uso. A espessura mínima do couro deve ser de 0,90 mm.

2. ENCOSTO

- 2.1. Estrutura do encosto deverá ser em resina de engenharia termoplástica injetada de alta resistência mecânica ou injetada em Nylon de alta resistência à fadiga e impactos (ou em polipropileno e fibra de vidro);



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

2.2. Estrutura provida de superfície de tecido tipo tela flexível em poliéster elástico, altamente resistente, sem utilização de espuma e similares, para oferecer excelente conforto também no que se refere à transpiração, diminuindo a sensação de aumento de temperatura corporal;

2.3. Suporte de fixação do encosto em alumínio injetado polido unido à estrutura do encosto formando um conjunto único, funcionando como elemento estrutural e de acabamento, para posterior montagem por aparafusamento/conexão ao mecanismo;

2.4. A cadeira deverá possuir apoio lombar injetado em resina de engenharia termoplástica ou nylon ou ainda injetado em espuma de poliuretano semirrígida, com regulagem de altura em no mínimo 30 mm. Aceita-se também apoio lombar fixo. Neste caso, o encosto deverá possuir regulagem na altura, através de catraca, com no mínimo 6 posições diferentes;

2.5. Dimensões do encosto:

2.5.1. altura mínima de 540 mm e largura mínima de 465 mm;

2.6. A cor do encosto deverá ser a mesma do assento;

2.7. O encosto deve ser independente do assento;

3. APOIO DE CABEÇA

3.1. Com apoio para cabeça injetado anatomicamente em poliuretano ou então com estrutura injetada em nylon altamente resistente à fadiga e impactos com espuma de poliuretano injetado;

3.2. Deve possuir regulagem de altura e/ou ângulo. Quando possuir regulagem de altura, deve ter um curso mínimo de 40 mm;

3.3. Revestimento no mesmo padrão e cor do assento;

3.4. Cor: preta.

4. APOIO PARA OS BRAÇOS

4.1. Com estrutura do apoio braço em alumínio injetado polido e corpo injetado em resina de engenharia ou alumínio injetado polido;

4.2. Deve possuir regulagens de altura, ângulo, afastamento lateral e profundidade (4D), sem a necessidade de uso de ferramentas para o manuseio de qualquer das regulagens pelo usuário;

4.3. Ajuste de altura em no mínimo 4 posições, liberado por botão de pressão ou acionador deslizante;

4.4. A parte superior para apoiar o braço deve ser em superfície macia (em poliuretano integral skin ou poliuretano, com bordas arredondadas);

4.5. Dimensões: mínimo de 200 mm de comprimento e 70 mm de largura;

5. BASE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

5.1. A base deve ter no mínimo 690 mm e máximo de 770 mm de diâmetro e deve conter 5 patas equidistantes, fabricada em liga de alumínio injetado (polido) sob pressão para garantir alta resistência mecânica;

5.2. Alojamento para engate do rodízio no diâmetro de 11 mm dispensando o uso de buchas de fixação;

5.3. Deve possuir sistema preciso de acoplamento ao mecanismo e a base que deve ser através de cone morse, para conferir facilidade para montagem e em casos eventuais de manutenção.

6. MECANISMO

6.1. Deve possuir alavanca/botão sob o assento para regulagem de altura do mesmo, por meio de pistão a gás classe 4, em conformidade com a norma DIN 4550 ou EN 16955, com curso de no mínimo 70 mm;

6.2. Deve possibilitar a regulagem da tensão do movimento “relax” de acordo com o biotipo do usuário, através de manípulo/manivela ergonômico(a);

6.3. Regulagem de inclinação do encosto e assento com no mínimo 4 (quatro) pontos de bloqueio, sincronizados na proporção 2:1, respectivamente, com sistema anti-impacto, evitando choque do encosto com o usuário ao desbloquear o sistema;

6.4. Deve possuir alavanca/botão para possibilitar a regulagem da profundidade útil do assento;

6.5. O mecanismo deve ter o corpo injetado em liga de alumínio e/ou aço-carbono, sob pressão; e placa superior em chapa de aço estampada (ou resina de engenharia), para garantir alta resistência mecânica e bom acabamento;

6.6. Acabamento de superfície pintada eletrostaticamente em epóxi pó revestindo totalmente o mecanismo (quando metálico) com película com propriedades de resistência a agentes químicos;

6.7. Sistema preciso de acoplamento ao mecanismo e à base deve ser através de cone morse, para maior facilidade na montagem em casos eventuais de manutenção;

6.8. O movimento de rotação da coluna deverá ser sobre rolamento de esferas com tratamento térmico para garantir alta resistência;

6.9. A regulagem de altura deve estar em conformidade com a norma EN 16955 ou DIN 4550, classe 4, fixados ao tubo central através de porca rápida;

7. RODÍZIOS

7.1. Rodízio duplo, duplo giro, injetados em resina de engenharia e/ou nylon, com grande resistência estrutural;

7.2. As rodas devem ter no mínimo 64 mm de diâmetro, para minimizar a resistência ao movimento do usuário enquanto sentado e reduzir o esforço na coluna lombar;

7.3. A fixação do rodízio à base deve ser realizada através de eixo de aço;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

7.4. Os rodízios devem possuir banda de rodagem mórbida em poliuretano (PU).

8. COMPONENTES METÁLICOS

8.1. Devem receber tratamento antiferrugem e acabamento em pintura eletrostática epóxi pó na cor preta;

8.2. Todas as partes metálicas soldadas devem usar solda mig/mag para maior resistência e acabamento de qualidade.

9. COR DA CADEIRA

9.1. Preta.

10. A garantia das cadeiras deste item deverá ser de no mínimo 7 (sete) anos (ou maior, se oferecida pelo fabricante) contra defeitos de fabricação, de uniformidade e de material para todos os componentes do produto.

ITEM 2: CADEIRA GIRATÓRIA OPERACIONAL PARA SERVIDOR - ESPALDAR ALTO

Cadeira giratória operacional, para servidor, espaldar alto, encosto em tela, assento estofado, apoio de cabeça, braços reguláveis, com as demais características:

1. APOIO DE CABEÇA

1.1. Com ajuste de altura e/ou angulação;

1.2. Com apoio para cabeça injetado anatomicamente em poliuretano flexível ou então em resina de engenharia termoplástica injetada de alta resistência mecânica ou em nylon com fibra de vidro, com espuma laminada de poliuretano e com revestimento no mesmo padrão e cor do assento;

1.3. Será aceito apoio de cabeça fixo. Nesse caso, o encosto da cadeira deverá possuir regulagem na sua altura, através de catraca, com no mínimo 40 mm de curso;

1.4. Revestimento no mesmo padrão e cor do assento.

2. ENCOSTO

2.1. Encosto independente do assento;

2.2. Estrutura provida de superfície de tecido tipo tela flexível em poliéster elástico, altamente resistente, sem utilização de espuma e similares, para oferecer excelente conforto também no que se refere à transpiração, diminuindo a sensação de aumento de temperatura corporal;

2.3. Estrutura do encosto deverá ser em resina de engenharia termoplástica injetada de alta resistência mecânica ou injetada em Nylon de alta resistência à fadiga e impactos;

2.4. Suporte de fixação do encosto injetado em nylon com reforço de fibra de vidro (ou em estrutura metálica, na cor preta) para formar um conjunto único com o encosto, funcionando como elemento estrutural e de acabamento, para posterior montagem por aparafusamento;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

2.5. Dimensões mínimas do encosto:

2.5.1. Altura mínima de 550 mm e largura mínima de 460 mm;

2.6. O encosto deve ter a mesma cor do assento.

3. APOIO LOMBAR

3.1. Apoio lombar injetado em resina termoplástica ou polipropileno ou nylon, com regulagem de altura com curso mínimo de 40 mm, por duas guias internas com limitador de curso, impedindo que o apoio lombar se solte do conjunto;

3.2. Aceita-se o apoio lombar fixo. Neste caso, o encosto deverá possuir regulagem na altura, através de catraca, com no mínimo 40 mm de curso;

3.3. Deve possuir design e formato anatômico;

4. ASSENTO

4.1. Estrutura moldada anatomicamente em resina de engenharia termoplástica injetada ou polipropileno injetado ou nylon, com alta resistência mecânica OU

Assento com chassi interno confeccionado em compensado anatômico multilaminado moldado a quente, com pressão de 10 kgf/cm², com espessura mínima de 12 mm; Deve possuir superfícies em formato côncavo com porcas garras embutidas no mínimo M6 com alta resistência mecânica para fixação de mecanismo e braços, OU

Assento com estrutura monobloco confeccionada em polipropileno copolímero injetado (ou resina de engenharia) de alta resistência, funcionando como elemento estrutural e de acabamento com travessa de reforço e fixação dos braços em chapa de aço estrutural;

4.2. Espuma em poliuretano flexível injetada, isenta de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta-tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade entre 45 e 55 Kg/m³, e moldada anatomicamente, com espessura mínima de 40 mm;

4.3. Capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas, dispensando o uso de perfil de PVC (excetuando-se se o assento for do tipo com estrutura monobloco, neste caso não será necessária a capa);

4.4. Deve ser de fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e a produtos químicos;

4.5. O revestimento do assento deve ser em couro ecológico, com costuras nas laterais do assento, para uma maior resistência do produto ao tempo de uso;

4.6. Medidas: com profundidade mínima de 460 mm e largura mínima de 485 mm;

4.7. Cor do assento: preta.

5. APOIO PARA OS BRAÇOS



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

- 5.1. Deve possuir regulagem de altura e afastamento lateral, no mínimo;
- 5.2. A altura deverá ser ajustável com no mínimo 4 (quatro) posições de ajuste, através de botão ou acionador deslizante, sem a necessidade de uso de ferramentas para o manuseio de qualquer das regulagens pelo usuário;
- 5.3. Com estrutura fabricada em resina de engenharia termoplástica de alta resistência mecânica e/ou em nylon com fibra de vidro e/ou ainda em metal (na cor preta), com alta resistência mecânica e também a abrasão e a produtos químicos, fixada ao assento por parafusos ou outro material com a mesma resistência e segurança;
- 5.4. A parte superior para apoiar o braço deve ser em superfície macia (poliuretano integral skin ou em resina de poliuretano termoplástica ou poliuretano, com bordas arredondadas);
- 5.5. Dimensões do apoia braço: mínimo de 240 mm de comprimento e mínimo de 70 mm de largura;

6. BASE

- 6.1. Base giratória desmontável com aranha injetada em nylon, na cor preta, com reforço de fibra de vidro e com 5 patas equidistantes;
- 6.2. A base deve ter no mínimo 690 mm e máximo de 770 mm de diâmetro;
- 6.3. Alojamento para engate do rodízio no diâmetro de 11 mm, dispensando o uso de buchas de fixação;

7. MECANISMO

- 7.1. Corpo em chapa de aço estampada de no mínimo 3 mm de espessura OU corpo injetado em alumínio;
- 7.2. Inclinação/altura deve ter controle a partir de alavancas/botões: uma para a altura do assento e uma para o movimento do assento e da inclinação do encosto (para cada grau que o assento reclina, o encosto deve inclinar-se dois graus, tipo 2:1, ou seja, tanto assento quanto encosto devem reclinar, na proporção indicada);
- 7.3. Deverá possuir manípulo/manivela ergonômico frontal/lateral, para ajuste da tensão do movimento de reclinção do assento e encosto, adaptando a tensão do movimento de reclinção de assento e encosto ao biotipo do usuário, OU então por ajuste automático;
- 7.4. Deve possibilitar a regulagem da profundidade útil do assento através de alavanca/botão;
- 7.5. Inclinação do encosto com no mínimo 4 posições de bloqueio, além de sistema anti-impacto.
- 7.6. Pistão com regulagem de altura por acionamento a gás com no mínimo 95 mm de curso;
- 7.7. O sistema de acoplamento a coluna central deve ser através de cone morse, para conferir maior precisão e facilidade para montagem e em casos eventuais de manutenção;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

7.8. A regulagem de altura deve estar em conformidade com a norma EN 16955 ou DIN 4550, classe 4, fixados ao tubo central através de porca rápida;

8. RODÍZIOS

8.1. Rodízios duplos, com duplo giro, injetados em resina de engenharia ou nylon;

8.2. As rodas devem ter no mínimo 64 mm de diâmetro, para minimizar a resistência ao movimento do usuário enquanto sentado e reduzir o esforço na coluna lombar;

8.3. A fixação do rodízio à base deve ser realizada através de eixo de aço;

8.4. Este rodízio deve possuir banda de rodagem mórbida em poliuretano (PU);

9. COMPONENTES METÁLICOS

9.1. Todas as partes metálicas soldadas devem usar solda mig/mag para maior resistência e acabamento de qualidade;

9.2. Devem receber tratamento antiferrugem e acabamento em pintura eletrostática epóxi pó, na cor preta;

10. COR DA CADEIRA

10.1. PRETA;

11. A garantia das cadeiras deste item deverá ser de no mínimo 5 (cinco) anos (ou maior, se oferecida pelo fabricante) contra defeitos de fabricação, de uniformidade e de material para todos os componentes do produto.

ITEM 3: CADEIRA GIRATÓRIA OPERACIONAL PARA SERVIDOR - ESPALDAR MÉDIO

Cadeira giratória operacional, espaldar médio, encosto em tela, assento estofado, braços reguláveis, com as demais características:

1. ENCOSTO

1.1. Encosto independente do assento;

1.2. Estrutura provida de superfície de tecido tipo tela flexível 100% poliéster elástico, altamente resistente, sem utilização de espuma e similares, para oferecer excelente conforto também no que se refere à transpiração, diminuindo a sensação de aumento de temperatura corporal;

1.3. Estrutura do encosto deverá ser em resina de engenharia termoplástica injetada de alta resistência mecânica ou injetada em Nylon de alta resistência à fadiga e impactos;

1.4. Suporte de fixação do encosto injetado em nylon com reforço de fibra de vidro (ou em estrutura metálica, na cor preta) para formar um conjunto único com o encosto, funcionando como elemento estrutural e de acabamento, para posterior montagem por aparafusamento;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

1.5. Dimensões mínimas do encosto:

1.5.1. Altura mínima de 470 mm e máxima de 576 mm e largura mínima de 450mm;

1.6. O encosto deve ter a mesma cor do assento.

2. APOIO LOMBAR

2.1. Apoio lombar injetado em resina termoplástica ou polipropileno ou nylon, com regulagem de altura, por duas guias internas com limitador de curso, impedindo que o apoio lombar se solte do conjunto;

2.2. Aceita-se o apoio lombar fixo. Neste caso, o encosto deverá possuir regulagem na altura, através de catraca, com no mínimo 40 mm de curso;

2.3. Deve possuir design e formato anatômico;

3. ASSENTO

3.1. Estrutura moldada anatomicamente em resina de engenharia termoplástica injetada ou polipropileno injetado ou nylon, com alta resistência mecânica, OU

Assento com chassi interno confeccionado em compensado anatômico multilaminado moldado a quente, com pressão de 10 kgf/cm², com espessura mínima de 12 mm; Deve possuir superfícies em formato côncavo com porcas garras embutidas no mínimo M6 com alta resistência mecânica para fixação de mecanismo e braços, OU

Assento com estrutura monobloco confeccionada em polipropileno copolímero injetado (ou resina de engenharia) de alta resistência, funcionando como elemento estrutural e de acabamento com travessa de reforço e fixação dos braços em chapa de aço estrutural;

3.2. Espuma em poliuretano flexível injetada, isenta de CFC, alta resiliência, alta resistência a propagação de rasgo, alta-tensão de alongamento e ruptura, baixa fadiga dinâmica e baixa deformação permanente com densidade entre 45 e 55 Kg/m³, e moldada anatomicamente, com espessura mínima de 35 mm;

3.3. Capa de proteção e acabamento injetada em polipropileno texturizado e bordas arredondadas, dispensando o uso de perfil de PVC (excetuando-se se o assento for do tipo com estrutura monobloco, neste caso não será necessária a capa);

3.4. Deve ser de fácil limpeza, alta resistência mecânica contra impactos e a produtos químicos;

3.5. O revestimento do assento deve ser em couro ecológico, com costuras nas laterais do assento, para uma maior resistência do produto ao tempo de uso;

3.6. Medidas: com profundidade mínima de 465 mm e largura mínima de 465 mm;

3.7. Cor do assento: preta.

5. APOIO PARA OS BRAÇOS



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

- 5.1. Deve possuir regulagem de altura;
- 5.2. A altura deverá ser ajustável com no mínimo 4 (quatro) posições de ajuste, através de botão ou acionador deslizante, sem a necessidade de uso de ferramentas para o manuseio da regulagem pelo usuário;
- 5.3. Com estrutura fabricada em resina de engenharia termoplástica de alta resistência mecânica e/ou em nylon com fibra de vidro e/ou ainda em metal (na cor preta), com alta resistência mecânica e também a abrasão e a produtos químicos, fixada ao assento por parafusos ou outro material com a mesma resistência e segurança;
- 5.4. A parte superior para apoiar o braço deve ser em superfície macia (poliuretano integral skin ou em resina de poliuretano termoplástica ou poliuretano, com bordas arredondadas);
- 5.5. Dimensões do apoia braço: mínimo de 230 mm de comprimento e mínimo de 80 mm de largura;

6. BASE

- 6.1. Base giratória desmontável com aranha injetada em nylon, na cor preta, com reforço de fibra de vidro e com 5 patas equidistantes;
- 6.2. A base deve ter no mínimo 648 mm de largura;
- 6.3. Alojamento para engate do rodízio no diâmetro de no mínimo 10 mm, dispensando o uso de buchas de fixação;

7. MECANISMO

- 7.1. Corpo em chapa de aço estampada de no mínimo 3 mm de espessura OU corpo injetado em alumínio;
- 7.2. Inclinação/altura deve ter controle a partir de alavancas/botões: uma para a altura do assento e uma para o movimento do assento e da inclinação do encosto (para cada grau que o assento reclina, o encosto deve inclinar-se dois graus, tipo 2:1, ou seja, tanto assento quanto encosto devem reclinar, na proporção indicada);
- 7.3. Deverá possuir manípulo/manivela ergonômico frontal/lateral, para ajuste da tensão do movimento de reclinção do assento e encosto, adaptando a tensão do movimento de reclinção de assento e encosto ao biotipo do usuário, OU então por ajuste automático;
- 7.4. Inclinação do encosto com no mínimo 3 posições de bloqueio, além de sistema anti-impacto.
- 7.5. Pistão com regulagem de altura por acionamento a gás com no mínimo 95 mm de curso;
- 7.6. O sistema de acoplamento a coluna central deve ser através de cone morse, para conferir maior precisão e facilidade para montagem e em casos eventuais de manutenção;
- 7.7. A regulagem de altura deve estar em conformidade com a norma EN 16955 ou DIN 4550, classe 4, fixados ao tubo central através de porca rápida;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

7.8. O mecanismo deve contar com controles simples e intuitivos, possibilitando ajustes sem que o usuário precise se levantar da poltrona.

8. RODÍZIOS

8.1. Rodízios duplos, com duplo giro, injetados em resina de engenharia ou nylon;

8.2. As rodas devem ter no mínimo 64 mm de diâmetro, para minimizar a resistência ao movimento do usuário enquanto sentado e reduzir o esforço na coluna lombar;

8.3. A fixação do rodízio à base deve ser realizada através de eixo de aço;

8.4. Este rodízio deve possuir banda de rodagem mórbida macia/em poliuretano (PU);

9. COMPONENTES METÁLICOS

9.1. Todas as partes metálicas soldadas devem usar solda mig/mag para maior resistência e acabamento de qualidade;

9.2. Devem receber tratamento antiferrugem e acabamento em pintura eletrostática epóxi pó, na cor preta;

10. COR DA CADEIRA

10.1. PRETA;

11. A garantia das cadeiras deste item deverá ser de no mínimo 5 (cinco) anos (ou maior, se oferecida pelo fabricante) contra defeitos de fabricação, de uniformidade e de material para todos os componentes do produto.

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, A SER APRESENTADA JUNTO À PROPOSTA

Todas as cadeiras deverão possuir os documentos, conforme abaixo:

1. Certificado de Regularidade do IBAMA;
2. Declaração e/ou Certificado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (do fabricante);
3. Apresentar certificado de Cadeia de Custódia e/ou Selo de Cadeia de Custódia do Cerflor ou do FSC (Quando o produto contiver madeira e derivados);
4. Relatório de Ensaio ou Laudo ou Certificado de Conformidade emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional acreditado por organismo local pertencente ao ILAC ou ainda OCP acreditado pelo Inmetro ou ainda OCP internacional com acreditação de organismo local pertencente ao IAF, para todos os requisitos da ABNT NBR 13962:2018 ou ISO 21.015:2007 ou mesmo Ansi Bifma X 5.1 em sua versão mais recente. Em caso de documento em língua



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

-
- estrangeira, o mesmo deverá estar devidamente traduzido para o Português por tradutor(a) juramentado(a);
5. Licença ambiental e certificado atestando a destinação dos resíduos industriais produzidos;
 6. Os produtos deverão atender aos requisitos constantes na Norma Regulamentadora NR-17 do Ministério do Trabalho e Emprego, cuja comprovação será efetivada mediante apresentação de laudo de ergonomia ou parecer técnico, contendo o código do produto, emitido por profissional especializado e habilitado em ergonomia certificado pela ABERGO; ou por engenheiro de segurança do trabalho habilitado; ou ainda, por profissional, com nível superior, que tenha especialização em ergonomia do trabalho/segurança do trabalho/medicina do trabalho;
 7. Laudos da espuma flexível de poliuretano:
 - 7.1. Resiliência – NBR 8619:2022, com desempenho superior a 45% de resiliência ao impacto;
 - 7.2. Teor de cinzas – NBR 14961:2019. Espuma flexível de poliuretano: Com resultado inferior a 1,0;
 - 7.3. Resistência à compressão – NBR 8910:2016, com desempenho igual ou maior que 04 em relação à resistência à compressão 50% kPa;
 - 7.4. Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 9178 (atualizada) – Espuma flexível de poliuretano – Determinação das Características de Queima com resultado da velocidade de queima menor que 100mm/min;
 - 7.5. Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 8515:2020 – Espuma flexível de poliuretano – Resistência a Tração tensão de ruptura acima de 200 KPa, com alongamento de ruptura acima de 80%;
 - 7.6. Densidade – NBR 8537:2022. Emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO;
 8. Laudo Corrosão por exposição à névoa salina – NBR 17088:2023, com grau de empolamento igual a 0 (zero) e grau de enferrujamento igual a 0 (zero), até no mínimo 240h;
 9. A comprovação de atendimento à norma EN 16955:2017 ou DIN 4550:2016 para pistão à gás classe 4 deverá ser realizada por meio de relatório de ensaio emitido por laboratório acreditado por organismo signatário da ILAC, contendo identificação do produto ensaiado, acompanhado de tradução simples para o português.
 10. Isenção da Presença de CFC;

Os documentos deverão ser enviados junto com a proposta final do fornecedor na licitação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

TERMO DE REFERÊNCIA – APÊNDICE II
DISTRIBUIÇÃO DOS ITENS NAS UNIDADES DESTINO

Ministério Público Federal							
Órgão Gerenciador/ Participante	UASG	Unidade Destino	Endereço	Cadeira Executiva - Procurador	Cadeira Servidor - Espaldar Alto	Cadeira Servidor - Espaldar Médio	Total
PGR	200100	PGR	SAF Sul Quadra 4 Conjunto C Brasília/DF – CEP 70050-900 - Procuradoria Geral da República (PGR) - Contato : Alexandra Alves Prestes (chefe da Divisão de Patrimônio - DIPAT/SUBLOG/SA), ramal: 6800, Telefone: (61) 31056800.	30	300	500	830
PRR1/DF	200208	PRR1/DF	SAS quadra 05 bloco E lote 08, SAUS Q. 5 - Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70.070-911 - (61) 3317-4500	50	270	0	320
PRR2/RJ	200045	PRR2/RJ	Avenida Almirante Barroso, 54, Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20031-000 - (21) 3554-9000	20	350	0	370
PRR3/SP	200204	PRR3/SP	Alameda Ribeirão Preto, 45, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01331- 001 - (11) 2192- 8625 e 2192-8626	0	0	50	50
PRR5/PE	200207	PRR5/PE	Av. Frei Matias Teves, 65 - Ilha do Leite, Recife - PE - CEP 50070-465 - (81) 2121-9800 / 9804	3	30	50	83
PR/AC	200069	PR/AC	Alameda Min. Miguel Ferrante, 340 - Portal da Amazônia, Rio Branco - AC, CEP 69915-632, (68) 3214-1400	4	45	4	53
PR/AL	200093	PR/AL	Avenida Juca Sampaio, 1800 (próximo ao Fórum), Barro Duro - Maceió/AL, CEP 57045-365, Setor Responsável: CA, E-mail: pral-ca@mpf.mp.br, Telefone: (82) 2121-1400	20	20	0	40
PR/AM	200071	PR/AM	Avenida André Araújo, 358, Aleixo, Manaus/AM, CEP: 69057-025. Contatos: José Carlos Souza - (92)99115-2656, Sidney W. de Oliveira - (92) 98481-5856	35	0	200	235
PR/AP	380005	PR/AP	Av. Ernestino Borges, 535, Centro, CEP: 68908-198, Macapá - Amapá. Telefone: 3213-7847 - Valderi Sena (SELOG)	8	20	0	28
PR/BA	200031	PR/BA	Rua Ivonne Silveira, 243 Loteamento Centro Executivo - Doron, CEP 41.192- 007 - Salvador/BA, (71) 3617-2200	10	190	90	290
PR/CE	200082	PR/CE	Rua João Brígido, nº 1230, Anexo III, Joaquim Távora, Fortaleza/CE, CEP 60.135-080, (85) 3266.7300	26	20	20	66
	200082	PRM/Juazeiro do Norte	Rua Raimundo Machado da Silva, nº 60 - Triângulo, Juazeiro do Norte/CE - CEP 63041-145, (88) 3102.6500	3	0	0	3
	200082	PRM/Limoeiro do Norte	Avenida Cel. José Nunes, 685 – Centro, Limoeiro do Norte/CE, CEP 62930-000, (88) 3447-6750	2	0	0	2
	200082	PRM/Sobral	Rua Iolanda P. C. Barreto, n.º 37, Derby Clube, Sobral/CE - CEP 62042-270, (85) 3266-7570	2	0	0	2
PR/DF	200023	PR/DF	SGAS 604, lote 23, Asa Sul, Brasília, DF, CEP: 70.200-640 - (61) 3313-5513	35	438	0	473



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

Órgão Gerenciador/ Participante	UASG	Unidade Destino	Endereço	Cadeira Executiva - Procurador	Cadeira Servidor - Espaldar Alto	Cadeira Servidor - Espaldar Médio	Total
PR/ES	200038	PR/ES	Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, nº 1401 - Ilha de Santa Maria, Vitória - ES, CEP 29051-015 - (27) 3211-6400.	70	217	0	287
PR/GO	200066	PR/GO	Avenida Olinda Edifício Rosângela Pofahl Batista Qd. G, Lt. 2, nº 500, Park Lozandes Goiânia/GO CEP: 74884-120 - (62) 3243-5400	10	80	12	102
PR/MA	200078	PR/MA	Av. Senador Vitorino Freire, 52, Bairro Areinha, São Luís/MA, CEP 65030-015. Fone: (98) 3213 7108. Contatos SELOG/PR/MA: Jarbas Borges / Márcio Rogério	0	30	22	52
	200078	PRM/Bacabal	Rua Frederico Leda, nº 1731, Bairro Jardim Valéria, Bacabal (MA) - CEP: 65.700-000 - (98) 32137140	2	7	8	17
	200078	PRM/Caxias	Avenida Norte-Sul, Lote 003, Cidade Judiciária/Campo de Belém - Caxias/MA - CEP: 65609-005 - (99) 3529-7320	0	0	10	10
	200078	PRM/Imperatriz	Av. Tapajós, S/N - Anexo 1, Parque das Nações, Imperatriz - MA - CEP: 65912-900 (prédio conjunto com a Justiça Federal) - (99) 3529-7310	0	0	10	10
PR/MG	200035	PR/MG	Avenida Brasil, 1877/1879, Funcionários, Belo Horizonte, MG, CEP 30140-007, (31) 2123-9000	78	160	100	338
	200035	PRM/Divinópolis	Av. Antonio Olimpio de Moraes, 909, 5º e 13º andares, Centro, Divinópolis-MG, CEP. 35.500.005, (37) 2102-5100	4	15	15	34
	200035	PRM/Governador Valadares	Rua Sá Carvalho, 51 - Centro - Governador Valadares (MG), CEP: 35.010-240, (33) 3212-5300	3	15	15	33
	200035	PRM/Juiz de Fora	Rua Rei Alberto, 246 - Centro - Juiz de Fora (MG), CEP: 36.016-300, (32) 4009-1250	6	30	20	56
	200035	PRM/Montes Claros	Rua São José, 547 - Todos os Santos - Montes Claros (MG), CEP: 39.400-119, (38) 3224-7600	4	15	15	34
	200035	PRM/São João Del Rei	Rua Fiscal Januário Ramos, 127 - Jardim América - São João del-Rei (MG) - CEP: 36.301-316, (32) 4009-1290	2	15	15	32
	200035	PRM/Sete Lagoas	Alameda Prefeito João Herculino de Souza Lopes, 42 - Centro - Sete Lagoas (MG) - CEP: 35.700-646, (31) 2106.4200	4	15	15	34
	200035	PRM/Uberaba	Av. Gabriela Castro Cunha, 340 - Vila Olímpica, Uberaba (MG) - CEP: 38.066-000, (34) 3319-7900	2	15	15	32
	200035	PRM/Uberlândia	Rua São Paulo, 35 - Tibery - Uberlândia (MG), CEP: 38405-027, (34) 3218-6900	7	30	30	67
	200035	PRM/Varginha	Avenida Santa Luiza nº 460 – Bairro Santa Luiza - Varginha/MG, CEP. 37.026-690, (35) 3690-5300	3	15	15	33
	200035	ER/Ipatinga	Rua Milton Campos, 32 - Cidade Nobre - Ipatinga (MG), CEP: 35.162-393	0	8	8	16
	200035	ER/Passos	Rua Ouro Preto, 170 - Centro CEP 37.900-008 - Passos/MG	0	5	5	10
	200035	ER/Patos de Minas	Av. Padre Almir Neves de Medeiros, 1.249/Loja 1 - Bairro Sobradinho CEP 38.701-118 – Patos de Minas/MG	0	5	5	10
	200035	ER/Pouso Alegre	Rua Dr. José Alfredo de Paula, 134 - Centro - CEP 37.550-005 - Pouso Alegre/MG	0	5	5	10
	200035	ER/Teófilo Otoni	R. Epaminondas Otoni, 838, 3º andar - Centro - Teófilo Otoni (MG), CEP: 39.800-013	0	5	5	10



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

Órgão Gerenciador/ Participante	UASG	Unidade Destino	Endereço	Cadeira Executiva - Procurador	Cadeira Servidor - Espaldar Alto	Cadeira Servidor - Espaldar Médio	Total
PR/MS	200040	PR/MS	Av. Afonso Pena, 4444 - Vila Cidade - Campo Grande/MS - CEP 79.020-907, (67) 3312-7233	11	160	0	171
	200040	PRM/Corumbá	Rua Cuiabá, 1640 - Bairro Dom Bosco - 79331-100 - Corumbá/MS - (67) 3312-7360	2	15	0	17
	200040	PRM/Dourados	Rua José Correa de Almeida, 2220 - Jardim Clímax - 79820-155 - Dourados/MS - (67) 3312-7330	8	62	0	70
	200040	PRM/Três Lagoas	Rua Farmacêutico Júlio Mancini, 348 - Bairro Colinos - 79603-040 - Três Lagoas/MS - (67) 3312-7370	2	15	0	17
PR/MT	200064	PR/MT	Avenida Miguel Sutil, 2625 esquina com J. Márcio - Jd. Primavera - Cuiabá-MT - (61) 3105-5100	30	100	50	180
PR/PA	200075	PR/PA	Rua Domingos Marreiros n. 690 - bairro Umarizal - Belém/Pará, cep: 66055-215 - contato: Victor Hugo Santos Oliveira - 91 3299-0111	20	70	0	90
	200075	PRM/Altamira	Av. Tancredo Neves, 3256 - Jardim Independente II - Altamira - Pará - Cep: 68372-222 - Fone (93) 3512-0830. Contato: Jesse Soares	3	5	0	8
	200075	PRM/Santarém	Endereço: Av. Castelo Branco, n.915 - Bairro: Interventoria - CEP 68020-820 - Santarém/PA - contato: Clodoaldo Cavalcante / Tel: 93 3512-0800	5	20	0	25
PR/PB	200087	PR/PB	Av. Eptácio Pessoa, 1800 - Expedicionários- João Pessoa/PB - CEP: 58041-006 - (83) 3044-6200	20	20	10	50
PR/PE	200090	PR/PE	Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1800 - Espinheiro, Recife - PE, 52021-170, (81) 2125-7300	30	100	165	295
PR/PI	200080	PR/PI	Av. João XXIII, nº 1390, Bairro dos Noivos, Teresina-PI, CEP 64045-000 - Chefe e Substituto do Setor de Logística (86) 3214-5915	0	20	15	35
PR/PR	200053	PR/PR	Rua Marechal Deodoro, 933 – Centro – CEP 80060-010 - Tel. 41 3219-8869 – Curitiba/PR – prpr-patrimonio@mpf.mp.br	9	140	0	149
	200053	PRM/Cascavel	Avenida Brasil, 3939 – Centro – Cascavel/PR, CEP 85812-002, Tel. 45 3219-7100	1	4	0	5
	200053	PRM/Foz do Iguaçu	Rua Edmundo de Barros, nº 660, Centro – Foz do Iguaçu/PR, CEP 85851-120, Tel. 45 3521-4500	2	38	0	40
	200053	PRM/Francisco Beltrão	Av. Júlio Assis Cavalheiro, 912, térreo – Centro – Francisco Beltrão/PR, CEP 85601-000, Tel. 46 3520-5200	0	4	0	4
	200053	PRM/Londrina	Avenida Ayrton Senna da Silva, 550 – Ed. Torre Montello, Sala 904, Bairro Gleba Fazenda Palhano – Londrina/PR, CEP 86050-460, Tel. 43 3294-1200	0	8	0	8
	200053	PRM/Maringá	Av. Centenário, 105, Zona 08 – CEP 87050-040 - Tel. 44 3221-5800 – Maringá/PR – prpr-maringa@mpf.mp.br	3	33	0	36
	200053	PRM/Umuarama	Rua Guadiana, 3506 - Zona I - Umuarama/PR - CEP 87501-020 - Tel. 44 3621-0800 – prpr-umuarama@mpf.mp.br	0	22	0	22
	200053	ER/Guarapuava	Rua Marechal Floriano Peixoto, 1811 – 9º andar – Centro – Guarapuava/PR, CEP 85010-250, Tel. 42 3621-9600	0	2	0	2



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

Órgão Gerenciador/ Participante	UASG	Unidade Destino	Endereço	Cadeira Executiva - Procurador	Cadeira Servidor - Espaldar Alto	Cadeira Servidor - Espaldar Médio	Total
PR/RJ	200043	PR/RJ	Av. Nilo Peçanha 31 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20020-100, (21) 3971-9300	105	260	150	515
PR/RN	200085	PR/RN	Avenida Deodoro da Fonseca, 743, Tirol, Natal/RN, CEP 59020-120, (84) 3232-3900	94	227	0	321
PR/RO	200046	PR/RO	Rua José Camacho, nº 3307, Porto Velho/RO, CEP 76.820-886, (69) 3216-0500	20	30	220	270
PR/RR	380006	PR/RR	Rua General Penha Brasil, 1255 - Bairro São Francisco, Boa Vista/RR - CEP: 69.305-130, (95) 3198-2000	15	309	50	374
PR/RS	200061	PR/RS	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 700, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, CEP 90.010-395, (51)3284-7200	10	45	20	75
PR/SC	200058	PR/SC	Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4876, Torres 1 e 3 - Edifício Luiz Elias Daux, Agronômica, Florianópolis/SC, CEP 88025-255 - (48) 2107-2400	14	30	0	44
	200058	PRM/Caçador	Rua Conselheiro Mafra, 351, 2º andar, Centro, Caçador/SC, CEP 89500-130. Contato: braitnermerdes@mpf.mp.br. (49) 3421-2100	0	14	0	14
	200058	PRM/Chapecó	Rua Porto Alegre, 427-D, Ed. Lázio Executivo, 1º Andar, Centro, Chapecó/SC, CEP 89802-130. Contato: elenamuller@mpf.mp.br. (49) 3313-1200	0	20	0	20
	200058	PRM/Lages	Avenida Belizário Ramos, 3800, 5º Andar, Bloco B, Centro, Lages/SC, CEP 88502-100. Contato: glaucefonseca@mpf.mp.br. (49) 2101-2300	0	30	0	30
PR/SE	200022	PR/SE	Rua José Carvalho Pinto, 280 - Jardins, Aracaju - SE, 49026-150, (79) 3301-3700	5	10	0	15
PR/SP	200049	PR/SP	Rua Frei Caneca 1360, Consolação - São Paulo SP - CEP 01307-002 - (11) 3269-5000	30	300	50	380
PR/TO	200201	PR/TO	Quadra 104 Norte, rua NE 03, conjunto 02, lote 43, Edifício Transamérica, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.006-018 - (63) 3219-7200	9	35	10	54
	200201	PRM/Araguaína	Avenida Neief Murad, Quadra 01, Lote 01-B, Setor Jardim Goiás - Araguaína/TO. CEP 77824-030 - (63) 3219-7280	2	15	5	22
Total MPF				893	4.533	2.004	7.430



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

Ministério Público do Trabalho							
Órgão Gerenciador/ Participante	UASG	Unidade Destino	Endereço	Cadeira Executiva - Procurador	Cadeira Servidor - Espaldar Alto	Cadeira Servidor - Espaldar Médio	Total
PGT	200200	PGT	SAUN Quadra 5, Lote C, Torre A - Brasília-DF, CEP 70040-250 - (61) 3314 8500	50	200	250	500
PRT2/SP	200050	PRT2/SP	Rua Cubatão, 322, Paraíso, São Paulo/SP - CEP 04013-001 - Telefone: (11) 3166-3000	0	0	20	20
PRT3/MG	200036	PRT3/MG	Rua Bernardo Guimarães, nº 1615 - Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30140-082 - (31) 3279-3000	5	10	20	35
PRT4/RS	200062	PRT4/RS	Av. Senador Tarso Dutra, 605, 7º andar, Petrópolis - Porto Alegre/RS - CEP: 90690-140 - (51) 3252-1500	2	15	0	17
		PTM/Pelotas	Rua Barros Cassal, nº 601, Areal - Pelotas/RS - CEP 96077-540 - (53) 3310-7700	0	25	0	25
PRT5/BA	200032	PRT5/BA	Av. Sete de Setembro, nº 2563 - Corredor da Vitória - Salvador/BA, CEP: 40.080-003 - (71) 3324-3444 / 3400	38	48	40	126
PRT6/PE	200091	PRT6/PE	Rua Conselheiro Portela, nº 531 - Afritos, CEP: 52020-041, Recife/PE, (81) 2101-3200	30	0	0	30
PRT7/CE	200083	PRT7/CE	Avenida Almirante Barroso, 466 - Praia de Iracema - Fortaleza - Ceará - CEP: 60.060-440 - (85) 3878-8200	40	20	40	100
PRT8/PA	200076	PRT8/PA	Avenida Governador José Malcher, nº 652- Bairro de Nazaré - Belém/Pará, CEP: 66.040-282 - Fone: (91) 3265 9600/ 9601/ 9656/ 9655/ 9657	22	15	18	55
PRT9/PR	200054	PRT9/PR	Av. Vicente Machado, 84 Centro - Curitiba/PR - CEP: 80420-010 - (41) 3304-9000	2	41	80	123
PRT10/DF	200024	PRT10/DF	Setor de Edifícios Públicos Norte (SEPN) 711/911, Módulo A - Brasília (DF) - CEP: 70790-116 - (61) 3307-7200	0	20	0	20
PRT11/AM	200072	PRT11/AM	Av. Mário Ypiranga Monteiro, 2479 - Flores - Manaus/Amazonas, CEP 69050-030 - (92) 3194-2800	5	20	10	35
PRT12/SC	200059	PRT12/SC	Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, nº 4876, Torre II - Agrônômica, Florianópolis/SC - CEP: 88025-255 - (48) 3215 9100	0	20	0	20
PRT13/PB	200089	PRT13/PB	Av. Almirante Barroso, nº 234 - Centro - João Pessoa - PB - CEP: 58013-120 - (83) 3612-3100	6	6	5	17
PRT14/RO	200095	PRT14/RO	Avenida Presidente Dutra, 4055, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-327 - (69) 3901-8000	6	40	38	84
PRT15/SP	200096	PRT15/SP	Rua Pedro Anderson, 91, Taquaral, Campinas/SP, Cep 13076-070 - (19) 3198-5200	20	200	200	420
PRT16/MA	200106	PRT16/MA	Avenida Atlântica (antiga Rua das Alpercatas), quadra 24, lote 03, Calhau, São Luís-MA - (98) 3131 8800	6	6	6	18
PRT17/ES	380007	PRT17/ES	Rua José Alexandre Buaiz, nº 350, Ed. Affinity Work, Enseada do Suá, Vitória/ES - CEP 29.050-545 - (27) 3198- 4400	0	25	53	78
PRT18/GO	200108	PRT18/GO	Av. T-63, nº 1680, Qd. 572, Lts. 13-17, esquina com rua C-253, Setor Nova Suíça, Goiânia / Goiás - CEP 74280-230 - (62) 3507-2700	10	0	0	10
PRT20/SE	200203	PRT20/SE	Av. Desembargador Maynard, 72 - Cirurgia - Aracaju/SE, CEP: 49055-210 - Tel: (79) 3194-4600	15	30	0	45



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

Órgão Gerenciador/ Participante	UASG	Unidade Destino	Endereço	Cadeira Executiva - Procurador	Cadeira Servidor - Espaldar Alto	Cadeira Servidor - Espaldar Médio	Total
PRT21/RN	200099	PRT21/RN	Rua Poty Nóbrega, 1941 - Lagoa Nova - Natal/RN, CEP: 59056-180 - Tel: (84) 4006-2800	24	19	16	59
PRT22/PI	200098	PRT22/PI	Rua Anfrísio Lobão, 805 - Bairro Jóquei - Teresina-PI, CEP. 64.049-280 - (86) 3214 7500	26	30	30	86
PRT23/MT	200205	PRT23/MT	Rua Arnaldo Lopes Sussekind, nº 236, Jardim Aclimação - Cuiabá/MT - CEP: 78.050-258 - (65) 3613-9100	0	36	0	36
PRT24/MS	200206	PRT24/MS	Rua Dr. Paulo Machado, nº. 120, Royal Park, Campo Grande/MS, CEP 79021-460 - (67) 3358-3000	20	36	36	92
Total MPT				327	862	862	2.051

Órgão Gerenciador/ Participante	UASG	Unidade Destino	Endereço	Cadeira Executiva - Procurador	Cadeira Servidor - Espaldar Alto	Cadeira Servidor - Espaldar Médio	Total
PJM/FLN	200008	PJM/Florianópolis	Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4876, Torre 3, sala 305 – Agronômica – Florianópolis/SC CEP 88025-255 - (48) 2107-2595	2	11	0	13
ESMPU	200234	ESMPU	SGAS, Quadra 603, Lote 22, Asa Sul, Brasília/DF - CEP 70200-630 - (61) 3553-5300	4	86	50	140

Total Geral (MPF + MPT + MPM + ESMPU)				1.226	5.492	2.916	9.634
--	--	--	--	--------------	--------------	--------------	--------------



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

Referência: PGEA nº 1.33.000.000767/2026-80

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), atualiza a fase de planejamento da contratação e consolida os estudos para a realização de um Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de cadeiras de escritório, abrangendo os modelos Giratória Executiva e Giratória Operacional (espaldar alto e médio), destinadas a atender às demandas de diversas unidades do Ministério Público da União (MPU).

Trata-se da contratação dos itens que não tiveram êxito no Pregão Eletrônico nº 90001/2026, tendo sido revogados em razão da necessidade de ajustes nas especificações técnicas, de modo a adequá-las à realidade do mercado e possibilitar o pleno atendimento às características exigidas.

O objetivo deste documento é analisar e detalhar a necessidade que originou a demanda, avaliar as soluções disponíveis no mercado, demonstrar a viabilidade da contratação e definir os requisitos necessários para a escolha da solução mais vantajosa, em estrita observância ao art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 1.1. A adequada estrutura administrativa e operacional, incluindo um ambiente de trabalho **ergonomicamente correto**, é condição essencial para que o Ministério Público da União (MPU) cumpra suas finalidades institucionais. Nesse contexto, a presente contratação visa atender à necessidade de diversas unidades do MPU de adquirir cadeiras de escritório, abrangendo diferentes modelos (executivo e operacional), a fim de garantir as condições ideais de trabalho e a eficiência de suas operações.
- 1.2. A necessidade de novas aquisições fundamenta-se, primordialmente, no fato de que um volume expressivo do mobiliário atualmente em uso nas unidades encontra-se **obsoleto, no fim de sua vida útil ou em desacordo com as normas de ergonomia vigentes**. Conforme apontado nos Planos de Contratações Anuais (PCA) de diversas unidades do Ministério Público Federal (MPF), há um grande quantitativo de assentos com elevado tempo de uso, **frequentemente superior a 10 anos**. Essa obsolescência acarreta uma série de problemas funcionais, como o desgaste acentuado de revestimentos, a falha de mecanismos de ajuste de altura e a quebra de componentes como os apoios de braço. A deterioração chega a um ponto em que muitas cadeiras se encontram em **mau estado de conservação e imprestáveis para o uso**. A situação é agravada pela crescente dificuldade na **obtenção de peças de reposição**,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

que se tornam escassas ou são descontinuadas pelos fabricantes para os modelos mais antigos.

- 1.3. Além da substituição direta de mobiliário danificado, a demanda abrange outras necessidades operacionais, como a **padronização** dos modelos utilizados, o **aparelhamento de novas instalações**, como salas de videoconferência e gabinetes em expansão, e o provisionamento para **novas sedes**. A formação de uma **reserva técnica** também se mostra essencial, uma vez que a falta de estoque tem impossibilitado a substituição imediata de itens que apresentam defeito.
- 1.4. Sob a perspectiva do interesse público, a inadequação das cadeiras de escritório compromete o **bem-estar, a saúde e a qualidade de vida** de membros, servidores, estagiários, colaboradores e dos cidadãos atendidos nas instalações do MPU. A utilização de assentos precários representa **riscos à segurança e à saúde dos usuários**, sendo a substituição uma medida essencial para garantir um ambiente de trabalho saudável e produtivo, que **previna doenças ocupacionais** e atenda a **recomendações médicas de ergonomia**. A aquisição de modelos mais modernos, com encostos telados, visa também proporcionar maior conforto térmico aos usuários.
- 1.5. Ademais, esta contratação representa uma oportunidade de modernização e de alinhamento às diretrizes de gestão eficiente dos recursos públicos. A substituição de cadeiras que já ultrapassaram o período de garantia e cujo **custo de reparo se tornou elevado** por modelos novos, com **longos prazos de garantia**, representa um investimento na **durabilidade do patrimônio público** e na **redução de despesas futuras** com manutenção.
- 1.6. O problema, portanto, não é isolado. Consulta realizada no âmbito do MPU demonstrou que a necessidade de aquisição de cadeiras é uma **demandas recorrente de diversas unidades dos diferentes ramos**. A consolidação dessa demanda pelo Centro de Apoio Operacional em Contratações II (CAOPII) evidencia a pertinência de uma contratação centralizada, que visa, primordialmente, a obtenção de **economia de escala**, a **padronização técnica** do mobiliário e uma **gestão mais eficiente dos recursos públicos**.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

- 2.1. A presente contratação centralizada teve origem na análise estratégica da Secretaria de Administração do MPF, que **identificou, nos Planos de Contratações Anuais (PCA) de diversas unidades da instituição, a recorrência de demandas para a aquisição de cadeiras de escritório**. Diante da similaridade e da capilaridade das necessidades, optou-se por consolidar essas demandas em um único procedimento nacional, visando a economicidade e a padronização.
- 2.2. Para as unidades do Ministério Público Federal (MPF), a contratação encontra-se alinhada com as previsões constantes no PCA, conforme estabelecido no Ofício nº 149/2025/SA e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

detalhado no consolidado de demandas que instrui este processo, por meio das seguintes etiquetas de planejamento:

- **PGR-D0082/24** - Procuradoria-Geral da República;
- **PRAC-D0038/24** - Procuradoria da República no Acre;
- **PRAL-D0026/24** - Procuradoria da República em Alagoas;
- **PRCE-D0016/24** - Procuradoria da República no Ceará;
- **PRMG-D0068/24** - Procuradoria da República em Minas Gerais;
- **PRMT-D0025/24** - Procuradoria da República em Mato Grosso;
- **PRPA-D0018/24** - Procuradoria da República no Pará;
- **PRPR-D0063/24** - Procuradoria da República no Paraná;
- **PRRO-D0003/24** - Procuradoria da República em Rondônia;
- **PRRR-D0008/24, PRRR-D0012/24 e PRRR-D0045/24** - Procuradoria da República em Roraima;
- **PRR1-00123/24** - Procuradoria Regional da República da 1ª Região;
- **PRR2-D0014/24** - Procuradoria Regional da República da 2ª Região;
- **PRR3-D0031/24** - Procuradoria Regional da República da 3ª Região;
- **PRR5-D0063/24** - Procuradoria Regional da República da 5ª Região;
- **PRSE-D0016/24** - Procuradoria da República em Sergipe.

2.3. No que tange aos demais órgãos e ramos do Ministério Público da União (MPT e ESMPU) que manifestaram interesse em participar do registro de preços, caberá a cada unidade a responsabilidade de assegurar que a aquisição pretendida possua a devida previsão em seus respectivos Planos de Contratações Anuais.

2.4. Importa ressaltar que, por se tratar de uma contratação processada por meio de Sistema de Registro de Preços, a presente fase de planejamento visa à celebração de uma ata com validade de 12 meses. A efetiva aquisição e o empenho da despesa serão realizados de forma descentralizada por cada unidade participante, momento no qual deverá ser demonstrada a disponibilidade orçamentária e a conformidade final com as regras do PCA vigente.

2.5. Alinhamento ao Planejamento Estratégico

2.5.1. Esta contratação está em conformidade com o Planejamento Estratégico Institucional do Ministério Público Federal para o ciclo de 2024 a 2027. Tal planejamento foi instituído



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

por meio da **Portaria PGR/MPF nº 843, de 18 de outubro de 2024**, que norteia as ações de gestão da instituição.

2.5.2.OE 7 (Pessoas e Recursos): Incentivar ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável. A aquisição de cadeiras novas e ergonomicamente adequadas promove diretamente a saúde e o bem-estar de membros, servidores e colaboradores. Além disso, a escolha de materiais duráveis e com garantia estendida reforça o compromisso institucional com a sustentabilidade e a preservação do patrimônio público.

2.5.3.OE 4 (Processos Internos): Garantir processos eficientes com regras negociais disseminadas. A utilização do Sistema de Registro de Preços centralizado simplifica a gestão administrativa e reduz significativamente o retrabalho.

2.5.4.OE 3 (Processos Internos): Promover a integração nacional, consolidando a atuação coordenada. A realização desta licitação compartilhada entre o MPF, MPT, MPM e ESMPU materializa a cooperação mútua entre os ramos. Segundo os princípios da eficiência, essa articulação conjunta fortalece a governança e padroniza a infraestrutura de apoio em todas as unidades administrativas.

2.5.5. Dessa forma, a presente contratação está plenamente alinhada com os objetivos e diretrizes do Planejamento Estratégico Institucional, contribuindo para o fortalecimento da eficiência administrativa, da qualidade de vida no trabalho e da gestão sustentável e colaborativa de recursos.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os requisitos a seguir são essenciais para o alcance dos objetivos da contratação, assegurando que os produtos adquiridos atendam às necessidades específicas da instituição. A definição clara desses requisitos, baseada nas demandas das unidades e fundamentada nas diretrizes do Guia de Contratações Sustentáveis do MPF e na exigência legal de que o planejamento da contratação contemple os impactos ambientais e as medidas mitigadoras, conforme o art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, garante a qualidade e a eficiência dos bens a serem fornecidos, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

3.2. Requisitos da Solução

3.2.1. **Objeto:** O objeto da presente contratação é o fornecimento, por meio de Sistema de Registro de Preços, de cadeiras de escritório, abrangendo os modelos Giratória Executiva para Procurador e Giratória Operacional para Servidor (espaldar alto e médio).

3.2.1.1. As especificações técnicas completas e detalhadas de cada item encontram-se no **Anexo I** deste Estudo Técnico Preliminar.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

3.2.1.1.1. Em busca da manutenção de um padrão de qualidade e ergonomia já estabelecido no âmbito do MPF, as especificações tomaram como base aquelas utilizadas na contratação compartilhada anterior, realizada por meio do **Pregão Eletrônico nº 06/2023**. Esta abordagem está alinhada ao princípio estabelecido na alínea "a" do inciso V do art. 40 da Lei nº 14.133/2021: *"da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho"*.

3.2.1.1.2. Ressalta-se que a elaboração dos presentes requisitos técnicos **não se baseou nas características dos modelos ou marcas que sagraram-se vencedores** no certame anterior, mas sim nas **especificações contidas no Termo de Referência** que o instruiu. O objetivo não é direcionar a aquisição para um produto específico, mas sim **manter um padrão de características técnicas, ergonômicas e de durabilidade** que já se mostraram adequadas às necessidades da Instituição, garantindo a isonomia e a ampla competição no futuro certame.

3.2.2. **Escopo:** A contratação abrange exclusivamente a **aquisição das cadeiras**, com os **custos de frete inclusos** para entrega nos múltiplos endereços indicados pelas unidades participantes em todo o território nacional. As cadeiras deverão ser entregues **devidamente montadas e em perfeitas condições de uso**, não cabendo à Contratante a responsabilidade pela montagem dos equipamentos.

3.2.3. Comprovação da Conformidade do Objeto

3.2.3.1. A exigência de laudos, relatórios e certificados emitidos por entidades externas e acreditadas é uma medida de **gestão de riscos** e de **diligência** da Administração. O objetivo é obter **provas objetivas e imparciais** de que os produtos ofertados atendem aos requisitos indispensáveis de qualidade, segurança, durabilidade, ergonomia e sustentabilidade. Tal medida é fundamental para assegurar que a contratação atinja seu resultado pretendido e para proteger o investimento público, evitando a aquisição de bens que apresentem vícios ocultos ou performance inferior ao longo de sua vida útil.

3.2.3.2. Os documentos a seguir, que deverão ser enviados junto com a proposta final do fornecedor na licitação, são exigidos para **todos os itens (1 a 4)**:

I. Certificado de Regularidade do IBAMA

A. **Descrição:** Documento emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis que atesta a inscrição e a regularidade do fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

B. **Justificativa:** A exigência deste certificado está alinhada ao dever da Administração de promover o desenvolvimento nacional sustentável e às diretrizes do Guia de Contratações Sustentáveis do MPF. É um requisito indispensável para assegurar a conformidade ambiental do fabricante, mitigando o risco reputacional e legal de o MPU contratar empresas que operem em desacordo com a legislação ambiental.

II. Declaração e/ou Certificado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (do fabricante)

A. **Descrição:** Comprovação formal de que o fabricante possui e aplica uma política para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados em seu processo produtivo.

B. **Justificativa:** A exigência está alinhada à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e atende diretamente à diretriz para aquisição de mobiliário constante no **Guia de Contratações Sustentáveis do MPF**, que prevê a necessidade de se exigir "licença ambiental e certificado atestando a destinação dos resíduos industriais produzidos". O requisito é, portanto, indispensável para garantir que a cadeia produtiva do bem a ser adquirido é ambientalmente responsável, reduzindo o impacto da contratação, fomentando boas práticas no mercado e cumprindo as orientações institucionais.

III. Certificado de Cadeia de Custódia (Cerflor ou FSC)

A. **Descrição:** Certificação emitida por organismo independente que garante a rastreabilidade da matéria-prima de origem florestal, atestando que ela provém de manejo florestal responsável. A exigência aplica-se caso o produto contenha madeira ou derivados.

B. **Justificativa:** A exigência atende a diretrizes do **Guia de Contratações Sustentáveis do MPF**, que, ao tratar da aquisição de mobiliário, recomenda a solicitação do **Certificado de Cadeia de Custódia (Cerflor ou FSC)**. Conforme o próprio Guia, o objetivo desta certificação é selecionar fornecedores que não estejam envolvidos em práticas como o **corte ilegal ou comercialização de madeira de origem ilegal, a destruição de florestas de alto valor de conservação e a violação de direitos de populações tradicionais e civis**. Portanto, a apresentação do certificado é a forma objetiva de garantir a rastreabilidade da matéria-prima e comprovar que a



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

madeira utilizada provém de **manejo florestal responsável ou reflorestamento**, alinhando a contratação à missão institucional do Ministério Público de defesa do meio ambiente e mitigando o risco de a Administração se associar a práticas danosas ao patrimônio ambiental e social do país.

IV. Relatório de Ensaio ou Laudo ou Certificado de Conformidade com a ABNT NBR 13962:2018 ou normas internacionais equivalentes

- A. **Descrição:** Laudo técnico, relatório de ensaio ou certificado de conformidade emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro, por laboratório internacional acreditado por organismo local pertencente ao ILAC (International Laboratory Accreditation Cooperation), por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo Inmetro ou por OCP internacional com acreditação de organismo local pertencente ao IAF (International Accreditation Forum). O documento deve atestar o cumprimento de todos os requisitos da norma **ABNT NBR 13962:2018 ou das normas internacionais equivalentes, como a ISO 21.015:2007 ou a Ansi Bifma X 5.1** em sua versão mais recente. Caso o documento seja em língua estrangeira, deverá ser acompanhado de tradução juramentada.
- B. **Justificativa:** Por se tratar de um bem de uso intensivo, a comprovação de sua qualidade e segurança estrutural é indispensável. Conforme orientação do **Guia de Contratações Sustentáveis do MPF**, a norma técnica ABNT para cadeiras de escritório é o instrumento que especifica as **características físicas e dimensionais adequadas** e estabelece os métodos para a determinação da **estabilidade, da resistência e da durabilidade** dos equipamentos. A apresentação do laudo correspondente, emitido por entidade acreditada, é, portanto, a única forma objetiva de mitigar o risco de falhas prematuras, que gerariam custos de manutenção e riscos à segurança dos usuários, assegurando que o patrimônio público cumprirá sua vida útil esperada.

V. Licença Ambiental

- A. **Descrição:** Documento expedido pelo órgão ambiental competente que autoriza a instalação e a operação da planta fabril do fabricante.
- B. **Justificativa:** A exigência está alinhada às diretrizes do **Guia de Contratações Sustentáveis do MPF**, que recomenda a solicitação da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

"licença ambiental e certificado atestando a destinação dos resíduos industriais produzidos". A apresentação da Licença Ambiental é a comprovação indispensável de que a atividade industrial do fabricante é formalmente autorizada pelo órgão ambiental competente e opera dentro dos parâmetros legais de controle. A medida reforça a conformidade legal da cadeia de fornecimento, mitiga o risco reputacional e legal de o MPU contratar empresas cujas operações possam ser danosas ao meio ambiente e garante que o bem a ser adquirido é produzido de forma ambientalmente responsável.

VI. Laudo de Ergonomia (NR-17)

- A. **Descrição:** Laudo de ergonomia ou parecer técnico que ateste o pleno atendimento do produto aos requisitos da Norma Regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho e Emprego. O documento deverá conter o código do produto e ser emitido por profissional com a devida habilitação, seja ele: certificado pela Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO); engenheiro de segurança do trabalho; ou profissional de nível superior com especialização em ergonomia do trabalho, segurança do trabalho ou medicina do trabalho.
- B. **Justificativa:** A exigência segue a orientação do **Guia de Contratações Sustentáveis do MPF**, que determina que a comprovação do atendimento aos requisitos da **Norma Regulamentadora NR-17** seja efetivada mediante laudo técnico emitido por profissional habilitado. A apresentação deste laudo é o meio objetivo de assegurar que o produto é ergonomicamente adequado, sendo um requisito indispensável para **mitigar o risco de desenvolvimento de Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT)**. A prevenção de tais doenças ocupacionais impacta diretamente na redução dos índices de absenteísmo, na melhoria da produtividade e na prevenção de futuros passivos para a Administração.

VII. Laudos da Espuma Flexível de Poliuretano

- A. **Descrição:** Conjunto de relatórios de ensaio, emitidos por laboratório acreditado, que verificam as propriedades da espuma do assento. A documentação deve atestar a conformidade com as normas ABNT que regem a **resiliência (NBR 8619)**, **teor de cinzas (NBR 14961)**,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

resistência à compressão (NBR 8910), densidade (NBR 8537), características de queima (NBR 9178) e resistência à tração (NBR 8515), além de comprovar a isenção de CFC em sua composição, conforme os parâmetros detalhados nas especificações técnicas..

- B. **Justificativa:** A qualidade da espuma do assento é um componente crítico que afeta diretamente o conforto, a ergonomia, a segurança e a durabilidade da cadeira. A exigência de laudos específicos atende às detalhadas recomendações do **Guia de Contratações Sustentáveis do MPF**. A comprovação de atendimento às normas ABNT para **resiliência, resistência à compressão e densidade** é indispensável para garantir que a espuma não se deformará ("achatará") com o uso contínuo, o que comprometeria o suporte ergonômico e a vida útil do bem. Adicionalmente, o ensaio de **resistência à tração** assegura a robustez do material contra rasgos, o de **características de queima** adiciona um requisito de segurança contra incêndio, e a verificação da **isenção de CFC** cumpre um critério de sustentabilidade ambiental. Desta forma, o conjunto de laudos é o meio objetivo de assegurar que a espuma possui as características de desempenho e segurança necessárias para suportar o uso intensivo, mantendo suas propriedades ao longo do tempo.

VIII. Laudo de Corrosão por Exposição à Névoa Salina (NBR 17088:2023)

- A. **Descrição:** Relatório de ensaio que atesta a conformidade com a norma **ABNT NBR 17088:2023**, comprovando que, após um período mínimo de **240 horas** de exposição à névoa salina, as partes metálicas e seus revestimentos apresentaram **grau de empolamento zero e grau de enferrujamento zero**.
- B. **Justificativa:** Conforme previsto no **Guia de Contratações Sustentáveis do MPF**, para a aquisição de mobiliário, deve ser exigida a comprovação de resistência dos componentes metálicos à corrosão. Desta forma, a apresentação de laudo de ensaio de corrosão por exposição à névoa salina é a forma objetiva de assegurar a durabilidade do produto, sendo um requisito indispensável para mitigar o risco de deterioração precoce do patrimônio público e garantir a vida útil esperada do bem.

3.2.3.3. Os documentos a seguir são exigidos adicionalmente para as **cadeiras dos itens 1 a 3:**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

I. Comprovação de norma para Pistão a Gás (EN 16955 ou DIN 4550)

- A. **Descrição:** O pistão a gás deverá atender à norma EN 16955 ou DIN 4550, no mínimo classe 4, devendo a comprovação ser realizada por meio de certificado de ensaio emitido por laboratório acreditado por organismo signatário da ILAC, contendo identificação do produto ensaiado, acompanhado de tradução simples para o português.
- B. **Justificativa:** O pistão a gás é um componente crítico de segurança e funcionalidade, responsável pelo principal mecanismo de ajuste e sustentação das cadeiras giratórias. O **Guia de Contratações Sustentáveis do MPF** estabelece a necessidade de o produto como um todo atender a rigorosos critérios de "**estabilidade, da resistência e da durabilidade**". Para que o conjunto atinja esse padrão, é tecnicamente indispensável que suas peças fundamentais também sejam certificadas. Desta forma, a exigência de certificação do pistão por normas técnicas reconhecidas (EN 16955 ou DIN 4550) é a medida objetiva e necessária para garantir a qualidade deste componente, mitigando o risco de falhas e assegurando a longevidade e a segurança de toda a cadeira.

3.3. Requisito de Verificação de Amostra do Objeto

3.3.1. Será exigida a apresentação de amostras para os itens que são objeto da contratação, a fim de permitir que a Administração verifique, de forma prática e aprofundada, a compatibilidade entre o produto ofertado pelo licitante e as condições mínimas de qualidade, desempenho e conformidade previstas no Termo de Referência.

3.3.2. Justificativa

3.3.2.1. A verificação de amostra é um procedimento de gestão de riscos essencial para garantir que as cadeiras oferecidas pelos licitantes atendam às rigorosas especificações técnicas, ergonômicas e de durabilidade exigidas pela Administração. Por se tratar de uma contratação compartilhada nacional, de uma grande quantidade de bens que serão entregues de maneira descentralizada em diversas localidades, a análise prévia de amostras mitiga riscos para ambas as partes. Para a **Administração**, a aprovação da amostra antes da contratação minimiza os **custos logísticos indiretos e os prejuízos operacionais** decorrentes da indisponibilidade dos bens, caso uma não conformidade fosse constatada apenas no momento do recebimento. Para o **fornecedor**, a aprovação da amostra na fase de julgamento evita o risco de uma futura reprovação de lotes já entregues,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

o que acarretaria não apenas o **custo logístico e financeiro direto** de devolução e recolhimento, mas também a aplicação de sanções de multa expressivas, dado o vulto da contratação.

3.3.2.2. Nesse contexto, a exigência de amostra permite que a Administração:

A. Verifique a Conformidade Técnica: Assegurar que os produtos atendem a todas as condições mínimas previstas no Termo de Referência, incluindo dimensões, materiais e componentes.

B. Avalie a Qualidade Construtiva e de Acabamento: Realizar uma análise visual detalhada do acabamento geral do produto, como a qualidade da pintura, das soldas, dos revestimentos, do alinhamento das junções e da estrutura, a fim de reprovar produtos com baixa qualidade ou que descaracterizem a originalidade de um item de linha.

C. Análise de Desempenho Ergonômico: Avaliar na prática o funcionamento de todos os mecanismos de ajuste (altura, inclinação, apoio de braços, apoio lombar, etc.), o conforto proporcionado pelo assento e encosto, e a estabilidade geral da cadeira durante o uso, para garantir que o produto não apresente problemas de funcionamento e atenda plenamente às normas de ergonomia.

D. Teste de Durabilidade e Resistência: Submeter o produto a manuseio e testes práticos, que podem incluir a desmontagem de componentes, para avaliar a robustez e a resistência da estrutura, da base, dos rodízios e dos apoios de braço, garantindo que a cadeira suportará o uso contínuo e intensivo do ambiente de trabalho.

E. Avaliação dos Manuais de Instrução: Analisar a qualidade dos manuais de instruções que acompanham os produtos, garantindo que sejam claros, completos e em língua portuguesa, permitindo que o usuário final compreenda e utilize todas as regulagens ergonômicas disponíveis.

3.3.2.3. A apresentação de amostras permite que a Administração realize uma análise detalhada e objetiva sob várias perspectivas, reduzindo significativamente a possibilidade de aquisição de bens inadequados, de baixa qualidade ou com vícios ocultos que não seriam perceptíveis apenas pela análise documental. Dessa forma, a verificação física das amostras é um procedimento crucial para assegurar que as



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

cadeiras a serem adquiridas pelo MPU atendam às necessidades institucionais e promovam a eficiência, a saúde e a segurança nos ambientes de trabalho.

3.4. Requisitos de Comprovação e Informações do Fabricante

3.4.1. As licitantes deverão incluir em suas propostas as seguintes informações sobre os produtos ofertados: **marca, modelo, fabricante e o endereço do site oficial do fabricante** — mesmo que estrangeiro e em língua estrangeira — onde as especificações técnicas e a indicação de que o modelo ofertado é produzido pelo referido fabricante possam ser consultadas.

3.4.2. A comprovação do atendimento aos requisitos técnicos deverá ser feita, prioritariamente, por meio de **manual técnico, catálogo oficial do produto ou endereço eletrônico específico (link) da página no site oficial do fabricante**, onde a característica exigida seja explicitamente mencionada. A simples declaração da licitante, desacompanhada de uma das documentações do fabricante, não será considerada suficiente.

3.4.3. Em caráter complementar, caso a documentação prevista no item anterior não seja suficiente para demonstrar o pleno atendimento a todas as especificações, a proposta deverá ser instruída com **declaração do fabricante**, que apresente os dados técnicos remanescentes. A declaração deverá conter a identificação completa do responsável pelas informações, a fim de viabilizar eventuais diligências por parte da Administração.

3.4.4. Justificativa: A exigência de comprovação documental e de informações do fabricante se fundamenta nos seguintes pontos:

a) Garantia da Autenticidade dos Produtos: Assegura que os produtos ofertados são genuínos, permitindo à Administração verificar sua origem e evitar a aquisição de itens de qualidade inferior.

b) Facilidade na Verificação das Especificações Técnicas: Permite uma verificação direta e célere das características dos produtos ofertados, garantindo que correspondam às informações apresentadas nas propostas.

c) Transparência e Isonomia: A regra é aplicada uniformemente a todos os licitantes, garantindo igualdade de condições e transparência ao certame.

d) Prevenção de Fraudes e Garantia de Qualidade: Minimiza o risco de fraudes e assegura que os produtos adquiridos possuam a qualidade esperada, contribuindo para a eficiência da contratação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

e) **Eficiência no Processo de Aquisição:** Contribui para a celeridade do processo licitatório, reduzindo o tempo necessário para a avaliação técnica das propostas.

3.5. Requisitos de Garantia e Assistência Técnica

3.5.1. Prazo de Garantia do Fabricante: O prazo de garantia dos bens, a ser integralmente fornecido pelo fabricante, será de, no mínimo, **7 (sete) anos para a Cadeira Giratória Executiva para Procurador (Item 1)** e de **5 (cinco) anos para os demais modelos (Itens 2, 3 e 4)**, contado a partir do recebimento definitivo do objeto.

3.5.1.1. Comprovação da Garantia: A garantia deverá ser comprovada por meio de documento oficial do fabricante, como certificado de garantia, manual do produto, catálogo ou informação explícita no site oficial.

3.5.1.2. Substituição de Peças: As peças e componentes que apresentarem defeito no período de garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais do fabricante.

3.5.1.3. Responsabilidade Subsidiária da Contratada: Caso o fabricante, durante o período de garantia, não cumpra suas obrigações de forma satisfatória, a contratada será responsável por assegurar o seu pleno atendimento, arcando com todas as ações necessárias, incluindo a intermediação junto à rede de assistência técnica e a logística para troca de peças ou do bem, se necessário.

3.5.1.4. Justificativa para a Exigência de Garantia Integral do Fabricante: A exigência de que os prazos de garantia sejam integralmente ofertados pelo fabricante do bem, não se admitindo complementação por parte da empresa fornecedora, fundamenta-se nos seguintes aspectos estratégicos e de gestão de riscos:

3.5.1.4.1. Segurança Jurídica e Capilaridade Nacional do Atendimento: A contratação abrange a entrega dos bens em **dezenas de localidades distintas, em todo o território nacional**. Apenas os grandes fabricantes possuem uma rede de assistência técnica autorizada com capilaridade para prestar suporte de forma padronizada e eficiente em um escopo tão vasto.

3.5.1.4.2. Alinhamento com o Objeto da Licitação: O objeto licitado é o fornecimento de bens, dos quais a garantia é uma característica intrínseca, e não a contratação de um serviço de garantia estendida. O licitante deve, portanto, ofertar um produto que já possua os requisitos de durabilidade e confiabilidade exigidos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

3.5.1.4.3. **Mitigação de Riscos de Descontinuidade e Obsolescência:** Em uma contratação de grande vulto e com longos prazos de garantia (5 e 7 anos), a exigência de que a garantia seja integralmente coberta pelo fabricante, com responsabilidade solidária do licitante, é uma medida crucial de gestão de riscos. Esta abordagem mitiga o risco de a Administração deixar de contar com o suporte necessário por motivos alheios à vontade do licitante vencedor, como a descontinuidade de um modelo de cadeira, o encerramento da produção de peças de reposição essenciais (como pistões, apoios de braço e mecanismos de ajuste), ou até mesmo a saída do mercado do próprio fornecedor. Ao vincular a obrigação diretamente ao fabricante, uma entidade de maior porte e estabilidade, assegura-se a manutenção da garantia e o suporte técnico durante toda a vida útil estipulada para o bem.

3.5.1.4.4. **Segurança Contratual e Fomento à Ampla Competição:** A garantia prestada por um fabricante, empresa de grande porte e solidez, oferece segurança superior à de um fornecedor. Adicionalmente, a exigência fomenta a participação de empresas de menor porte (ME/EPP), que podem competir ao ofertar produtos que já atendam ao requisito, sem precisar assumir o elevado risco financeiro de custear uma garantia complementar.

3.5.1.4.5. **Comprovação de Competitividade e Razoabilidade:** Foi realizada ampla pesquisa de mercado que demonstra que diversos fabricantes já oferecem prazos de garantia iguais ou superiores aos exigidos. A definição dos prazos de **5 (cinco) e 7 (sete) anos** resulta de uma análise de equilíbrio entre a durabilidade desejada e a garantia da ampla competitividade do certame, sendo uma adequação criteriosa da recomendação do Guia de Contratações Sustentáveis do MPF à realidade do mercado para otimizar o resultado da licitação.

3.5.2. **Logística de Garantia:** O custo referente ao transporte e à logística para recolhimento e entrega de bens cobertos pela garantia será, em primeira instância, de responsabilidade do fabricante, por meio de sua rede de assistência técnica. Contudo, caso o serviço não seja atendido a contento, a **contratada** assume a **inteira e final responsabilidade** por essa logística, que deverá ocorrer no endereço da respectiva unidade de destino, sem qualquer ônus para a Administração..

3.6. Requisitos de Sustentabilidade

3.6.1. A adoção de práticas de sustentabilidade nas contratações do Ministério Público Federal é diretriz essencial para promover um desenvolvimento equilibrado e responsável, abrangendo as dimensões ambiental, social e econômica. Para a contratação de **cadeiras de escritório**, as especificações deste ETP tomam como base o **Guia de Contratações**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

Sustentáveis do MPF e a legislação pertinente, em especial o **art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021**.

3.6.2. Dimensão Ambiental: Além dos requisitos de sustentabilidade já mencionados nas exigências de Comprovação da Conformidade do Objeto, deverão ser observados os seguintes aspectos::

3.6.2.1. As cadeiras deverão ser fabricadas com materiais recicláveis ou reaproveitáveis, permitindo a adequada destinação dos componentes ao final de sua vida útil, em conformidade com a legislação ambiental vigente e com as diretrizes do *Guia de Contratações Sustentáveis* do Ministério Público Federal.

3.6.3. Dimensão Social

3.6.3.1. **Condições de Trabalho:** As empresas licitantes deverão declarar que observam as normas relativas à saúde e segurança no trabalho e que não empregam mão de obra infantil ou em condições análogas à de escravo.

3.6.4. Dimensão Econômica

3.6.4.1. **Durabilidade e Ciclo de Vida:** Os produtos devem incorporar tecnologias e materiais que aumentem sua durabilidade e desempenho, conforme detalhado nos requisitos técnicos. A exigência de maior robustez construtiva e de garantias estendidas visa prolongar a vida útil dos equipamentos, reduzindo a necessidade de substituições precoces e o custo total de propriedade para a Administração.

3.6.4.2. Participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP):

3.6.4.2.1. Nos termos do do Art. 4, § 1º, Inc. II, da Lei 14.133/2021, para os **itens cujo valor estimado seja inferior à R\$ 4.800.000,00** (receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte) será concedida **preferência de contratação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP)**, conforme previsto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.6.4.2.2. **Aplicação da Cota Reservada para ME/EPP:** Não será aplicada a cota reservada de até 25% para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPPs), pois, para os fins da presente contratação, os itens não são considerados bens de natureza divisível, nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. **A caracterização da indivisibilidade de cada item, sob a perspectiva técnica e de gestão, fundamenta-se nas seguintes razões:**

A. **Padronização dos Equipamentos:** A padronização é crucial para garantir a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas e de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

desempenho dos equipamentos, conforme estabelecido no art. 40, inciso V, alínea "a" da Lei 14.133/2021. A aquisição de um mesmo item de dois fornecedores distintos (um da ampla concorrência e outro da cota reservada) pode implicar na aquisição de marcas e modelos diferentes, o que inviabilizaria a padronização e dificultaria a gestão.

- B. **Gestão Eficaz da Garantia e Suporte:** A contratação de um único fornecedor por item simplifica drasticamente a gestão dos serviços de garantia e suporte técnico. A divisão do item entre dois fornecedores criaria uma complexidade administrativa insustentável, especialmente ao se considerar que a garantia deve ser acionada em diversas localidades distintas, tornando muito complexo o controle de qual fornecedor entregou qual equipamento em cada unidade.
- C. **Otimização da Manutenção e de Peças de Reposição:** A padronização de equipamentos de uma mesma marca e modelo por item facilita a contratação futura de serviços de manutenção e a aquisição de peças de desgaste previsível, como **rodízios, pistões e mecanismos de ajuste**. Um parque de equipamentos uniforme permite manter um estoque de peças de reposição otimizado e reduz custos de manutenção, garantindo a disponibilidade e a celeridade nos reparos.
- D. **Eficiência na Gestão da Ata de Registro de Preços (ARP):** A presente contratação por SRP envolve um **elevado quantitativo de bens** a serem adquiridos para **diversas unidades administrativas participantes**. A aplicação de cota reservada para cada item acima de R\$ 80.000,00 aumentaria muito o número de fornecedores a serem gerenciados na Ata. Tal divisão implicaria extrema dificuldade na gestão dos saldos, na distribuição dos quantitativos, no controle das entregas e no gerenciamento de eventuais adesões, gerando dificuldades operacionais que o órgão gerenciador e os órgãos participantes não teriam condições de assumir.

3.6.4.2.3. A decisão pela não aplicação da cota, portanto, decorre da indivisibilidade técnica e gerencial de cada item no contexto desta complexa contratação nacional, visando assegurar a economicidade, a padronização e a eficiência na gestão do contrato, em conformidade com o interesse público.

3.6.5. Da Participação de Pessoas Físicas



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

3.6.5.1. A participação na licitação será vedada a pessoas físicas.

3.6.5.1.1. A vedação à participação de pessoas físicas fundamenta-se no parágrafo único do art. 4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021. A natureza das obrigações contratuais a serem assumidas pela futura contratada exige uma estrutura mínima e uma capacidade econômica incompatíveis com a atuação de um particular.

3.7. Requisitos de Qualificação Técnica

3.7.1. Para cada item da licitação em que esteja em julgamento, a licitante deverá comprovar o fornecimento anterior de **cadeiras de escritório de modelo(s) com características semelhantes às do item para o qual concorre**, em quantitativo não inferior a **100 (cem) unidades**.

3.7.1.1. Será admitido o somatório de quantidades de diferentes atestados para a comprovação do quantitativo mínimo exigido.

3.7.2. Justificativa:

3.7.2.1. A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 67, § 2º, faculta à Administração a exigência de atestados com quantitativos de até 50% (cinquenta por cento) do total a ser contratado. Contudo, foi realizada uma análise pormenorizada das particularidades da presente contratação, considerando o elevado volume total de bens, que ultrapassa 11.000 (onze mil) unidades, e a natureza do futuro ajuste, a ser firmado por meio de Sistema de Registro de Preços, que prevê entregas parceladas ao longo da vigência da ata. Nesse contexto, e em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, optou-se por não aplicar o percentual máximo permitido em lei, definindo-se um quantitativo fixo.

3.7.2.2. O quantitativo fixo de 100 (cem) unidades por item é considerado suficiente para assegurar que a licitante possua experiência prévia com fornecimentos de porte minimamente relevante, mitigando os riscos de falhas na produção e na logística de entrega em uma contratação de grande volume e capilaridade nacional. A exigência, portanto, visa a garantir a capacidade operacional da licitante sem restringir indevidamente a competição, por se tratar de um volume acessível a empresas que já atuam no mercado de fornecimento de mobiliário corporativo, estando em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

3.8. Requisitos de Qualificação Econômico-Financeira

3.8.1. A exigência de qualificação econômico-financeira, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, é medida indispensável para a gestão de riscos desta contratação, dadas as suas características singulares.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

3.8.2. A comprovação da qualificação econômico-financeira será restrita à apresentação da seguinte documentação:

- 3.8.2.1. **Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)** relativos ao último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.
- 3.8.2.2. **Certidão negativa de feitos sobre falência**, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- 3.8.2.3. Comprovação de **patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado do item ou do somatório dos itens para os quais a licitante apresentar proposta.**

3.8.3. Regra de Aferição para Múltiplos Itens

- 3.8.3.1. Na hipótese de uma mesma licitante ser declarada vencedora em mais de um item, a comprovação do patrimônio líquido mínimo será aferida pelo somatório do valor estimado de todos os itens que lhe seriam adjudicados.
- 3.8.3.2. Caso o patrimônio líquido comprovado seja insuficiente para cobrir o somatório, será facultado à licitante, no momento da habilitação, indicar de quais itens pretende desistir para se adequar ao critério. Caso a licitante não se manifeste, o Agente de Contratação ou Pregoeiro procederá à sua inabilitação nos itens de menor valor, sucessivamente, até que o valor remanescente dos itens para os quais permanecerá habilitada seja compatível com o patrimônio líquido apresentado.

3.8.4. Justificativas

- 3.8.4.1. Conforme o art. 69 da Lei nº 14.133/2021, “a habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato”. No presente caso, a exigência de qualificação econômico-financeira torna-se imprescindível, e a comprovação de solidez financeira é fundamental para mitigar os riscos de inadimplência e assegurar que as empresas contratadas possuam capacidade para se manterem operantes e honrarem seus compromissos no pós-venda, garantindo o suporte necessário durante toda a vida útil da garantia.
- 3.8.4.2. O art. 69, § 4º, do referido diploma legal faculta à Administração a exigência de patrimônio líquido mínimo de até 10% (dez por cento) do valor estimado, percentual que se adota no presente caso em razão dos seguintes fatores críticos:
 - 3.8.4.2.1. **Grande Vulto e Complexidade Logística:** Trata-se de uma contratação de valor expressivo, estimada em mais de R\$ 24 milhões, para o fornecimento de um volume superior a 11.000 (onze mil) cadeiras. A execução contratual exigirá da futura contratada uma robusta capacidade



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

financeira para gerir a aquisição junto aos fabricantes e, principalmente, uma complexa operação logística para realizar entregas de forma parcelada em diversas unidades administrativas por todo o território nacional. Tal magnitude demanda uma estrutura empresarial sólida, com capital de giro suficiente para gerenciar o fluxo de pedidos e a distribuição em larga escala sem comprometer a qualidade ou os prazos.

3.8.4.2.2. **Responsabilidade Subsidiária na Garantia Pós-Venda:** Embora a garantia principal seja do fabricante, o item 3.4.1.3 deste ETP estabelece a responsabilidade subsidiária da contratada, que deverá intervir e assegurar o pleno atendimento caso o fabricante não o faça. Como os prazos de garantia são de 5 (cinco) e 7 (sete) anos, a contratada assume uma obrigação de longo prazo. A exigência de patrimônio líquido mínimo é, portanto, uma medida de mitigação de risco para assegurar que a contratada possua a solidez necessária para se manter operacional durante todo esse período e cumprir com sua responsabilidade subsidiária, protegendo o patrimônio público.

3.8.4.2.3. **Natureza do Contrato e Risco de Inexecução:** Por se tratar de um contrato de fornecimento, e não de serviços contínuos com pagamentos mensais, a maior parte do desembolso da Administração ocorrerá após a entrega dos bens. Uma eventual falência ou encerramento das atividades da contratada no curso do período de garantia resultaria em prejuízo direto ao erário, que ficaria com bens defeituosos e sem a devida assistência. O patrimônio líquido mínimo funciona como um indicador da capacidade da empresa de absorver eventuais passivos e de sua estabilidade financeira, reduzindo o risco de uma futura e danosa inexecução contratual no período pós-entrega.

3.8.4.3. Pelo exposto, a exigência de patrimônio líquido mínimo no patamar de 10% mostra-se razoável e proporcional aos riscos envolvidos, sendo um requisito indispensável para selecionar empresas com a aptidão econômica necessária para cumprir todas as obrigações da Ata de Registro de Preços, desde a gestão logística até o cumprimento de garantias e eventuais sanções, assegurando a eficácia e a economicidade da contratação.

3.9. Requisitos de Subcontratação

3.9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, por se tratar de mero fornecimento de bens.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1. Contextualização e Metodologia de Apuração da Demanda



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

4.1.1. O planejamento da presente contratação teve início a partir da delegação da Secretaria de Administração da Procuradoria-Geral da República (SA/PGR) à Procuradoria da República em Santa Catarina (PR/SC), por meio do Ofício nº 149/2025/SA, para atuar como órgão gerenciador de um registro de preços nacional para aquisição de cadeiras. A demanda inicial foi consolidada com base nas necessidades informadas pelas unidades do MPF em seus Planos de Contratações Anuais (PCA).

4.1.2. Com base nesse escopo inicial, que contemplava três modelos de cadeiras, a PR/SC expediu os Ofícios Circulares nº 65/2025 e 66/2025, dando início à Intenção de Registro de Preços (IRP) para que as unidades do MPU pudessem manifestar seu interesse.

4.1.3. Durante o processo de levantamento, foi identificada a necessidade de inclusão de um quarto modelo: a Cadeira Giratória Operacional para Servidor - Espalдар Médio. Para garantir a precisão e a fidedignidade dos quantitativos, foi realizado um novo levantamento de interesse, formalizado pelos Ofícios Circulares nº 68/2025 e 69/2025. Os ofícios informaram que as respostas ao formulário anterior não seriam aproveitadas, sendo necessário o reenvio da demanda por todas as unidades.

4.1.4. Após a finalização do Termo de Referência, em atendimento ao disposto no Art. 5º, VI, da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, foi realizada consulta para confirmação do interesse dos órgãos participantes em integrar o certame licitatório cujo órgão gerenciador é a Procuradoria da República em Santa Catarina.

4.1.4.1. Todos os órgãos participantes manifestaram a sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos, bem como os locais de entrega e os contatos constantes do Termo de Referência.

4.2. Quantitativos Consolidados

4.2.1. Após a resposta dos órgãos participantes, a demanda consolidada a ser registrada é de **9.622 cadeiras**.

4.2.2. Este total distribui-se entre os quatro modelos que comporão os itens da licitação, da seguinte forma:

4.2.2.1. **Item 1 - Cadeira Giratória Executiva para Procurador:** 1.224 unidades;

4.2.2.2. **Item 2 - Cadeira Giratória Operacional para Servidor - Espalдар Alto:** 5.532 unidades;

4.2.2.3. **Item 3 - Cadeira Giratória Operacional para Servidor - Espalдар Médio:** 2.866 unidades;

4.2.3. A demanda abrange múltiplos ramos do MPU, com a seguinte distribuição:

4.2.3.1. **Ministério Público Federal (MPF):** 7.418 unidades;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

4.2.3.2. **Ministério Público do Trabalho (MPT):** 2.051 unidades;

4.2.3.3. **Ministério Público Militar (MPM):** 13 unidades;

4.2.3.4. **Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU):** 140 Unidades.

4.2.4. A contratação atenderá a **57 unidades administrativas** distintas, com a entrega dos bens pulverizada em **95 unidades de destino**, localizadas em **27 unidades da Federação**, o que evidencia a grande capilaridade e a abrangência nacional do presente registro de preços.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Definição da Solução a partir de Contratação Anterior Exitosa

5.1.1. O planejamento da presente contratação partiu da premissa de reeditar um modelo de sucesso já implementado por esta unidade: a realização de um certame de abrangência nacional por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP). Tal modelo foi adotado no **Pregão Eletrônico nº 06/2023**, que, por seu escopo nacional, demonstrou que a centralização da demanda em um único procedimento licitatório atendeu plenamente às expectativas da Administração, resultando em **economia de escala e na padronização dos bens adquiridos pelas diversas unidades do MPF**.

5.1.2. A Ata de Registro de Preços oriunda do referido certame foi firmada sob a égide da legislação anterior, com prazo de validade de 12 (doze) meses, improrrogável. Com a expiração da sua vigência no final de 2024 e a persistência da demanda por renovação de mobiliário nas unidades, tornou-se necessário iniciar o planejamento de uma nova contratação nos mesmos moldes.

5.2. Análise de Soluções Alternativas

5.2.1. Não obstante a comprovada vantagem da solução de aquisição via SRP, e em observância ao dever de diligência, procedeu-se à reanálise de outras alternativas de mercado. As ponderações a seguir, em grande parte já realizadas por ocasião do planejamento do certame de 2023, confirmam a inadequação de outras soluções para a presente demanda.

5.2.2. **Solução 1: Manutenção Corretiva e Preventiva do Parque Existente:** A manutenção do mobiliário legado, embora seja uma prática pontual, não se mostra viável como solução sistêmica para a demanda consolidada. Grande parte do acervo a ser substituído possui idade avançada, com mais de 10 anos de uso, o que acarreta custos de reparo elevados, dificuldade na obtenção de peças de reposição descontinuadas e a perpetuação de um parque de ativos heterogêneo, que contraria o objetivo de padronização. Ademais, a manutenção não atende às necessidades de aparelhamento de novas sedes, ampliação de gabinetes ou formação de reserva técnica.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

5.2.3. Solução 2: Locação de Cadeiras de Escritório: A locação de mobiliário é considerada desvantajosa para o objeto em questão. Primeiramente, implicaria a transformação de uma despesa de capital (investimento) em despesa corrente (custeio), o que não é interessante para a gestão orçamentária de bens de longa vida útil. O custo de aquisição, embora represente um investimento inicial, é diluído ao longo da durabilidade dos bens, que pode ser percebida pelos longos prazos de garantia exigidos (5 e 7 anos). Adicionalmente, a locação se adequa melhor a bens com alta obsolescência tecnológica, o que difere das cadeiras de escritório que, sendo de qualidade e bem mantidas, são longevas e não necessitam de constantes atualizações de design ou funcionalidades.

5.3. Justificativa da Solução Escolhida

5.3.1. Conforme a análise, a manutenção em larga escala é inviável e a locação é antieconômica a longo prazo para o objeto pretendido. Desta forma, a **Aquisição por meio de Sistema de Registro de Preços** reafirma-se como a solução mais vantajosa, alinhando a comprovada eficiência de um modelo já testado com os princípios da economicidade, da padronização e da eficiência administrativa.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

6.1. A estimativa de preço para a presente contratação foi realizada por meio de ampla pesquisa de mercado, cujos resultados e metodologia estão detalhados no Mapa Comparativo de Preços elaborado pela membros Equipe de Planejamento da Contratação. A tabela a seguir resume os valores referenciais obtidos para cada item:

Item	Descrição	Qtd	Preços Encontrados	Preços Válidos	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	Cadeira Giratória Executiva para Procurador	1.224	5	4	3.340,84	4.089.188,16
2	Cadeira Giratória Operacional para Servidor - Espaldar Alto	5.532	6	5	1.783,15	9.864.385,80



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

3	Cadeira Giratória Operacional para Servidor - Espaldar Médio	2.866	3	3	1.317,33	3.775.467,78
Total						17.729.041,74

- 6.2. **Metodologia da Pesquisa de Preços:** Em conformidade com a Portaria PGR/MPU nº 100/2023, a pesquisa de preços utilizou a consulta a contratações similares feitas pela Administração Pública.
- 6.3. **Método de Cálculo:** Para a definição do valor estimado de cada item, foi utilizado o método da **Média Saneada**, que consiste na média aritmética dos preços considerados homogêneos, expurgando-se os valores inexequíveis e os excessivamente elevados, conforme o art. 6º da Portaria PGR/MPU nº 100/2023.
- 6.4. **Análise de Variação Geográfica:** Foi realizada pesquisa junto a fornecedores para verificar a variação nos custos de frete para as diferentes regiões do país. Constatou-se que **não há variação relevante** que justifique a divisão da licitação por localidade, uma vez que o mercado fornecedor atua em âmbito nacional e a manutenção dos itens em lotes únicos torna o certame mais atrativo, podendo compensar eventuais diferenças de frete.
- 6.5. **Abrangência Temporal e Atualização:** A pesquisa de preços considerou contratações similares realizadas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, em observância ao disposto na Portaria PGR/MPU nº 100/2023.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 7.1. Com base na análise realizada no levantamento de mercado, a solução definida para atender à necessidade da Administração é a implementação de um Sistema de Registro de Preços (SRP) para a futura e eventual aquisição de cadeiras de escritório, abrangendo os modelos Giratória Executiva e Giratória Operacional (espaldar alto e médio). A solução atenderá a uma demanda consolidada de diversas unidades do Ministério Público Federal (MPF), do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Ministério Público Militar (MPM) e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), com a entrega dos equipamentos pulverizada em várias unidades de destino em todo o território nacional.
- 7.2. As especificações técnicas detalhadas de cada modelo de cadeira encontram-se no Apêndice I deste Estudo Técnico Preliminar. A elaboração de tais especificações foi realizada de maneira concomitante à pesquisa de mercado, buscando um equilíbrio entre a definição de requisitos rigorosos de ergonomia, durabilidade e sustentabilidade — essenciais para garantir



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

a qualidade do bem a ser adquirido — e a manutenção da ampla competitividade do certame, assegurando que uma variedade de produtos e fornecedores possa atender às necessidades da Administração.

7.3. A solução compreende o fornecimento dos seguintes modelos de cadeiras:

7.3.1. Cadeira Giratória Executiva para Procurador: Cadeira giratória executiva para procurador, cor preta, espaldar alto, encosto em tela, assento estofado revestido em couro ecológico, apoio de cabeça, apoio de braços reguláveis, base, suporte de fixação do encosto e estrutura do apoio de braço em alumínio injetado polido. Garantia mínima de 7 (sete) anos.

7.3.2. Cadeira Giratória Operacional para Servidor - Espaldar Alto: Cadeira giratória operacional para servidor, cor preta, espaldar alto, encosto em tela, assento estofado revestido em couro ecológico, apoio de cabeça, apoio de braços reguláveis, base injetada em nylon com reforço de fibra de vidro, estrutura do encosto e dos braços em resina termoplástica ou nylon de alta resistência, e assento monobloco em polipropileno ou resina de engenharia, com travessa de reforço e fixação dos braços em chapa de aço estrutural. Garantia mínima de 5 (cinco) anos.

7.3.3. Cadeira Giratória Operacional para Servidor - Espaldar Médio: Cadeira giratória operacional para servidor, cor preta, espaldar médio, encosto em tela, assento estofado revestido em couro ecológico, apoio de braços reguláveis, base injetada em nylon com reforço de fibra de vidro, estrutura do encosto e dos braços em resina termoplástica ou nylon de alta resistência, e assento monobloco em polipropileno ou resina de engenharia, com travessa de reforço e fixação dos braços em chapa de aço estrutural. Garantia mínima de 5 (cinco) anos.

7.4. As exigências de manutenção e assistência técnica serão atendidas por meio da **garantia integral do fabricante**, característica obrigatória do produto a ser fornecido pela futura contratada. A garantia será de, no mínimo, **7 (sete) anos para a Cadeira Giratória Executiva para Procurador (Item 1)** e de **5 (cinco) anos para os demais modelos (Itens 2 e 3)**, contados a partir do recebimento definitivo do bem.

7.5. A solução compreende o fornecimento e a entrega das cadeiras nos locais designados, devendo os bens serem entregues **devidamente montados e em perfeitas condições de uso**. Não estão inclusos no objeto quaisquer serviços de adequação de layout ou de movimentação interna de mobiliário nas unidades, sendo a responsabilidade da contratada encerrada com a entrega do produto pronto para utilização.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

- 8.1. A solução objeto desta contratação é de natureza divisível. Desta forma, a licitação será parcelada, adotando-se o critério de **adjudicação por item**, em conformidade com o art. 40, V, 'b', da Lei nº 14.133/2021.
- 8.2. O objeto é composto por **3 (três) itens distintos**, correspondentes aos modelos **Cadeira Giratória Executiva para Procurador, Cadeira Giratória Operacional para Servidor - Espaldar Alto e Cadeira Giratória Operacional para Servidor - Espaldar Médio**. Tais itens são técnica e comercialmente independentes entre si, não havendo necessidade de que sejam fornecidos pela mesma empresa para garantir a funcionalidade, a compatibilidade ou a integridade da solução como um todo.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 9.1. A presente contratação visa alcançar resultados positivos para a Administração sob as perspectivas da efetividade, economicidade, melhor aproveitamento dos recursos e desenvolvimento nacional sustentável, conforme detalhado a seguir:
- 9.2. **Efetividade**
- 9.2.1. Prover as diversas unidades do MPU com mobiliário ergonomicamente adequado, visando não apenas à **substituição de cadeiras obsoletas ou danificadas**, mas também à **padronização dos modelos** institucionais, ao **aparelhamento de novas instalações** (como sedes, gabinetes e salas de videoconferência) e à formação de uma **reserva técnica** para futuras necessidades.
- 9.2.2. Proporcionar um ambiente de trabalho salubre e em conformidade com as normas de ergonomia (NR-17), que contribua para o **bem-estar, a saúde e a qualidade de vida** de membros, servidores e colaboradores, bem como para a adequada recepção do público externo, prevenindo o surgimento de doenças ocupacionais.
- 9.3. **Economicidade**
- 9.3.1. Redução dos custos com manutenções corretivas, que hoje são recorrentes e de elevado custo devido à obsolescência do mobiliário e à dificuldade de obtenção de peças de reposição
- 9.3.2. **Redução de despesas futuras** com a saúde de membros e servidores, por meio da aquisição de produtos ergonomicamente certificados, prevenindo o surgimento de doenças ocupacionais e os custos associados a afastamentos. A economicidade também é assegurada pela aquisição de bens com **longos prazos de garantia (5 e 7 anos)**, que diminuam o custo total de propriedade para a Administração.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

9.3.3. Obtenção de preços mais vantajosos por meio da **economia de escala**, ao consolidar a demanda de **mais de 11.000 (onze mil) cadeiras** em um único certame por Sistema de Registro de Preços.

9.4. Melhor Aproveitamento dos Recursos

9.4.1. **Humanos:** Otimização do tempo de trabalho das equipes de manutenção. Melhoria da **produtividade e do bem-estar geral** dos servidores em um **ambiente de trabalho ergonomicamente adequado**.

9.5. Desenvolvimento Nacional Sustentável

9.5.1. **Vertente Ambiental:** Fomento a práticas de produção mais sustentáveis, por meio da exigência de certificados como o de **Regularidade do IBAMA, de Cadeia de Custódia para madeiras (Cerflor ou FSC) e de Gestão de Resíduos Sólidos** pelos fabricantes. A contratação também promove o uso de materiais recicláveis ou reaproveitáveis na composição dos bens, alinhando-se às diretrizes do Guia de Contratações Sustentáveis do MPF.

9.5.2. **Vertente Econômica:** Fomento à ampla concorrência no mercado, uma vez que o parcelamento do objeto por item viabiliza a participação de um maior número de empresas no certame.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

- 10.1. Para garantir que os bens possam ser recebidos e utilizados com celeridade após a entrega, cada unidade participante deverá, previamente, adotar as seguintes providências:
- 10.2. Designar formalmente os servidores responsáveis pelo recebimento e conferência dos bens no ato da entrega, para atestar a conformidade do material e a ausência de avarias.
- 10.3. Nos casos em que o fornecimento se destinar a novas sedes ou a instalações em reforma, a unidade demandante deverá certificar-se de que o local de entrega possui as condições adequadas para o recebimento e a guarda segura dos materiais.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 11.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que possam impactar o planejamento ou a execução da presente aquisição.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

- 12.1. A presente contratação já incorpora, em sua concepção, requisitos que visam a mitigar impactos ambientais na origem. A exigência de que os fabricantes possuam Certificado de Regularidade do IBAMA, Certificado de Cadeia de Custódia para madeiras (Cerflor ou FSC) e política de Gerenciamento de Resíduos Sólidos fomenta uma cadeia produtiva mais



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

responsável. Adicionalmente, a requisição de materiais recicláveis ou reaproveitáveis na composição dos bens contribui para a sustentabilidade do ciclo de vida do produto.

- 12.2. Não obstante, o processo de substituição de um grande volume de mobiliário gera impactos que devem ser previstos e mitigados. As principais ações mitigadoras, a serem implementadas pelas unidades participantes, são:
- 12.3. **Desfazimento das Cadeiras Substituídas:** O desfazimento dos bens que se tornarem inservíveis deverá seguir estritamente a **legislação vigente e as diretrizes e regulamentos do MPU**. As unidades deverão garantir a **preocupação ambiental com a destinação adequada dos resíduos** gerados.
- 12.4. **Gestão das Embalagens dos Bens Novos:** A entrega de um elevado quantitativo de cadeiras gerará um volume expressivo de resíduos de embalagens. Para mitigar este impacto, as unidades deverão promover a segregação desses materiais e sua correta destinação para programas de coleta seletiva.
- 12.5. Ressalta-se que a responsabilidade pela execução de todas as medidas mitigadoras citadas é de cada unidade participante, que deverá observar as diretrizes de seus Planos de Logística Sustentável (PLS), onde houver, e a legislação ambiental aplicável.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 13.1. Após a análise dos requisitos, do mercado e da própria solução, conclui-se pela viabilidade e razoabilidade da contratação, conforme os seguintes aspectos:
- 13.1.1. **Viabilidade Técnica:** A solução é tecnicamente viável. **Cadeiras de escritório** com as especificações definidas neste estudo (requisitos de ergonomia, durabilidade, certificações ABNT, etc.) são produtos padronizados e amplamente disponíveis no mercado nacional, não apresentando complexidade tecnológica que possa dificultar a contratação ou seu futuro uso.
- 13.1.2. **Viabilidade Operacional:** A contratação é operacionalmente viável. As unidades do MPU já possuem experiência na utilização e gestão de **mobiliário similar**. O modelo proposto, que prevê o **fornecimento dos bens já montados**, respeita a autonomia e a capacidade operacional de cada unidade participante para gerenciar o recebimento e a alocação interna dos produtos.
- 13.1.3. **Viabilidade Orçamentária:** O modelo de Sistema de Registro de Preços (SRP) confere viabilidade orçamentária à contratação. Não haverá uma despesa única e imediata para a aquisição dos bens. Cada unidade participante utilizará seu próprio orçamento para adquirir os itens da Ata de Registro de Preços conforme sua necessidade e disponibilidade financeira, caracterizando a natureza de aquisição futura e eventual.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

13.1.4. **Adequação à Necessidade:** A solução se mostra totalmente adequada para atender às múltiplas necessidades que originaram a demanda. A aquisição de cadeiras novas e ergonômicas não se limita a resolver o problema da obsolescência do parque de mobiliário atual, mas abrange também a padronização dos modelos utilizados, o aparelhamento de novas instalações, o provisionamento para novas sedes e a formação de uma reserva técnica. A diversidade de modelos a serem registrados (Executiva, Operacional Espaldar Alto e Médio, e Fixa) assegura que todas essas frentes de necessidade, nos diferentes ambientes de cada uma das unidades de destino, possam ser atendidas de forma precisa e padronizada.

13.2. **Posicionamento Conclusivo**

13.2.1. Pelo exposto, considerando os aspectos técnico, operacional e orçamentário, bem como o alinhamento completo da solução proposta com o problema a ser resolvido, esta equipe de planejamento se posiciona de forma conclusiva pela **viabilidade, razoabilidade e oportunidade** da presente contratação.

14. EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

(datado e assinado eletronicamente)

Comissão de Planejamento da Contratação
PORTARIA PR/SC nº 9, 09 de janeiro de 2026.

Adriano Bernardi Pereira Duarte
Membro da Comissão de Planejamento da Contratação

Fabio Alberto Pereira da Cunha
Membro da Comissão de Planejamento da Contratação

Marcos Kimura
Membro da Comissão de Planejamento da Contratação



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-SC-00019696/2026 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 5-2026**

.....
Signatário(a): **MARCOS KIMURA**

Data e Hora: **07/04/2026 14:14:29**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **FABIO ALBERTO PEREIRA DA CUNHA**

Data e Hora: **07/04/2026 14:40:13**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **ADRIANO BERNARDI PEREIRA DUARTE**

Data e Hora: **07/04/2026 14:49:28**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 0bb283be.95b78e2a.1b8ba6b0.d1cbdb0e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 90003/2026
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA FINAL

À Procuradoria da República em Santa Catarina – PR/SC

Proposta referente ao PREGÃO nº 90003/2026.

1 PROPOSTA

Item	Descrição	Marca	Modelo	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Cadeira Giratória Executiva para Procurador: Cadeira giratória executiva para procurador, cor preta, espaldar alto, encosto em tela, assento estofado revestido em couro ecológico, apoio de cabeça, apoio de braços reguláveis, base, suporte de fixação do encosto e estrutura do apoio de braço em alumínio injetado polido. Garantia mínima de 7 (sete) anos.			1.224		
2	Cadeira Giratória Operacional para Servidor - Espaldar Alto: Cadeira giratória operacional para servidor, cor preta, espaldar alto, encosto em tela, assento estofado revestido em couro ecológico, apoio de cabeça, apoio de braços reguláveis, base injetada em nylon com reforço de fibra de vidro, estrutura do encosto e dos braços em resina termoplástica ou nylon de alta resistência, e assento monobloco em polipropileno ou resina de engenharia, com travessa de reforço e fixação dos braços em chapa de aço estrutural. Garantia mínima de 5 (cinco) anos.			5.532		
3	Cadeira Giratória Operacional para Servidor - Espaldar Médio: Cadeira giratória operacional para servidor, cor preta, espaldar médio, encosto em tela, assento estofado revestido em couro ecológico, apoio de braços reguláveis, base injetada em nylon com reforço de fibra de vidro, estrutura do encosto e dos braços em resina termoplástica ou nylon de alta resistência, e assento monobloco em polipropileno ou resina de engenharia, com travessa de reforço e fixação dos braços em chapa de aço estrutural. Garantia mínima de 5 (cinco) anos.			2.866		
TOTAIS						

1.1 VALOR GLOBAL: R\$ _____,

1.2 VALIDADE: ____ / ____ / 2026 (mínimo 60 DIAS)

2 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES A PROPOSTA

2.1 Esta proposta é acompanhada da seguinte documentação complementar:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

- 2.1.1 Declaração de Regularidade – CNMP Nº 37/2009
- 2.1.2 Declaração de Regularidade Social
- 2.1.3 Declaração por Não Ultrapassar a Receita Bruta Máxima Admitida para Enquadramento Como EPP

3 DECLARAÇÕES

- 3.1 Declaramos que examinamos e tomamos conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, e nos submetemos a todas as condições contidas no Edital deste Pregão e nos seus anexos, bem como verificamos todas as especificações neles contidas, não havendo nenhuma discrepância entre quaisquer informações e/ou documentos que dele fazem parte, e estamos cientes de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos, assim como de qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto, assumindo total responsabilidade pelas informações, erros ou omissões existentes nesta proposta.
- 3.2 Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4 DADOS DO PROPONENTE

Empresa:		
CNPJ:	Optante Pelo Simples: () Sim () Não	
Representante da Empresa:		
Endereço:		
Cidade:	Estado:	CEP:
Telefone:	E-Mail:	
Banco (Nome e Código):		
Conta Corrente:	Agência (Código):	Praça:

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome do Responsável/Assinatura/cargo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, A SER APRESENTADA JUNTO À PROPOSTA

Todas as cadeiras (itens 1 a 4) deverão possuir os documentos, conforme abaixo:

1. Certificado de Regularidade do IBAMA;
2. Declaração e/ou Certificado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (do fabricante);
3. Apresentar certificado de Cadeia de Custódia e/ou Selo de Cadeia de Custódia do Cerflor ou do FSC (Quando o produto contiver madeira e derivados);
4. Relatório de Ensaio ou Laudo ou Certificado de Conformidade emitido por laboratório acreditado pelo Inmetro ou laboratório internacional acreditado por organismo local pertencente ao ILAC ou ainda OCP acreditado pelo Inmetro ou ainda OCP internacional com acreditação de organismo local pertencente ao IAF, para todos os requisitos da ABNT NBR 13962:2018 ou ISO 21.015:2007 ou mesmo Ansi Bifma X 5.1 em sua versão mais recente. Em caso de documento em língua estrangeira, o mesmo deverá estar devidamente traduzido para o Português por tradutor(a) juramentado(a);
5. Licença ambiental e certificado atestando a destinação dos resíduos industriais produzidos;
6. Os produtos deverão atender aos requisitos constantes na Norma Regulamentadora NR-17 do Ministério do Trabalho e Emprego, cuja comprovação será efetivada mediante apresentação de laudo de ergonomia ou parecer técnico, contendo o código do produto, emitido por profissional especializado e habilitado em ergonomia certificado pela ABERGO; ou por engenheiro de segurança do trabalho habilitado; ou ainda, por profissional, com nível superior, que tenha especialização em ergonomia do trabalho/segurança do trabalho/medicina do trabalho;
7. Laudos da espuma flexível de poliuretano:
 - 7.1. Resiliência – NBR 8619:2022, com desempenho superior a 45% de resiliência ao impacto;
 - 7.2. Teor de cinzas – NBR 14961:2019. Espuma flexível de poliuretano: Com resultado inferior a 1,0;
 - 7.3. Resistência à compressão – NBR 8910:2016, com desempenho igual ou maior que 04 em relação à resistência à compressão 50% kPa;
 - 7.4. Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 9178 (atualizada) – Espuma flexível de poliuretano – Determinação das Características de Queima com resultado da velocidade de queima menor que 25mm/min;
 - 7.5. Relatório de Ensaio emitido por Laboratório acreditado pelo INMETRO, com avaliação da Norma ABNT NBR 8515:2020 – Espuma flexível de poliuretano – Resistência a Tração tensão de ruptura acima de 215 KPa, com alongamento de ruptura acima de 80%;
 - 7.6. Densidade – NBR 8537:2022. Emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO;
8. Laudo Corrosão por exposição à névoa salina – NBR 17088:2023, com grau de empolamento igual a 0 (zero) e grau de enferrujamento igual a 0 (zero), até no mínimo 240h;
9. Isenção da Presença de CFC;
10. Comprovação de atendimento à norma EN 16955 ou DIN 4550:2016 para pistão à gás classe 4.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 90003/2026– PR/SC
ANEXO III - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESA:

CNPJ:

NOME DECLARANTE:

CPF:

CARGO:

DECLARO, nos termos do art. 3º da Resolução nº 37, de 28.4.2009 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, para fins de contratação junto à Procuradoria da República em Santa Catarina, que:

() os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **não são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() os sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores **são** cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, abaixo identificado(s):

Nome do membro ou servidor:

Cargo:

Órgão de Lotação:

Grau de Parentesco:

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome do Responsável/Assinatura



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 90003/2026 – PR/SC
ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE SOCIAL

IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESA:

CNPJ:

NOME DECLARANTE:

CPF:

CARGO:

DECLARO, para fins de contratação junto à Procuradoria da República em Santa Catarina, que esta empresa, bem como seus dirigentes:

- Não foram condenados por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010;
- Não praticam, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as Convenções da OIT nos 29 e 105.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome do Responsável/Assinatura



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL EM CONTRATAÇÕES II

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 90003/2026 – PR/SC

**ANEXO V - DECLARAÇÃO POR NÃO ULTRAPASSAR A RECEITA BRUTA MÁXIMA
ADMITIDA PARA ENQUADRAMENTO COMO EPP**

IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESA:

CNPJ:

NOME DECLARANTE:

CPF:

CARGO:

DECLARO, para fins de contratação junto à Procuradoria da República em Santa Catarina, que esta empresa, no ano-calendário de realização da presente contratação direta, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

_____, ____ de _____ de 2026.

Nome do Responsável/Assinatura



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

PR-SC-0000XX/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº: **XX/20XX**
PROCESSO Nº. 1.33.000.000767/2026-80
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

ATA Nº.: **XX/2026**

A União, por intermédio da **Procuradoria da República em Santa Catarina**, como órgão gerenciador, com sede na Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, nº 4876, Edifício Luiz Elias Daux, Bairro Agrônoma – Florianópolis/SC, CEP 88025-255, e-mail prsc-contratos@mpf.mp.br, inscrita no CNPJ nº 26.989.715/0029-03, neste ato representada pelo Secretário Estadual Maximiliano Eller, matrícula funcional nº 20787, nomeado pela Portaria nº 326, de 04 de agosto de 2014, publicada no DOU de 06 de agosto de 2014, ou, na sua impossibilidade, pelo Secretário Estadual Substituto Adriano Bernardi Pereira Duarte, matrícula funcional nº 12100, nomeado pela Portaria nº 339, de 07 de agosto de 2014, publicada no DOU de 14 de agosto de 2014, pelas delegações de atribuições da Portaria PR/SC nº 482, de 05 de setembro de 2023, publicada no DMPF-E de 12 de setembro de 2023, nos termos da Lei nº.14.133/2021, artigos 6º, XLV e XLVI, e 82 a 86, da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, e das demais normas aplicáveis, conforme a classificação das propostas vencedoras do Pregão, devidamente homologadas, RESOLVE registrar o preço oferecido pela empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, cuja proposta foi classificada no certame acima numerado, conforme condições desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA I - DO OBJETO:

1.1. Registro de Preços para a eventual aquisição de cadeiras de escritório, **deixar só o modelo ou modelos do fornecedor** no **modelo giratória executiva**, **giratória operacional espaldar alto** e **giratória operacional espaldar alto**, destinados a atender as necessidades das unidades do Ministério Público da União (MPU) em âmbito nacional, especificado(s) no item 3 do Termo de Referência e no seu apêndice I, anexo **XX** do edital de licitação n.º **xxxx/xxxx**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA II - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **1(um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do artigo 19 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

2.1.1 Na prorrogação poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação indicar, expressamente, o quantitativo renovado, nos termos do § 1º artigo 19 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

2.1.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o Órgão Gerenciador, bem como os

Órgãos participantes, não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

2.2. O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na Cláusula IX, conforme definido no Pregão.

2.3. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão.

2.4. A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no Pregão pela(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata, a(s) qual(is) também a integra(m).

2.5. Será incluído na presente Ata, se for o caso, o registro da(s) empresa(s) que aceitar(em) cotar o produto com preço igual ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, cuja ordem de classificação desses licitantes deverá ser respeitada nas contratações.

2.6. Será incluído na presente Ata, se for o caso, o registro da(s) empresa(s) que mantiver(em) sua proposta original na sequência da classificação do certame, cuja ordem de classificação desses licitantes deverá ser respeitada nas contratações.

CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES:

3.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das sanções administrativas nos termos dos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, no que couber.

3.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, quando convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos da Lei 14.133 de 2021;

3.3. Compete ao órgão gerenciador aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório e registrá-las no SICAF;

3.4. Compete ao órgão gerenciador aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF (incisos XIII e XIV do artigo 5º da Portaria PGR/MPU nº 158/2024);

3.5. Compete ao órgão participante aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão gerenciador e registrá-las no SICAF (inciso IX do artigo 6º da Portaria PGR/MPU nº 158/2024).

3.6. O tópico 12 do Termo de Referência disciplina as infrações e as sanções administrativas previstas.

CLÁUSULA IV – DA ADESÃO E UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS:

4.1. Será permitida a adesão à ata de registro de preços por outros órgãos ou entidades na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021 (Art. 86) e na Portaria PGR/MPU nº 158/2024 (Artigos 28 e 29). Justifica-se a abertura de possibilidade de adesão ao proposto registro de preços, considerando que o objeto é de comum interesse a órgãos que possuem em sua estrutura organizacional atividade policial e queiram capacitar servidores.

4.1.1. Os quantitativos eventualmente a serem adquiridos por órgãos ou entidades não participantes (por adesão), estarão sujeitos aos limites previstos no Art. 29 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024:

a) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos totais dos itens registrados na ata de registro de preços; e

b) não poderá exceder, na totalidade de adesões, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.2. Os interessados em adesão deverão observar as disposições contidas no artigo 28 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, encaminhando quando do pedido de adesão os seguintes documentos:

4.2.1 Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade no serviço;

4.2.2 Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores de mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. Consulta e aceitação prévia do fornecedor.

4.3. O pedido deverá ser realizado no Protocolo Eletrônico do MPF, no link: <https://apps.mpf.mp.br/ouvidoria/app/login/> (escolhendo: UF: SC, unidade: Procuradoria da República – Santa Catarina, Descrição incluir DICGC e o assunto) ou pelo e-mail: prsc-contratos@mpf.mp.br.

4.4. Só serão analisados os pedidos de adesão, no prazo de 30 dias, que atenderem aos critérios previstos nesta cláusula e no subitem 2.3.2 do Termo de Referência.

4.5. O quantitativo mínimo para adesão de órgão não participante é de 5 (cinco) unidades.

CLÁUSULA V - DA AUTORIZAÇÃO DE AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO:

5.1. As contratações advindas da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pelos respectivos ordenadores de despesa dos órgãos participantes desta ata.

5.1.1. **A contratação do objeto desta ata exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão, nos termos** estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Caso a empresa registrada seja convocada para assinar contrato, retirar a nota de empenho ou autorização de fornecimento ou outro documento hábil de contratação e não atender no prazo máximo de até 05 (cinco) dias poderá sofrer as penalidades definidas na Lei 14.133 de 2021 e da Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

5.3. Os contratos ou nota de empenho referentes as contratações deverão ser assinadas dentro do prazo de validade da ata de registro de preços.

CLÁUSULA VI – DO REAJUSTE:

6.1. Nos termos dos Art. 22 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Nos termos previstos no **Subitem 9.3 do termo de referência**, anexo ao Edital do Pregão.

6.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado, aplicando-se, se for o caso, as disposições previstas no Art. 23 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024;

6.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, aplicando-se, se for o caso, as disposições previstas no Art. 24 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

6.4. A Alteração ou atualização dos preços registrados será realizada por simples apostila à ARP.

CLÁUSULA VII - DO CANCELAMENTO DA ATA E DO REGISTRO:

7.1. Nos termos do Art. 25 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, poderá ensejar no cancelamento do registro de preços a empresa beneficiária da ARP que:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) não aceitar manter o preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 24 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) por razão de interesse público; ou.
- b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 23 e no § 4º do art. 24 da Portaria PGR/MPU nº 158/2024.

CLÁUSULA VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

8.1. Integram esta Ata: o Edital do Pregão e seus Anexos, a proposta da empresa classificada no certame supranumerado;

8.2. Nos termos do Art. 15, inciso II, da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, segue ANEXA a esta ata a relação dos fornecedores disponíveis no cadastro reserva **ou não há cadastro de reserva;**

8.3. É vedado à participação do órgão gerenciador e demais órgãos participantes em ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade desta ARP.

8.4. A presente Ata de registro preços, deverá ser assinada por meio do Sistema de Peticionamento Eletrônico do Ministério Público Federal – SPE, mediante a utilização de login único do Governo Federal (gov.br) como nova forma de acesso. Por meio do endereço peticao.mpf.mp.br, os usuários podem acessar o SPE e conferir as instruções de acesso ao serviço.

8.5. A assinatura eletrônica da ata de registro de preços (orientações detalhadas ao final desta ata), deverá ocorrer no prazo máximo de 5 dias úteis, incluído o prazo para o representante do licitante realizar o cadastro no sistema, a partir da data de recebimento do e-mail de convocação: prsc-contratos@mpf.mp.br e sistemapeticionamento@mpf.mp.br.

8.6. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 14.133 de 2021, da Portaria PGR/MPU nº 158/2024 e demais normas aplicáveis.

8.7. Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade do órgão gerenciador e órgãos participantes para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

CLÁUSULA IX – DOS ITENS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS, PREÇOS UNITÁRIOS E TOTAIS.

9.1. Dos quantitativos registrados:

Fornecedor Registrado: CNPJ: End.: Telefone/Fax: Email:

Representante Legal: CPF: ***.***.****.

Item	ESPECIFICAÇÃO	Marca/modelo	Unid. Med.	QTD. registrada	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Cadeira giratória executiva para procurador		UN	1.226		
2	Cadeira giratória operacional espaldar alto para servidor		UN	5.492		
3	Cadeira giratória operacional espaldar		UN	2.916		

	médio para servidor					
--	---------------------	--	--	--	--	--

9.2. Os endereços dos locais de entrega estão relacionados em anexo.

9.3. A quantidade mínima para realizar pedido está prevista no item 3.6.1 do Termo de Referência.

9.4. As condições de garantia estão no item 5.2 do Termo de Referência.

9.5. Os quantitativos informados no quadro acima não configuram obrigatoriedade e vinculação do órgão gerenciador e órgãos participantes quanto à efetivação da contratação. A solicitação dos quantitativos estará condicionada à análise de sua necessidade e de sua viabilidade por parte da Administração, considerando-os mera referência de consumo.

9.6. As quantidades previstas poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Representante Legal
(Datada e Assinada Eletronicamente)

MAXIMILIANO ELLER
Secretário Estadual
(Datada e Assinada Eletronicamente)

TESTEMUNHAS:

Adelmo Biancato Alberton
Matrícula 23597
(Datada e Assinada Eletronicamente)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Matrícula
(Datada e Assinada Eletronicamente)

Orientações para assinatura eletrônica da ata de registro preços:

ETAPA 1. (pré-cadastro)

- 1.1 - Acessar o link: <https://apps.mpf.mp.br/spe/app/modules/cadastro/preCadastro/CadastroView.html>
- 1.2 - Acessar "FAZER PRÉ-CADASTRO".
- 1.3 - Confirmar o "pré-cadastro", no link encaminhado no e-mail que será enviado após os procedimentos acima.
- 1.4 - Gerar sua senha.

ETAPA 2. (Assinar documentos) – (representante da empresa).

Após a confirmação do "pré-cadastro" e criação de "SENHA e LOGIN" para assinatura de atas de registro preços eletronicamente, solicitamos os seguintes procedimentos:

- 2.1 - Acessar o link: <https://apps.mpf.mp.br/spe/login>
- 2.2 - Preencher "LOGIN e SENHA".
- 2.3 - Acessar "ASSINAR DOCUMENTOS"
- 2.4 - Conferir e assinar a ata de registro com a senha recebida.**

ANEXO - ARP XX/2024

Formação de cadastro de reserva
--

Nos termos do Art. 15, inciso II, da Portaria PGR/MPU nº 158/2024, seguem os fornecedores disponíveis no cadastro reserva:

(Não houve manifestação)

Licitantes ou fornecedores que aceitaram cotar os materiais com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação:
--

2ª Classificada para Lote XX / ITEM XX: (razão social) – (CNPJ)

3ª Classificada para Lote XX / ITEM XX: (razão social) – (CNPJ)

(...)

Licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original:

N1ª Classificada para Lote XX / ITEM XX: (razão social) – (CNPJ)
--

N2ª Classificada para Lote XX / ITEM XX: (razão social) – (CNPJ)
--

(...)

ANEXO II**ENDEREÇOS DE ENTREGA DAS CADEIRAS**

ITEM 1 - Cadeira giratória executiva para procurador

Ministério Público Federal				
Órgão Gerenciador/ Participante	UASG	Unidade Destino	Endereço	Cadeira Executiva - Procurador
PGR	200100	PGR	SAF Sul Quadra 4 Conjunto C Brasília/DF – CEP 70050-900 - Procuradoria Geral da República (PGR) - Contato: Luiz Romariz (chefe da DIMA/SEA), ramal: 6367, Tel: 61-31056367	30
PRR1/DF	200208	PRR1/DF	SAS quadra 05 bloco E lote 08, SAUS Q. 5 - Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70.070-911 - (61) 3317-4500	50
PRR2/RJ	200045	PRR2/RJ	Avenida Almirante Barroso, 54, Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20031-000 - (21) 3554-9000	20
PRR5/PE	200207	PRR5/PE	Av. Frei Matias Teves, 65 - Ilha do Leite, Recife - PE - CEP 50070-465 - (81) 2121-9800 / 9804	3
PR/AC	200069	PR/AC	Alameda Min. Miguel Ferrante, 340 - Portal da Amazônia, Rio Branco - AC, CEP 69915-632, (68) 3214-1400	4
PR/AL	200093	PR/AL	Avenida Juca Sampaio, 1800 (próximo ao Fórum), Barro Duro - Maceió/AL, CEP 57045-365, Setor Responsável: CA, E-mail: pral-ca@mpf.mp.br, Telefone: (82) 2121-1400	20
PR/AM	200071	PR/AM	Avenida André Araújo, 358, Aleixo, Manaus/AM, CEP: 69057-025. Contatos: José Carlos Souza - (92)99115-2656, Sidney W. de Oliveira - (92) 98481-5856	35
PR/AP	380005	PR/AP	Av. Ernestino Borges, 535, Centro, CEP: 68908-198, Macapá - Amapá. Telefone: 3213-7847 - Valderi Sena (SELOG)	8
PR/BA	200031	PR/BA	Rua Ivonne Silveira, 243 Loteamento Centro Executivo - Doron, CEP 41.192-007 - Salvador/BA, (71) 3617-2200	10

PR/CE	200082	PR/CE	Rua João Brígido, nº 1230, Anexo III, Joaquim Távora, Fortaleza/CE, CEP 60.135-080, (85) 3266.7300	26
	200082	PRM/Juazeiro do Norte	Rua Raimundo Machado da Silva, nº 60 - Triângulo, Juazeiro do Norte/CE - CEP 63041-145, (88) 3102.6500	3
	200082	PRM/Limoeiro do Norte	Avenida Cel. José Nunes, 685 – Centro, Limoeiro do Norte/CE, CEP 62930-000, (88) 3447-6750	2
	200082	PRM/Sobral	Rua Iolanda P. C. Barreto, n.º 37, Derby Clube, Sobral/CE - CEP 62042-270, (85) 3266-7570	2
PR/DF	200023	PR/DF	SGAS 604, lote 23, Asa Sul, Brasília, DF, CEP: 70.200-640, (61) 3313-5115	35
PR/ES	200038	PR/ES	Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, nº 1401 - Ilha de Santa Maria, Vitória - ES, CEP 29051-015 - (27) 3211-6400.	70
PR/GO	200066	PR/GO	Avenida Olinda Edifício Rosângela Pofahl Batista Qd. G, Lt. 2, nº 500, Park Lozandes Goiânia/GO CEP: 74884-120 - (62) 3243-5400	10
PR/MA	200078	PRM/Bacabal	Rua Frederico Leda, nº 1731, Bairro Jardim Valéria, Bacabal (MA) - CEP: 65.700-000 - (98) 32137140	2
PR/MG	200035	PR/MG	Avenida Brasil, 1877/1879, Funcionários, Belo Horizonte, MG, CEP 30140-007, (31) 2123-9000	78
	200035	PRM/Divinópolis	Av. Divino Espírito Santo, 60 - Centro - Divinópolis (MG), CEP: 35.500-021, (37) 2102-5100	4
	200035	PRM/Governador Valadares	Rua Sá Carvalho, 51 - Centro - Governador Valadares (MG), CEP: 35.010-240, (33) 3212-5300	3
	200035	PRM/Juiz de Fora	Rua Rei Alberto, 246 - Centro - Juiz de Fora (MG), CEP: 36.016-300, (32) 4009-1250	6
	200035	PRM/Montes Claros	Rua São José, 547 - Todos os Santos - Montes Claros (MG), CEP: 39.400-119, (38) 3224-7600	4
	200035	PRM/São João Del Rei	Rua Fiscal Januário Ramos, 127 - Jardim América - São João del-Rei (MG) - CEP: 36.301-316, (32) 4009-1290	2
	200035	PRM/Sete Lagoas	Alameda Prefeito João Herculino de Souza Lopes, 42 - Centro - Sete Lagoas (MG) - CEP: 35.700-646, (31) 2106.4200	4
	200035	PRM/Uberaba	Av. Gabriela Castro Cunha, 340 - Vila Olímpica, Uberaba (MG) - CEP: 38.066-000, (34) 3319-7900	2

	200035	PRM/Uberlândia	Rua São Paulo, 35 - Tibery - Uberlândia (MG), CEP: 38405-027, (34) 3218-6900	7
	200035	PRM/Varginha	Avenida Santa Luiza nº 460 – Bairro Santa Luiza - Varginha/MG, CEP. 37.026-690, (35) 3690-5300	3
PR/MS	200040	PR/MS	Av. Afonso Pena, 4444 - Vila Cidade - Campo Grande/MS - CEP 79.020-907, (67) 3312-7200	11
	200040	PRM/Corumbá	Rua Cuiabá, 1640 - Bairro Dom Bosco - 79331-100 - Corumbá/MS - (67) 3312-7360	2
	200040	PRM/Dourados	Rua José Correa de Almeida, 2220 - Jardim Clímax - 79820-155 - Dourados/MS - (67) 3312-7330	8
	200040	PRM/Três Lagoas	Rua Farmacêutico Júlio Mancini, 348 - Bairro Colinos - 79603-040 - Três Lagoas/MS - (67) 3312-7370	2
PR/MT	200064	PR/MT	Avenida Miguel Sutil, 2625 esquina com J. Márcio - Jd. Primavera - Cuiabá-MT - (61) 3105-5100	30
PR/PA	200075	PR/PA	Rua Domingos Marreiros n. 690 - bairro Umarizal - Belém/Pará, cep: 66055-215 - contato: Victor Hugo Santos Oliveira - 91 3299-0111	20
	200075	PRM/Altamira	Av. Tancredo Neves, 3256 - Jardim Independente II - Altamira - Pará - Cep: 68372-222 - Fone (93) 3512-0830. Contato: Jesse Soares	3
	200075	PRM/Santarém	Endereço: Av. Castelo Branco, n.915 - Bairro: Interventoria - CEP 68020-820 - Santarém/PA - contato: Clodoaldo Cavalcante / Tel: 93 3512-0800	5
PR/PB	200087	PR/PB	Av. Eptácio Pessoa, 1800 - Expedicionários- João Pessoa/PB - CEP: 58041-006 - (83) 3044-6200	20
PR/PE	200090	PR/PE	Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1800 - Espinheiro, Recife - PE, 52021-170, (81) 2125-7300	30
PR/PR	200053	PR/PR	Rua Marechal Deodoro, 933 – Centro – CEP 80060-010 Tel. 41 3219-8869 – Curitiba/PR – prpr-patrimonio@mpf.mp.br	9
	200053	PRM/Cascavel	Avenida Brasil, 3939 – Centro – Cascavel/PR, CEP 85812-002, Tel. 45 3219-7100	1
	200053	PRM/Foz do Iguaçu	Rua Edmundo de Barros, nº 660, Centro – Foz do Iguaçu/PR, CEP 85851-120, Tel. 45 3521-4500	2

	200053	PRM/Maringá	Av. Centenário, 105, Zona 08 – CEP 87050-040 - Tel. 44 3221-5800 – Maringá/PR – prpr-maringa@mpf.mp.br	3
PR/RJ	200043	PR/RJ	Av. Nilo Peçanha 31 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20020-100, (21) 3971-9300	105
PR/RN	200085	PR/RN	Avenida Deodoro da Fonseca, 743, Tirol, Natal/RN, CEP 59020-120, (84) 3232-3900	94
PR/RO	200046	PR/RO	Rua José Camacho, nº 3307, Porto Velho/RO, CEP 76.820-886, (69) 3216-0500	20
PR/RR	380006	PR/RR	Rua General Penha Brasil, 1255 - Bairro São Francisco, Boa Vista/RR - CEP: 69.305-130, (95) 3198-2000	15
PR/RS	200061	PR/RS	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 700, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, CEP 90.010-395, (51)3284-7200	10
PR/SC	200058	PR/SC	Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4876, Torres 1 e 3 - Edifício Luiz Elias Daux, Agronômica, Florianópolis/SC, CEP 88025-255 - (48) 2107-2400	14
PR/SE	200022	PR/SE	Rua José Carvalho Pinto, 280 - Jardins, Aracaju - SE, 49026-150, (79) 3301-3700	5
PR/SP	200049	PR/SP	Rua Frei Caneca 1360, Consolação - São Paulo SP - CEP 01307-002 - (11) 3269-5000	30
PR/TO	200201	PR/TO	Quadra 104 Norte, rua NE 03, conjunto 02, lote 43, Edifício Transamérica, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.006-018 - (63) 3219-7200	9
	200201	PRM/Araguaína	Avenida Neief Murad, Quadra 01, Lote 01-B, Setor Jardim Goiás - Araguaína/TO. CEP 77824-030 - (63) 3219-7280	2
Total MPF				893

Ministério Público do Trabalho				
Órgão Gerenciador/ Participante	UASG	Unidade Destino	Endereço	Cadeira Executiva - Procurador
PGT	200200	PGT	SAUN Quadra 5, Lote C, Torre A - Brasília-DF, CEP 70040-250 - (61) 3314 8500	50
PRT3/MG	200036	PRT3/MG	Rua Bernardo Guimarães, nº 1615 - Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30140-082 - (31) 3279-3000	5

PRT4/RS	200062	PRT4/RS	Av. Senador Tarso Dutra, 605, 7º andar, Petrópolis - Porto Alegre/RS - CEP: 90690-140 - (51) 3252-1500	2
PRT5/BA	200032	PRT5/BA	Av. Sete de Setembro, nº 2563 - Corredor da Vitória - Salvador/BA, CEP: 40.080-003 - (71) 3324-3444 / 3400	38
PRT6/PE	200091	PRT6/PE	Rua Quarenta e Oito, nº 600, Aflitos, Recife/PE, CEP 52050-355 - (81) 2101.3200	30
PRT7/CE	200083	PRT7/CE	Avenida Almirante Barroso, 466 - Praia de Iracema - Fortaleza - Ceará - CEP: 60.060-440 - (85) 3878-8200	40
PRT8/PA	200076	PRT8/PA	Avenida Governador José Malcher, nº 652- Bairro de Nazaré - Belém/Pará, CEP: 66.040-282 - Fone: (91) 3265 9600/ 9601/ 9656/ 9655/ 9657	22
PRT9/PR	200054	PRT9/PR	Av. Vicente Machado, 84 Centro - Curitiba/PR - CEP: 80420-010 - (41) 3304-9000	2
PRT11/AM	200072	PRT11/AM	Av. Mário Ypiranga Monteiro, 2479 – Flores – Manaus/Amazonas, CEP 69050-030 - (92) 3194-2800	5
PRT13/PB	200089	PRT13/PB	Av. Almirante Barroso, nº 234 - Centro - João Pessoa - PB - CEP: 58013-120 - (83) 3612-3100	6
PRT14/RO	200095	PRT14/RO	Avenida Presidente Dutra, 4055, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-327 - (69) 3901-8000	6
PRT15/SP	200096	PRT15/SP	Rua Pedro Anderson, 91, Taquaral, Campinas/SP, Cep 13076-070 - (19) 3198-5200	20
PRT16/MA	200106	PRT16/MA	Avenida Atlântica (antiga Rua das Alpercatas), quadra 24, lote 03, Calhau, São Luís-MA - (98) 3131 8800	6
PRT18/GO	200108	PRT18/GO	Av. T-63, nº 1680, Qd. 572, Lts. 13-17, esquina com rua C-253, Setor Nova Suíça, Goiânia / Goiás - CEP 74280-230 - (62) 3507-2700	10
PRT20/SE	200203	PRT20/SE	Av. Desembargador Maynard, 72 - Cirurgia - Aracaju/SE, CEP: 49055-210 - Tel: (79) 3194-4600	15
PRT21/RN	200099	PRT21/RN	Rua Poty Nóbrega, 1941 - Lagoa Nova - Natal/RN, CEP: 59056-180 - Tel: (84) 4006-2800	24

PRT22/PI	200098	PRT22/PI	Rua Anfrísio Lobão, 805 - Bairro Jôquei - Teresina-PI, CEP. 64.049-280 - (86) 3214 7500	26
PRT24/MS	200206	PRT24/MS	Rua Dr. Paulo Machado, nº. 120, Royal Park, Campo Grande/MS, CEP 79021-460 - (67) 3358-3000	20
Total MPT				327

Órgão Gerenciador/ Participante	UASG	Unidade Destino	Endereço	Cadeira Executiva - Procurador
PJM/FLN	200008	PJM/Florianópolis	Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4876, Torre 3, sala 305 – Agronômica – Florianópolis/SC CEP 88025-255 - (48) 2107-2595	2
ESMPU	200234	ESMPU	SGAS, Quadra 603, Lote 22, Asa Sul, Brasília/DF - CEP 70200-630 - (61) 3553-5300	4

Total Geral (MPF + MPT + MPM + ESMPU)	1.226
--	--------------

ITEM 2 - Cadeira giratória operacional espaldar alto para servidor

Ministério Público Federal				
Órgão	UASG	Destino	Endereço	Item 2
PGR	200100	PGR	SAF Sul Quadra 4 Conjunto C Brasília/DF – CEP 70050-900 - Procuradoria Geral da República (PGR) - Contato: Luiz Romariz (chefe da DIMA/SEA), ramal: 6367, Tel: 61-31056367	300
PRR1/DF	200208	PRR1/DF	SAS quadra 05 bloco E lote 08, SAUS Q. 5 - Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70.070-911 - (61) 3317-4500	270
PRR2/RJ	200045	PRR2/RJ	Avenida Almirante Barroso, 54, Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20031-000 - (21) 3554-9000	350
PRR5/PE	200207	PRR5/PE	Av. Frei Matias Teves, 65 - Ilha do Leite, Recife - PE - CEP 50070-465 - (81) 2121-9800 / 9804	30
PR/AC	200069	PR/AC	Alameda Min. Miguel Ferrante, 340 - Portal da Amazônia, Rio Branco - AC, CEP 69915-632, (68) 3214-1400	45
PR/AL	200093	PR/AL	Avenida Juca Sampaio, 1800 (próximo ao Fórum), Barro Duro - Maceió/AL, CEP 57045-365, Setor Responsável: CA, E-mail: pral-ca@mpf.mp.br, Telefone: (82) 2121-1400	20

PR/AP	380005	PR/AP	Av. Ernestino Borges, 535, Centro, CEP: 68908-198, Macapá - Amapá. Telefone: 3213-7847 - Valderi Sena (SELOG)	20
PR/BA	200031	PR/BA	Rua Ivonne Silveira, 243 Loteamento Centro Executivo - Doron, CEP 41.192-007 - Salvador/BA, (71) 3617-2200	190
PR/CE	200082	PR/CE	Rua João Brígido, nº 1230, Anexo III, Joaquim Távora, Fortaleza/CE, CEP 60.135-080, (85) 3266.7300	20
PR/DF	200023	PR/DF	SGAS 604, lote 23, Asa Sul, Brasília, DF, CEP: 70.200-640, (61) 3313-5115	438
PR/ES	200038	PR/ES	Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, nº 1401 - Ilha de Santa Maria, Vitória - ES, CEP 29051-015 - (27) 3211-6400.	217
PR/GO	200066	PR/GO	Avenida Olinda Edifício Rosângela Pofahl Batista Qd. G, Lt. 2, nº 500, Park Lozandes Goiânia/GO CEP: 74884-120 - (62) 3243-5400	80
PR/MA	200078	PR/MA	Av. Tapajós, S/N - Anexo 1, Parque das Nações, Imperatriz - MA - CEP: 65912-900 (Prédio da Justiça Federal em Imperatriz), (98) 3213-7100	30
	200078	PRM/Bacabal	Rua Frederico Leda, nº 1731, Bairro Jardim Valéria, Bacabal (MA) - CEP: 65.700-000 - (98) 32137140	7
PR/MG	200035	PR/MG	Avenida Brasil, 1877/1879, Funcionários, Belo Horizonte, MG, CEP 30140-007, (31) 2123-9000	160
	200035	PRM/Divinópolis	Av. Divino Espírito Santo, 60 - Centro - Divinópolis (MG), CEP: 35.500-021, (37) 2102-5100	15
	200035	PRM/Governador Valadares	Rua Sá Carvalho, 51 - Centro - Governador Valadares (MG), CEP: 35.010-240, (33) 3212-5300	15
	200035	PRM/Juiz de Fora	Rua Rei Alberto, 246 - Centro - Juiz de Fora (MG), CEP: 36.016-300, (32) 4009-1250	30
	200035	PRM/Montes Claros	Rua São José, 547 - Todos os Santos - Montes Claros (MG), CEP: 39.400-119, (38) 3224-7600	15
	200035	PRM/São João Del Rei	Rua Fiscal Januário Ramos, 127 - Jardim América - São João del-Rei (MG) - CEP: 36.301-316, (32) 4009-1290	15
	200035	PRM/Sete Lagoas	Alameda Prefeito João Herculino de Souza Lopes, 42 - Centro - Sete Lagoas (MG) - CEP: 35.700-646, (31) 2106.4200	15

	200035	PRM/Uberaba	Av. Gabriela Castro Cunha, 340 - Vila Olímpica, Uberaba (MG) - CEP: 38.066-000, (34) 3319-7900	15
	200035	PRM/Uberlândia	Rua São Paulo, 35 - Tibery - Uberlândia (MG), CEP: 38405-027, (34) 3218-6900	30
	200035	PRM/Varginha	Avenida Santa Luíza nº 460 – Bairro Santa Luíza - Varginha/MG, CEP. 37.026-690, (35) 3690-5300	15
	200035	ER/Ipatinga	Rua Milton Campos, 32 - Cidade Nobre - Ipatinga (MG), CEP: 35.162-393	8
	200035	ER/Passos	Rua Ouro Preto, 170 - Centro CEP 37.900-008 - Passos/MG	5
	200035	ER/Patos de Minas	Av. Padre Almir Neves de Medeiros, 1.249/Loja 1 - Bairro Sobradinho CEP 38.701-118 – Patos de Minas/MG	5
	200035	ER/Pouso Alegre	Rua Dr. José Alfredo de Paula, 134 - Centro - CEP 37.550-005 - Pouso Alegre/MG	5
	200035	ER/Teófilo Otoni	R. Epaminondas Otoni, 838, 3º andar - Centro - Teófilo Otoni (MG), CEP: 39.800-013	5
PR/MS	200040	PR/MS	Av. Afonso Pena, 4444 - Vila Cidade - Campo Grande/MS - CEP 79.020-907, (67) 3312-7200	160
	200040	PRM/Corumbá	Rua Cuiabá, 1640 - Bairro Dom Bosco - 79331-100 - Corumbá/MS - (67) 3312-7360	15
	200040	PRM/Dourados	Rua José Correa de Almeida, 2220 - Jardim Clímax - 79820-155 - Dourados/MS - (67) 3312-7330	62
	200040	PRM/Três Lagoas	Rua Farmacêutico Júlio Mancini, 348 - Bairro Colinos - 79603-040 - Três Lagoas/MS - (67) 3312-7370	15
PR/MT	200064	PR/MT	Avenida Miguel Sutil, 2625 esquina com J. Márcio - Jd. Primavera - Cuiabá-MT - (61) 3105-5100	100
PR/PA	200075	PR/PA	Rua Domingos Marreiros n. 690 - bairro Umarizal - Belém/Pará, cep: 66055-215 - contato: Victor Hugo Santos Oliveira - 91 3299-0111	70
	200075	PRM/Altamira	Av. Tancredo Neves, 3256 - Jardim Independente II - Altamira - Pará - Cep: 68372-222 - Fone (93) 3512-0830. Contato: Jesse Soares	5
	200075	PRM/Santarém	Endereço: Av. Castelo Branco, n.915 - Bairro: Interventoria - CEP 68020-820 - Santarém/PA - contato: Clodoaldo Cavalcante / Tel: 93 3512-0800	20

PR/PB	200087	PR/PB	Av. Epitácio Pessoa, 1800 - Expedicionários- João Pessoa/PB - CEP: 58041-006 - (83) 3044-6200	20
PR/PE	200090	PR/PE	Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1800 - Espinheiro, Recife - PE, 52021-170, (81) 2125-7300	100
PR/PI	200080	PR/PI	Av. João XXIII, nº 1390, Bairro dos Noivos, Teresina-PI, CEP 64045-000 - Chefe e Substituto do Setor de Logística (86) 3214-5915	20
PR/PR	200053	PR/PR	Rua Marechal Deodoro, 933 – Centro – CEP 80060-010 Tel. 41 3219-8869 – Curitiba/PR – prpr-patrimonio@mpf.mp.br	140
	200053	PRM/Cascavel	Avenida Brasil, 3939 – Centro – Cascavel/PR, CEP 85812-002, Tel. 45 3219-7100	4
	200053	PRM/Foz do Iguaçu	Rua Edmundo de Barros, nº 660, Centro – Foz do Iguaçu/PR, CEP 85851-120, Tel. 45 3521-4500	38
	200053	PRM/Francisco Beltrão	Av. Júlio Assis Cavalheiro, 912, térreo – Centro – Francisco Beltrão/PR, CEP 85601-000, Tel. 46 3520-5200	4
	200053	PRM/Londrina	Avenida Ayrton Senna da Silva, 550 – Ed. Torre Montello, Sala 904, Bairro Gleba Fazenda Palhano – Londrina/PR, CEP 86050-460, Tel. 43 3294-1200	8
	200053	PRM/Maringá	Av. Centenário, 105, Zona 08 – CEP 87050-040 - Tel. 44 3221-5800 – Maringá/PR – prpr- maringa@mpf.mp.br	33
	200053	PRM/Umuarama	Rua Dr. Rui Ferraz de Carvalho, nº 4.322 – Zona I – CEP 87501-250 - Tel. 44 3621-0800 – Umuarama/PR – prpr- umuarama@mpf.mp.br	22
	200053	ER/Guarapuava	Rua Marechal Floriano Peixoto, 1811 – 9º andar – Centro – Guarapuava/PR, CEP 85010-250, Tel. 42 3621-9600	2
PR/RJ	200043	PR/RJ	Av. Nilo Peçanha 31 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20020-100, (21) 3971-9300	260
PR/RN	200085	PR/RN	Avenida Deodoro da Fonseca, 743, Tirol, Natal/RN, CEP 59020-120, (84) 3232-3900	227
PR/RO	200046	PR/RO	Rua José Camacho, nº 3307, Porto Velho/RO, CEP 76.820-886, (69) 3216-0500	30
PR/RR	380006	PR/RR	Rua General Penha Brasil, 1255 - Bairro São Francisco, Boa Vista/RR - CEP: 69.305-130, (95) 3198-2000	309

PR/RS	200061	PR/RS	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 700, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, CEP 90.010-395, (51)3284-7200	45
PR/SC	200058	PR/SC	Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4876, Torres 1 e 3 - Edifício Luiz Elias Daux, Agronômica, Florianópolis/SC, CEP 88025-255 - (48) 2107-2400	30
	200058	PRM/Caçador	Rua Conselheiro Mafra, 351, 2º andar, Centro, Caçador/SC, CEP 89500-130. Contato: braitnermendes@mpf.mp.br. (49) 3421-2100	14
	200058	PRM/Chapecó	Rua Porto Alegre, 427-D, Ed. Lázio Executivo, 1º Andar, Centro, Chapecó/SC, CEP 89802-130. Contato: elenamuller@mpf.mp.br. (49) 3313-1200	20
	200058	PRM/Lages	Avenida Belizário Ramos, 3800, 5º Andar, Bloco B, Centro, Lages/SC, CEP 88502-100. Contato: glaucefonseca@mpf.mp.br. (49) 2101-2300	30
PR/SE	200022	PR/SE	Rua José Carvalho Pinto, 280 - Jardins, Aracaju - SE, 49026-150, (79) 3301-3700	10
PR/SP	200049	PR/SP	Rua Frei Caneca 1360, Consolação - São Paulo SP - CEP 01307-002 - (11) 3269-5000	300
PR/TO	200201	PR/TO	Quadra 104 Norte, rua NE 03, conjunto 02, lote 43, Edifício Transamérica, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.006-018 - (63) 3219-7200	35
	200201	PRM/Araguaína	Avenida Neief Murad, Quadra 01, Lote 01-B, Setor Jardim Goiás - Araguaína/TO. CEP 77824-030 - (63) 3219-7280	15
Total MPF				4.533

Ministério Público do Trabalho				
Órgão	UASG	Destino	Endereço	Item 2
PGT	200200	PGT	SAUN Quadra 5, Lote C, Torre A - Brasília-DF, CEP 70040-250 - (61) 3314 8500	200
PRT3/MG	200036	PRT3/MG	Rua Bernardo Guimarães, nº 1615 - Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30140-082 - (31) 3279-3000	10
PRT4/RS	200062	PRT4/RS	Av. Senador Tarso Dutra, 605, 7º andar, Petrópolis - Porto Alegre/RS - CEP: 90690-140 - (51) 3252-1500	15

		PTM/Pelotas	Rua Barros Cassal, nº 601, Areal - Pelotas/RS - CEP 96077-540 - (53) 3310-7700	25
PRT5/BA	200032	PRT5/BA	Av. Sete de Setembro, nº 2563 - Corredor da Vitória - Salvador/BA, CEP: 40.080-003 - (71) 3324-3444 / 3400	48
PRT6/PE	200091	PRT6/PE	Rua Conselheiro Portela, nº 531 - Aflitos, CEP: 52020-041, Recife/PE, (81) 2101-3200	26
PRT7/CE	200083	PRT7/CE	Avenida Almirante Barroso, 466 - Praia de Iracema - Fortaleza - Ceará - CEP: 60.060-440 - (85) 3878-8200	20
PRT8/PA	200076	PRT8/PA	Avenida Governador José Malcher, nº 652- Bairro de Nazaré - Belém/Pará, CEP: 66.040-282 - Fone: (91) 3265 9600/9601	15
PRT9/PR	200054	PRT9/PR	Av. Vicente Machado, 84 Centro - Curitiba/PR - CEP: 80420-010 - (41) 3304-9000	41
PRT10/DF	200024	PRT10/DF	Setor de Edifícios Públicos Norte (SEPN) 711/911, Módulo A - Brasília (DF) - CEP: 70790-116 - (61) 3307-7200	20
PRT11/AM	200072	PRT11/AM	Av. Mário Ypiranga Monteiro, 2479 – Flores – Manaus/Amazonas, CEP 69050-030 - (92) 3194-2800	20
PRT12/SC	200059	PRT12/SC	Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, nº 4876, Torre II - Agronômica, Florianópolis/SC - CEP: 88025-255 - (48) 3215 9100	20
PRT13/PB	200089	PRT13/PB	Av. Almirante Barroso, nº 234 - Centro - João Pessoa - PB - CEP: 58013-120 - (83) 3612-3100	6
PRT14/RO	200095	PRT14/RO	Avenida Presidente Dutra, 4055, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-327 - (69) 3901-8000	40
PRT15/SP	200096	PRT15/SP	Rua Pedro Anderson, 91, Taquaral, Campinas/SP, Cep 13076-070 - (19) 3198-5200	200
PRT16/MA	200106	PRT16/MA	Avenida Atlântica (antiga Rua das Alpercatas), quadra 24, lote 03, Calhau, São Luís-MA - (98) 3131 8800	6
PRT17/ES	380007	PRT17/ES	Rua José Alexandre Buaiz, nº 350, Ed. Affinity Work, Enseada do Suá, Vitória/ES – CEP 29.050-545 - (27) 3198- 4400	25

PRT20/SE	200203	PRT20/SE	Av. Desembargador Maynard, 72 - Cirurgia - Aracaju/SE, CEP: 49055- 210 - Tel: (79) 3194-4600	30
PRT21/RN	200099	PRT21/RN	Rua Poty Nóbrega, 1941 - Lagoa Nova - Natal/RN, CEP: 59056-180 - Tel: (84) 4006-2800	19
PRT22/PI	200098	PRT22/PI	Rua Anfrísio Lobão, 805 - Bairro Jóquei - Teresina-PI, CEP. 64.049-280 - (86) 3214 7500	30
PRT23/MT	200205	PRT23/MT	Rua Arnaldo Lopes Sussekind, nº 236, Jardim Aclimação - Cuiabá/MT - CEP: 78.050-258 - (65) 3613-9100	36
PRT24/MS	200206	PRT24/MS	Rua Dr. Paulo Machado, nº. 120, Royal Park, Campo Grande/MS, CEP 79021- 460 - (67) 3358-3000	36
Total MPT				862

Órgão	UASG	Destino	Endereço	Item 2
PJM/FLN	200008	PJM/Florianópolis	Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4876, Torre 3, sala 305 – Agronômica – Florianópolis/SC CEP 88025-255 - (48) 2107-2595	11
ESMPU	200234	ESMPU	SGAS, Quadra 603, Lote 22, Asa Sul, Brasília/DF - CEP 70200-630 - (61) 3553-5300	86
Total Geral (MPF + MPT + MPM + ESMPU)				5.492

ITEM 3 - Cadeira giratória operacional espaldar médio para servidor

Ministério Público Federal				
Órgão	UASG	Destino	Endereço	Item 3
PGR	200100	PGR	SAF Sul Quadra 4 Conjunto C Brasília/DF – CEP 70050-900 - Procuradoria Geral da República (PGR) - Contato: Luiz Romariz (chefe da DIMA/SEA), ramal: 6367, Tel: 61-31056367	500
PRR3/SP	200204	PRR3/SP	Av Brigadeiro Luís Antônio, 2020, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01318-002 - (11) 2192-8600	50
PRR5/PE	200207	PRR5/PE	Av. Frei Matias Teves, 65 - Ilha do Leite, Recife - PE - CEP 50070-465 - (81) 2121- 9800 / 9804	50

PR/AC	200069	PR/AC	Alameda Min. Miguel Ferrante, 340 - Portal da Amazônia, Rio Branco - AC, CEP 69915-632, (68) 3214-1400	4
PR/AM	200071	PR/AM	Avenida André Araújo, 358, Aleixo, Manaus/AM, CEP: 69057-025. Contatos: José Carlos Souza - (92)99115-2656, Sidney W. de Oliveira - (92) 98481-5856	200
PR/BA	200031	PR/BA	Rua Ivonne Silveira, 243 Loteamento Centro Executivo - Doron, CEP 41.192-007 - Salvador/BA, (71) 3617-2200	90
PR/CE	200082	PR/CE	Rua João Brígido, nº 1230, Anexo III, Joaquim Távora, Fortaleza/CE, CEP 60.135-080, (85) 3266.7300	20
PR/GO	200066	PR/GO	Avenida Olinda Edifício Rosângela Pofahl Batista Qd. G, Lt. 2, nº 500, Park Lozandes Goiânia/GO CEP: 74884-120 - (62) 3243-5400	12
PR/MA	200078	PR/MA	Av. Tapajós, S/N - Anexo 1, Parque das Nações, Imperatriz - MA - CEP: 65912-900 (Prédio da Justiça Federal em Imperatriz), (98) 3213-7100	22
	200078	PRM/Bacabal	Rua Frederico Leda, nº 1731, Bairro Jardim Valéria, Bacabal (MA) - CEP: 65.700-000 - (98) 32137140	8
	200078	PRM/Caxias	Avenida Norte-Sul, Lote 003, Cidade Judiciária/Campo de Belém - Caxias/MA - CEP: 65609-005 - (99) 3529-7320	10
	200078	PRM/Imperatriz	Av. Tapajós, S/N - Anexo 1, Parque das Nações, Imperatriz - MA - CEP: 65912-900 (prédio conjunto com a Justiça Federal) - (99) 3529-7310	10
PR/MG	200035	PR/MG	Avenida Brasil, 1877/1879, Funcionários, Belo Horizonte, MG, CEP 30140-007, (31) 2123-9000	100
	200035	PRM/Divinópolis	Av. Divino Espírito Santo, 60 - Centro - Divinópolis (MG), CEP: 35.500-021, (37) 2102-5100	15
	200035	PRM/Governador Valadares	Rua Sá Carvalho, 51 - Centro - Governador Valadares (MG), CEP: 35.010-240, (33) 3212-5300	15
	200035	PRM/Juiz de Fora	Rua Rei Alberto, 246 - Centro - Juiz de Fora (MG), CEP: 36.016-300, (32) 4009-1250	20
	200035	PRM/Montes Claros	Rua São José, 547 - Todos os Santos - Montes Claros (MG), CEP: 39.400-119, (38) 3224-7600	15
	200035	PRM/São João Del Rei	Rua Fiscal Januário Ramos, 127 - Jardim América - São João del-Rei (MG) - CEP: 36.301-316, (32) 4009-1290	15

	200035	PRM/Sete Lagoas	Alameda Prefeito João Herculino de Souza Lopes, 42 - Centro - Sete Lagoas (MG) - CEP: 35.700-646, (31) 2106.4200	15
	200035	PRM/Uberaba	Av. Gabriela Castro Cunha, 340 - Vila Olímpica, Uberaba (MG) - CEP: 38.066-000, (34) 3319-7900	15
	200035	PRM/Uberlândia	Rua São Paulo, 35 - Tibery - Uberlândia (MG), CEP: 38405-027, (34) 3218-6900	30
	200035	PRM/Varginha	Avenida Santa Luiza nº 460 – Bairro Santa Luiza - Varginha/MG, CEP. 37.026-690, (35) 3690-5300	15
	200035	ER/Ipatinga	Rua Milton Campos, 32 - Cidade Nobre - Ipatinga (MG), CEP: 35.162-393	8
	200035	ER/Passos	Rua Ouro Preto, 170 - Centro CEP 37.900-008 - Passos/MG	5
	200035	ER/Patos de Minas	Av. Padre Almir Neves de Medeiros, 1.249/Loja 1 - Bairro Sobradinho CEP 38.701-118 – Patos de Minas/MG	5
	200035	ER/Pouso Alegre	Rua Dr. José Alfredo de Paula, 134 - Centro - CEP 37.550-005 - Pouso Alegre/MG	5
	200035	ER/Teófilo Otoni	R. Epaminondas Otoní, 838, 3º andar - Centro - Teófilo Otoni (MG), CEP: 39.800-013	5
PR/MT	200064	PR/MT	Avenida Miguel Sutil, 2625 esquina com J. Márcio - Jd. Primavera - Cuiabá-MT - (61) 3105-5100	50
PR/PB	200087	PR/PB	Av. Eptácio Pessoa, 1800 - Expedicionários- João Pessoa/PB - CEP: 58041-006 - (83) 3044-6200	10
PR/PE	200090	PR/PE	Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1800 - Espinheiro, Recife - PE, 52021-170, (81) 2125-7300	165
PR/PI	200080	PR/PI	Av. João XXIII, nº 1390, Bairro dos Noivos, Teresina-PI, CEP 64045-000 - Chefe e Substituto do Setor de Logística (86) 3214-5915	15
PR/RJ	200043	PR/RJ	Av. Nilo Peçanha 31 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20020-100, (21) 3971-9300	150
PR/RO	200046	PR/RO	Rua José Camacho, nº 3307, Porto Velho/RO, CEP 76.820-886, (69) 3216-0500	220
PR/RR	380006	PR/RR	Rua General Penha Brasil, 1255 - Bairro São Francisco, Boa Vista/RR - CEP: 69.305-130, (95) 3198-2000	50
PR/RS	200061	PR/RS	Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 700, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, CEP 90.010-395, (51)3284-7200	20

PR/SP	200049	PR/SP	Rua Frei Caneca 1360, Consolação - São Paulo SP - CEP 01307-002 - (11) 3269-5000	50
PR/TO	200201	PR/TO	Quadra 104 Norte, rua NE 03, conjunto 02, lote 43, Edifício Transamérica, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.006-018 - (63) 3219-7200	10
	200201	PRM/Araguaína	Avenida Neief Murad, Quadra 01, Lote 01-B, Setor Jardim Goiás - Araguaína/TO. CEP 77824-030 - (63) 3219-7280	5
Total MPF				2.004

Ministério Público do Trabalho				
Órgão	UASG	Destino	Endereço	Item 3
PGT	200200	PGT	SAUN Quadra 5, Lote C, Torre A - Brasília-DF, CEP 70040-250 - (61) 3314 8500	250
PRT2/SP	200050	PRT2/SP	Rua Cubatão, 322, Paraíso, São Paulo/SP - CEP 04013-001 - Telefone: (11) 3166-3000	20
PRT3/MG	200036	PRT3/MG	Rua Bernardo Guimarães, nº 1615 - Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30140-082 - (31) 3279-3000	20
PRT5/BA	200032	PRT5/BA	Av. Sete de Setembro, nº 2563 - Corredor da Vitória - Salvador/BA, CEP: 40.080-003 - (71) 3324-3444 / 3400	40
PRT7/CE	200083	PRT7/CE	Avenida Almirante Barroso, 466 - Praia de Iracema - Fortaleza - Ceará - CEP: 60.060-440 - (85) 3878-8200	40
PRT8/PA	200076	PRT8/PA	Avenida Governador José Malcher, nº 652- Bairro de Nazaré - Belém/Pará, CEP: 66.040-282 - Fone: (91) 3265 9600/9601	18
PRT9/PR	200054	PRT9/PR	Av. Vicente Machado, 84 Centro - Curitiba/PR - CEP: 80420-010 - (41) 3304-9000	80
PRT11/AM	200072	PRT11/AM	Av. Mário Ypiranga Monteiro, 2479 – Flores – Manaus/Amazonas, CEP 69050-030 - (92) 3194-2800	10
PRT13/PB	200089	PRT13/PB	Av. Almirante Barroso, nº 234 - Centro - João Pessoa - PB - CEP: 58013-120 - (83) 3612-3100	5
PRT14/RO	200095	PRT14/RO	Avenida Presidente Dutra, 4055, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-327 - (69) 3901-8000	38
PRT15/SP	200096	PRT15/SP	Rua Pedro Anderson, 91, Taquaral, Campinas/SP, Cep 13076-070 - (19) 3198-5200	200

PRT16/MA	200106	PRT16/MA	Avenida Atlântica (antiga Rua das Alpercatas), quadra 24, lote 03, Calhau, São Luís-MA - (98) 3131 8800	6
PRT17/ES	380007	PRT17/ES	Rua José Alexandre Buaiz, nº 350, Ed. Affinity Work, Enseada do Suá, Vitória/ES – CEP 29.050-545 - (27) 3198- 4400	53
PRT21/RN	200099	PRT21/RN	Rua Poty Nóbrega,1941 - Lagoa Nova - Natal/RN, CEP: 59056-180 - Tel:(84) 4006-2800	16
PRT22/PI	200098	PRT22/PI	Rua Anfrísio Lobão, 805 - Bairro Jóquei - Teresina-PI, CEP. 64.049-280 - (86) 3214 7500	30
PRT24/MS	200206	PRT24/MS	Rua Dr. Paulo Machado, nº. 120, Royal Park, Campo Grande/MS, CEP 79021-460 - (67) 3358-3000	36
Total MPT				862

Órgão	UASG	Destino	Endereço	Item 3
ESMPU	200234	ESMPU	SGAS, Quadra 603, Lote 22, Asa Sul, Brasília/DF - CEP 70200-630 - (61) 3553-5300	50

Total Geral (MPF + MPT + MPM + ESMPU)	2.916
--	--------------



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República Em Santa Catarina

TERMO DE CONTRATO Nº **xx/202x**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E

A **[União OU Autarquia XXXXX OU Fundação XXXXX]**, por intermédio do(a) **[órgão contratante]**, com sede no(a) **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, neste ato representado(a) pelo(a) **[cargo e nome]**, nomeado(a) pela Portaria nº **XX**, de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, publicada no DOU de **[dia]** de **[mês]** de **[ano]**, portador da Matrícula Funcional nº **[nº matrícula]**, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **[Pregão Eletrônico]** nº **XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de cadeiras de escritório, **deixar só o modelo ou modelos do fornecedor** no **modelo giratória executiva, giratória operacional espaldar alto e giratória operacional espaldar alto**, destinados a atender as necessidades das unidades do Ministério Público da União (MPU), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação: **preencher conforme aquisição**

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
1	Cadeira giratória executiva para procurador	Preencher conforme	proposta	Und			
2	Cadeira giratória operacional espaldar alto para servidor			Und			
3	Cadeira giratória operacional espaldar médio para servidor			Und			

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. A Ata de Registro de Preços nº **xx/2026**;
- 1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E GARANTIA DO OBJETO

2.1. O prazo de vigência da contratação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, é **de xx/xx/xxx a xx/xx/xxx**.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República Em Santa Catarina

2.1.1. O prazo para executar a entrega é de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da Ordem de Fornecimento, conforme item 5.1.1 do Termo de Referência.

2.2. O prazo de garantia é de, no mínimo, 7 (sete) anos ou de 5 (cinco) anos, **ajustar conforme proposta e TR, para cada tipo de cadeira.**

2.3. As condições da garantia do produto estão descritas no item 5.2 do Termo de referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. O objeto deve ser entregue nos locais:

COLOCAR A TABELA DE LOCAIS CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. *O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. As obrigações do CONTRATANTE estão no tópico 11 do Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. As obrigações do CONTRATADO estão no tópico 11 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. A CONTRATADA adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do CONTRATANTE e se compromete a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente o disposto na Resolução CNMP nº 281/2023, na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), na Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet) e nos demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República Em Santa Catarina

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, inclusive quanto ao prazo da garantia dos produtos, conforme item 2.2.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Das indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República Em Santa Catarina

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...]; preencher conforme nota de empenho
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em ~~XXXXXX~~, Seção Judiciária de ~~XXXXXX~~ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente contrato foi assinado pelas partes e as testemunhas abaixo, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República Em Santa Catarina

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-